

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

ALAN ERIC FONSECA

**NEODESENVOLVIMENTISMO E  
CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**



ARARAQUARA – S.P.  
2017

ALAN ERIC FONSECA

**NEODESENVOLVIMENTISMO E  
CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**

**Orientadora: Profa. Dr. Maria Orlanda Pinassi**

**Bolsa: CAPES**

ARARAQUARA – S.P.  
2017

Fonseca, Alan Eric  
Neodesenvolvimentismo e capitalismo dependente no  
Brasil contemporâneo / Alan Eric Fonseca – 2017  
135 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Maria Orlanda Pinassi

1. Capitalismo dependente. 2. Neodesenvolvimentismo.  
3. Neoliberalismo. 4. Estado e governo. 5. Economia  
e sociedade no Brasil recente. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALAN ERIC FONSECA

# NEODESENVOLVIMENTISMO E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**  
**Orientadora: Profa. Maria Orlanda Pinassi**  
**Bolsa: CAPES**

Data da defesa: 26/05/2017

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano**  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

A duas grandes mulheres: Livia e Valeria.

## AGRADECIMENTOS

À professora Maria Orlanda pela disponibilidade em acolher esse trabalho mesmo diante das adversidades da vida, pelo rigor crítico e pela paixão com que se debruça sobre os problemas do capitalismo e do devir histórico. Agradeço sobretudo por exercer papel fundamental em minha formação desde os tempos da graduação.

À professora Silvia Adoue pela inestimável contribuição a este trabalho e pela generosidade, não só intelectual, com que acolhe seus alunos.

Ao professor Angelo Del Vecchio e ao professor Adilson Gennari pelos valiosos comentários e críticas durante o exame de qualificação, que em muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

À minha mãe, Valéria Ferreira, pela dedicação, pelo amor e pelo apoio. A força com que leva a vida é uma inestimável inspiração, inclusive para o desenvolvimento de meu olhar sociológico. Lutadora inabalável, foi mãe e pai para mim e meus irmãos.

Ao meu pai, Dimas (*in memoriam*), por instigar-me desde cedo o interesse intelectual e a curiosidade científica.

À Lívia, minha companheira, pelo carinho, pelo amor e pela parceria de mãos dadas nessa caminhada. Esse trabalho não seria possível sem seu apoio nos momentos difíceis, sem suas críticas e sugestões inteligentes, sem seu precioso incentivo. Tenho sorte de tê-la ao meu lado, não só nos estudos, mas na vida.

À minha sogra, Pascoa, que tornou-se também uma mãe para mim, pelo inestimável apoio e incentivo.

Ao Henrique, à Juliana e à Amanda pelos bons momentos em família, contrapeso à solidão do trabalho intelectual.

Aos amigos professores e funcionários da E.E. Maria Isabel Rodrigues Orso, Mirene, André, Rejane, Cristina, Ana Júlia e Nilma, por dividirem comigo as alegrias e as frustrações da vida docente, pelas conversas, pelo apoio mútuo. Ao Rodrigo, por estar aberto ao diálogo, pelas lições filosóficas e pela amizade. Ao Francis, além da amizade, por dar sentido à escola quando tudo parece perder a coerência. Agradeço também aos meus alunos, que aqui não poderei nomear, por também me ensinarem e por recuperarem minha fé na educação e no futuro.

Aos amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho. Ao Jônatas pelas conversas sempre enriquecedoras, pela dedicada revisão textual deste

trabalho e pela música, ao Renato, Mário, Alex, Thiago, Bruno e João pela longa amizade e por fazerem parte de minha trajetória.

*Nossa derrota esteve sempre implícita  
na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa  
pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e  
seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e  
neocolonial o ouro se transfigura em sucata,  
os alimentos em veneno.  
(GALEANO, 2007, p. 18-19)*

## RESUMO

A incorporação no Brasil do padrão de civilização ocidental foi lenta e gradual. A construção da sociedade nacional sob uma ordem burguesa e moderna nunca deixou de refletir os séculos de exploração colonial, o sangue indígena e negro derramado, a devastação ambiental e a superexploração da força de trabalho. Olhando-se retrospectivamente a partir o século XXI, o cenário parece ter se alterado pouco, sem rupturas profundas. O capitalismo brasileiro historicamente foi e ainda é dependente em relação aos países hegemônicos do sistema econômico mundial, fato que resulta em boa parte das mazelas que afligem a heterogênea classe trabalhadora nacional. Busca-se evidenciar neste trabalho que o chamado neodesenvolvimentismo guarda enorme distância do nacional desenvolvimentismo que se deu entre 1930 e 1980. O neodesenvolvimentismo, a partir dos anos 2000, sob os governos Lula e Rousseff, é na verdade uma adaptação contemporânea do capitalismo dependente brasileiro dentro dos marcos econômicos e ideológicos do neoliberalismo global. Por isso, o ciclo recente da economia e da política nacional aprofundam as condicionantes estruturais da dependência através da reprimarização econômica e da liberalização financeira.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente brasileiro. Desenvolvimentismo. Neodesenvolvimentismo. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The incorporation in Brazil of the pattern of Western civilization was gradual. The construction of national society, bourgeois and modern, has always reflected centuries of colonial exploitation, bloodshed, environmental devastation and overexploitation of labor. In the 21st century, few changes, without deep ruptures. Brazilian capitalism was and is dependent on the hegemonic countries of the world economic system, from which the social problems that afflict the national working class result. This work aims to demonstrate that new developmentalism is very different from the classical developmentalism. Starting in the 2000s under the Lula and Rousseff governments, new developmentalism is, in fact, a contemporary adaptation of Brazilian dependent capitalism within the economic and ideological order of global neoliberalism. Hence, the recent pattern of national economy and politics deepens the structural constraints of dependency through economic "reprimarization" and financial liberalization.

**Keywords:** Brazilian dependent capitalism. Developmentalism. New developmentalism. Neoliberalism.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 A “ALTERNATIVA” NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRA NA ORDEM NEOLIBERAL</b> .....	<b>14</b>
2.1 Aspectos da implementação do neoliberalismo no Brasil: a conquista ideológica .....	15
2.2 O Brasil neoliberal.....	29
2.3 Mudando a aparência para manter a essência.....	37
2.3.1 A teoria novo-desenvolvimentista, a vertente macroeconômica e estruturalista do neodesenvolvimentismo .....	38
2.3.2 A vertente social do neodesenvolvimentismo .....	48
<b>3 ORDEM E PROGRESSO: elementos da formação do capitalismo nacional</b> ...	<b>62</b>
3.1 A construção da modernidade brasileira .....	62
3.2 O primeiro desenvolvimentismo .....	75
3.3 Industrialização, <i>deus ex machina</i> do desenvolvimento .....	82
<b>4 O CAPITALISMO DEPENDENTE E A “IMPROBABILIDADE HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO NACIONAL”</b> .....	<b>93</b>
4.1 A dependência e a necessidade de superexploração da força de trabalho .....	93
4.2 A atualidade da dependência sob a narrativa neodesenvolvimentista .....	103
4.3 Os mecanismos autocráticos de manutenção da dependência .....	116
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*There is no alternative.* O discurso do fim da década de 1980 nos centros hegemônicos do capitalismo mundial impunha o fim das probabilidades históricas de ruptura com a ordem do capital. Na década seguinte, espalhou-se pelo planeta como doutrina global e última instância da razão: não haveria saída senão o mercado, não haveria modo de vida senão aquele em que o mercado realiza a intermediação entre tudo e todos, não haveria organização social e trabalho senão a competitividade, não haveria sociedade senão o indivíduo, não haveria satisfação, dignidade ou reconhecimento senão através do consumo, não haveria utopia. Talvez nem Hegel (2008) ousasse impor um “fim da história” assim com tanta veemência<sup>1</sup>. É um discurso e um processo histórico concreto muito poderoso política, cultural, simbólica e economicamente.

Colocar esse discurso em prática exigiu a conjunção de variadas forças atuando num nível profundo de consciência. Demandou modificar estruturalmente a dinâmica econômica, política e cultural das sociedades nacionais e do cenário internacional a ponto de remodelar o sistema capitalista à sanha cada vez mais crescente de novos espaços de acumulação.

O neoliberalismo apresenta-se, portanto, como o novo *projeto de desenvolvimento*. Ele propõe um modelo ideal de sociedade que naturaliza as relações capitalistas e exacerba suas características contraditórias. No entanto, é um projeto de desenvolvimento que se apoia numa ampla e profunda remodelação do sentido político da organização social e econômica. É, por isso, um marco estrutural do modo de produção da civilização capitalista contemporânea em seu momento de crise.

É também um projeto de longo prazo que requer diversas mudanças e reformas estruturais para ser implementado. Isso não se dá meramente no âmbito nacional de uma sociedade, mas requer um espaço muito maior. É, por isso, um projeto global e só pode ser compreendido se analisado no espaço das relações econômicas e

---

<sup>1</sup> A tese do “fim da história”, iniciada por Hegel (2008) no século XIX e retomada por Fukuyama (1992), sustenta, em linhas gerais, que a democracia ocidental burguesa e o capitalismo globalizado seriam o coroamento e a estagnação da história humana, marcados pela queda do muro de Berlim em 1989. Essas teses foram contestadas por Anderson (1992) e Antunes (1998).

políticas internacionais, considerando a relação interdependente, contraditória e desigual das economias nacionais no cenário global.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo é uma reação dos centros hegemônicos do capitalismo mundial ao choque da crise dos anos 1970. Nesse sentido, foi uma contrarreforma de ordem teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social. *O caminho da servidão*, escrito por Friedrich Hayek em 1944, organizou ideologicamente os ataques contra os mecanismos estatais de controle do mercado, denunciando-os como uma ameaça no plano econômico, porque levariam ao descontrole, e no plano político, porque agiriam como um limitador da liberdade.

Anderson (1995) aponta que a difusão dessas ideias aumenta após a crise capitalista de 1973. Ideologicamente, os pressupostos políticos e econômicos do neoliberalismo se apresentam como um remédio amargo, mas necessário, num momento de recessão, para as baixas taxas de crescimento e a alta inflacionária. Ganha terreno, assim, a noção de que na raiz da crise estariam os efeitos funestos do excessivo poder sindical e das conquistas do movimento operário, que haviam consumido, como parasitas, as bases da acumulação capitalista através de gastos sociais via Estado.

Na proposta neoliberal, “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11).

Os primeiros a experienciarem a via neoliberal foram os chilenos, ainda nos anos 1970, sob a ditadura do general Augusto Pinochet. A implantação da ditadura neoliberal se deu através da supressão da democracia chilena com o golpe que depôs Salvador Allende em 1973. Nos anos de 1980, foi a vez dos trabalhadores ingleses sofrerem o ataque da implantação do programa neoliberal durante o governo de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990. Em 1981 assumiria a presidência do Estados Unidos o também conservador Ronald Reagan, assim como em 1982 foi a vez da Alemanha sob o governo do chanceler Helmut Kohl. E, nos anos 1990, o Brasil.

Dessa forma, tais governos empenharam-se – seja por vias mais ou menos “democráticas”, mas sempre de maneira draconiana – a impor o novo regime de acumulação capitalista através da austeridade: contraíram a emissão monetária, aumentaram as taxas de juros, eliminaram impostos sobre a acumulação de riqueza,

desregulamentaram o controle dos fluxos financeiros, aumentaram o número de empregos precarizados, criminalizaram os movimentos sociais, sobretudo o movimento operário com um conjunto de leis anti-sindicais, reprimiram greves e cortaram gastos sociais.

No Brasil, as mesmas medidas e os mesmos discursos se deram com a chegada de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso ao Planalto. Após uma década de neoliberalismo, os resultados foram deletérios para a sociedade brasileira, principalmente para as camadas mais pobres: aumento da concentração de renda, da miséria nos campos e cidades, desemprego, transnacionalização da economia, transformação do Brasil numa base de valorização financeira das mais lucrativas e desmonte do Estado.

Quando o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, em virtude de seu discurso anti-neoliberal, muitos acreditaram que o Brasil entraria num ciclo finalmente virtuoso, que acabaria de uma vez com as mazelas que nos foram legadas pela história. Passados treze anos de governos petistas, no entanto, o quadro não é alentador. Conquistas sociais existiram, mas subsumidas à um padrão de “desenvolvimento” que jamais rompeu com o neoliberalismo; aliás, o aprofundou.

Tentaremos demonstrar neste trabalho que o modelo econômico que tem sido chamado de neodesenvolvimentismo não pode ser uma alternativa ao projeto de desenvolvimento neoliberal. Antes, o neodesenvolvimentismo busca naturalizar o neoliberalismo, sendo-lhe apologético e entusiasta não porque acredita em seu discurso, mas porque é representante de interesses específicos internamente: a valorização financeira. Esses interesses, sem dúvidas, coadunam com os mesmos interesses externamente: o neoliberalismo consiste, sobretudo, no avanço do capital financeiro sobre novos espaços de acumulação. O Brasil se insere nesse movimento mundial, atualizando as estruturas que o prendem à dependência.

Portanto, queremos debater aqui alguns elementos em torno desse problema: 1) reconstituir a inserção brasileira nos novos marcos do capitalismo mundial e processos políticos, econômicos e ideológicos que gravitaram em torno disso, buscando entender o papel do Brasil no modelo de expansão neoliberal nos anos 1990 e, atualmente, sob o neodesenvolvimentismo; 2) debater a formação de nosso capitalismo dependente e os limites da tentativa de revertê-lo, realizando um balanço analítico e teórico sobre a particular incorporação do Brasil no sistema econômico mundial, revisitando as obras de pensadores consagrados no estudo da formação

econômica, política e social do Brasil e demonstrando como a formação do capitalismo nacional e a modernização dela decorrente foram geridas pelas elites econômicas e pelo Estado, em especial no que tange ao incipiente processo revolucionário burguês brasileiro e aos efeitos trágicos do nacional-desenvolvimentismo; 4) evidenciar o aprofundamento da dependência e de suas condicionantes durante a gestão neodesenvolvimentista de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff através da análise dos fluxos financeiros, da atuação do BNDES e da pauta de exportações no Brasil recente; e 5) entender alguns aspectos da luta de classes no Brasil contemporâneo, em especial os mecanismos utilizados pelos governos neodesenvolvimentistas para construir sua hegemonia política e conciliar os interesses do capital financeiro, do agronegócio e da classe trabalhadora.

## 2 A “ALTERNATIVA” NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRA NA ORDEM NEOLIBERAL

Esta é a ideia: o Brasil é um país que se pensa contínua e reiteradamente. Tanto é assim que pode ser visto como uma "fábrica" de explicações, uma coleção de interpretações compondo toda uma visão do país no curso da história. Simultaneamente revela-se uma "incógnita sem fim", contínua e reiteradamente taquigrafada, com o que adquire fisionomia, expressão, colorido, sonoridade, harmonia, estridência. Mas também pode ser visto como uma "nebulosa" movendo-se no espaço e no tempo, ao acaso das forças sociais internas e externas. Eventualmente revela-se uma larga narrativa atravessada por dilemas, impasses e perspectivas que o leitor vislumbra (IANNI, 2004, p. 63).

O Brasil começou a se inserir no processo de hegemonização neoliberal de forma concreta a partir dos anos 1990. Muito já foi avaliado sobre o processo de inserção da América Latina nessa fase “final” do capitalismo, a começar pelo Chile na década de 1970. Mas é sobre algumas particularidades brasileiras que aqui nos deteremos. Na década de 1990, após meio século de variadas políticas desenvolvimentistas – de Vargas aos governos militares –, a crise da dívida externa e o desequilíbrio das finanças públicas, acompanhados de impressionantes taxas inflacionárias, abriram caminho para a implementação da nova doutrina econômica liberal. Não obstante, após uma década de reformas, a sociedade e o Estado chegam a um impasse no qual o receituário neoliberal também encontraria sua estagnação, acompanhada de uma crescente rejeição popular.

Apresenta-se então, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, uma agenda política e econômica ajustada a um projeto nacional que, para alguns, contrastava com os pressupostos estruturais em voga desde a ascensão neoliberal. A literatura no campo das Ciências Sociais tem nomeado essa fase recente sob a alcunha de “neodesenvolvimentismo”. Não há concordância, entretanto, sobre a natureza desse processo.

Dentre o elevado número de questionamentos acerca dessa fase, pelo menos nominalmente, “nova” no Brasil, escolhemos alguns que acreditamos contribuir para a construção do debate sobre os rumos de nossa sociedade e de nossa história.

Primeiramente, realizaremos uma necessária contextualização dos processos de inserção do Brasil na fase neoliberal do sistema capitalista, apresentando algumas

questões que julgamos importantes para compreender o momento mais recente, propriamente “neodesenvolvimentista”.

Por fim, buscaremos apontar as questões que nos parecem motivadoras para este debate, e que serão abordadas, de uma forma ou de outra, também nos próximos capítulos desta pesquisa: até que ponto o processo que tem sido chamado de neodesenvolvimentismo é uma ruptura com o neoliberalismo? O que explicaria a suposta descontinuidade entre um momento e o outro? E quais são as consequências mais importantes desse processo para a luta de classes?

## **2.1 Aspectos da implementação do neoliberalismo no Brasil: a conquista ideológica**

O ideário neoliberal se manifesta no Brasil ainda nos anos de 1980, momento em que o modelo desenvolvimentista dos governos militares começa a mostrar sinais de esgotamento por questões conjunturais e estruturais. Os desequilíbrios econômicos daquela conjuntura, de maneira genérica, se formaram a partir das crises da dívida externa e do balanço de pagamentos após o “milagre econômico” da ditadura civil-militar, acompanhados dos efeitos estruturais da cessação dos fluxos financeiros internacionais em função da crise asiática. A deterioração das finanças públicas impedia o investimento e a intervenção estatal na economia, base sobre a qual se fundava o modelo de desenvolvimento orientado via Estado.

A ineficiência das medidas tomadas para reanimar este modelo, como os planos Cruzado I e II, acabou por enterrar de vez o ideário desenvolvimentista, sobretudo frente à sociedade brasileira – que já tomava contato com as ideias neoliberais principalmente por intermédio dos meios de comunicação de massa, mas também através da difusão nos meios acadêmico, partidário e sindical<sup>2</sup>. No meio político-partidário, a adesão às ideias neoliberais pode ser medida, por exemplo, a partir da vitória de Fernando Collor de Melo (PRN) sobre Luiz Inácio da Silva (PT) no pleito presidencial de 1989, após intensa campanha midiática em prol das propostas de Collor.

---

<sup>2</sup> Sobre o papel dos meios de comunicação e da “grande mídia” na propagação da ideologia neoliberal, cf. Bourdieu (1998).

A natureza dessa adesão pode ser explicada como a cristalização da ideologia neoliberal, propalada exaustivamente, frente à descrença da população em geral no modelo desenvolvimentista ou na solução via Estado. No Brasil é comum, e não sem razão, considerar os serviços e as soluções via Estado como ineficientes, lentas, burocráticas, obscuras e clientelistas. Autores clássicos da sociologia brasileira, como Raymundo Faoro (2001), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Octavio Ianni (2004) e Florestan Fernandes (1976; 1985; 2011) demonstraram bem a percepção que a nossa sociedade historicamente construiu em relação ao funcionamento da coisa pública e à nossa cultura política.

Nesse sentido, o setor privado, pelo menos ideologicamente, tornou-se sinônimo de eficiência. Faz parte da construção do discurso liberal a ideia de que o setor privado é livre das distorções comuns ao setor público. A construção ideológica neoliberal, que advoga a eficiência de alocação de recursos através do mercado, produz a ideia de que são melhores os serviços particulares porque intermediados por uma lógica mercantil. Serviços públicos, portanto, tidos até então como direitos, transmudam-se em mercadorias no esteio da transformação do cidadão em consumidor.

Se lembrarmos que o conceito de ideologia em Marx (2007), grosso modo, é a construção da hegemonia de uma classe social sobre outra, isto é, a incorporação, pelas classes dominadas, da ideologia e dos interesses das classes dominantes como se fossem seus, a desmontagem do Estado no que diz respeito aos direitos sociais é, assim, apresentada como uma modernização e um progresso, que traria benefícios aos cidadãos contra a lógica atrasada e clientelista do Estado nacional.

A par disso, a engenharia ideológica utilizada não só no Brasil, mas em boa parte do mundo, remove a esperança de um projeto alternativo de sociabilidade e incute a resignação naturalizante a um modelo de conservação do *status quo*. O neoliberalismo acaba eliminando, assim, até mesmo as conquistas civilizacionais do capitalismo e da modernidade, que até então poderiam permear a sociedade brasileira minimamente através das arenas públicas como o Estado<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Apesar do caráter autocrático e repressor do Estado brasileiro, a normatização, por exemplo, das relações entre capital e trabalho, pode garantir o mínimo de civilidade e de direitos, como aprofundaremos nos capítulos seguintes.

Como construção ideológica, o neoliberalismo se baseia numa série de premissas básicas. Aludimos a algumas delas no início deste capítulo, mas poderíamos resumi-las fundamentalmente como a defesa e a naturalização do *laissez-faire*, assinalando a intervenção estatal como uma aberração nociva ao desenvolvimento da sociedade, posto que impede a expansão do capital sobre novas fronteiras de acumulação. A derrubada de fronteiras para a exploração visa a fortalecer o capital frente ao trabalho, isto é, rebaixar as conquistas que a classe trabalhadora obteve ao longo da história moderna.

Em 1990, John Williamson (1990) publicou o resumo do receituário neoliberal para a América Latina segundo as recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial no contexto de crise da dívida externa dos países periféricos. Williamson dividiu o consenso em três níveis, que deveriam ser aplicados como meio de saída da crise.

O primeiro nível de medidas diz respeito à ordem macroeconômica, isto é, a necessidade de criar condições seguras e controladas por meio de um rigoroso equilíbrio fiscal, monetário e cambial. Para tanto, coloca-se a necessidade de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais que acompanhassem a austeridade e o corte de gastos sociais pelo Estado.

O segundo nível de ações propostas se refere às reformas microeconômicas, a qual perpassa a necessidade de desoneração fiscal do capital a fim de estimular a fluidez e a competitividade no mercado interno e, sobretudo, externo, por suposto já desregulados e abertos. Essa proposta foi aceita em larga medida pelo empresariado nacional, crente de que, em função da desoneração fiscal, poderia competir no plano internacional. Entretanto, o fim de medidas protecionistas logo se fez sentir com a entrada de produtos importados, o que contribuiu para a desindustrialização da pauta econômica nacional. Outras medidas desse nível de ações foram a flexibilização dos mercados de trabalho, através da terceirização e de empregos precários, da diminuição dos encargos trabalhistas e do rebaixamento de salários.

Um terceiro nível de medidas observado por Williamson (1990) fundamentou-se na ideia de que nenhuma das outras propostas seria eficiente se não houvesse um desmonte geral do modelo baseado no Estado interventor. Nesse sentido, seria primordial desestatizar a economia através das privatizações. O Estado no entanto, não deixaria de fazer parte da economia, como alguns pensam. Seu papel estaria

resguardado a partir de uma nova institucionalidade, montada para proteger menos o trabalho e mais o capital.

Os Estados da América Latina, assim, deveriam garantir a abertura comercial, a eliminação de restrições para investimentos estrangeiros, a privatização de empresas estatais, o afrouxamento de leis e normas econômicas e laborais bem como o endurecimento de leis sobre propriedade intelectual. Williamson (1990) se referiu a este prognóstico socioeconômico como “consenso de Washington”, dado que se estabelecera como pensamento hegemônico e “única” alternativa moderna e progressista frente à crise.

Nesse sentido é que se propõem medidas liberalizantes que teriam como justificativa a diminuição do aparato, da burocracia e do custo do Estado ineficiente, como, por exemplo, a privatização das empresas, bens e serviços estatais, a delegação à iniciativa privada de responsabilidades públicas como a saúde, a educação e a previdência, o desmantelamento das normas que regem o mercado de trabalho e os direitos políticos e sociais dos trabalhadores, a desregulamentação financeira, a abertura econômica<sup>4</sup> e a “responsabilidade” fiscal<sup>5</sup>.

Se considerarmos o Estado desenvolvimentista nacional analogamente ao *Welfare State*, podemos dizer que a proposta mais veemente do neoliberalismo no Brasil seria primeiro o desmonte do Estado e a sua abertura aos interesses privados, principalmente, interesses privados externos.

Em termos de direitos sociais e políticos, a tarefa do neoliberalismo no Brasil de desregulamentação do mundo do trabalho e rebaixamento das conquistas sociais foi menos árdua se comparada a países como Inglaterra e França. Isso porque não é possível falar da existência de um Estado de Bem-Estar Social pleno no Brasil, dada a fragilidade das instituições e a inexistência de direitos universais. Afinal, os direitos sociais, trabalhistas, políticos e civis aqui foram historicamente restritos a setores da sociedade que conseguiam acessar o emprego formal.

---

<sup>4</sup> A abertura comercial, impositiva para os países economicamente dependentes e subdesenvolvidos, entretanto, não é uma medida comum nos países centrais, que tendem a ser protecionistas em setores que não dispõem de vantagem relativa sobre outros países.

<sup>5</sup> As recomendações dos países ricos e dos órgãos financeiros internacionais sobre o controle dos gastos públicos não se estende, todavia, à oneração do Estado para o pagamento de juros da dívida pública, aprofundando o endividamento e, por conseguinte, fazendo com que países cada vez mais endividados aumentem as taxas de juros para atrair investimentos e capitais externos.

Conforme demonstra Santos (1979), configurou-se no Brasil moderno uma cidadania que hierarquiza a classe trabalhadora a partir da ocupação, não se espalhando por todo corpo social e criando desigualdades nas condições de vida, de trabalho, de acesso a direitos e benefícios entre os trabalhadores com carteira e sem carteira assinada, do meio rural e do meio urbano, do setor público e do setor privado. Essa “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), portanto, exclui a massa de trabalhadores informais, subempregados ou autônomos que sustentam há muito o que Fernandes (1976; 2009) denomina de capitalismo selvagem, dependente e autocrático.

Portanto, é lícito dizer que aos trabalhadores formais do setor público e privado, que lograram usufruir das conquistas sociais do século XX, é que se direcionaram as ações mais intransigentes da agenda de reformas neoliberais no Brasil.

Concorreu para isso uma transformação da noção de direito universal para a ideia da eficiência de políticas sociais focalizadas ou ações afirmativas – que são, por natureza, de curto alcance e quase sempre compensatórias. Ao passo em que os direitos conquistados são rebaixados, opera-se uma engenharia moral e ideológica de radical individualização dos sujeitos, de forma que se elimina a noção de classe social e se obscurece a luta de classes ou se faz crer na inviabilidade de ações transformadoras coletivas e universais.

Estimula-se como caminho para o equilíbrio social a competição. Esta se baseia na ideia de competência e de esforço individual, deixando de lado o peso da historicidade das desigualdades entre uns e outros, fazendo parecer que as diferentes posições sociais e qualificações pessoais são méritos individuais e não fruto de processos socioeconômicos e culturais que garantem ou restringem o acesso, por exemplo, aos bancos escolares a uns e a outros. Dessa forma, privilégios de classe são entendidos como esforço pessoal, ao passo que cabem aos “perdedores” a responsabilidade pelo próprio fracasso.

Na mesma lógica, o neoliberalismo transforma a concepção de direitos trabalhistas em “privilégios”. Dado que tais direitos são historicamente restritos no Brasil, faz-se acreditar que alguns trabalhadores têm muitos direitos ao custo da falta de direitos dos demais. Dessa forma, as conquistas dos trabalhadores são caracterizadas como “custos” que impedem a extensão de direitos a todos (BOITO JR., 1999). Aqui novamente estimula-se a competitividade entre os trabalhadores, sobretudo pela dualidade histórica no mercado de trabalho nacional, de modo que

palavras como “flexibilização” e “liberdade” vão ganhando novos sentidos e sendo incorporadas ao senso comum.

O conceito de liberdade associa-se, para além dos pressupostos de liberação comercial e liberdade de escolha e de consumo – facilmente aceito principalmente pela ineficiência dos serviços públicos –, com a ideia de desburocratização e desregulamentação das relações trabalhistas, visto que as normas que regem o mercado de trabalho formal são entendidas como amarras ao crescimento econômico e obstáculos à superação do desemprego.

Essa racionalidade política e econômica, conforme explica Boito Jr. (1999), dá condições para que as camadas dominantes recomponham em novas bases alguns interesses candentes das camadas mais subalternas, incorporando desejos e reivindicações de amplos setores da sociedade à linha ideológica que se hegemonizava, mas subvertendo-os. Assim, é possível que as camadas sociais subalternas se identifiquem com o conjunto de ideias proposto pelo neoliberalismo, achem-no progressista e justo, ao passo em que abandonam possíveis projetos políticos alternativos.

Saes (2001) considera que o neoliberalismo se implantou e se constituiu hegemonicamente com apoio, além das classes ou frações de classe diretamente beneficiadas pela nova política econômica, das classes médias e populares, que aderem ideologicamente a ele, ainda que isso redundasse em ônus aos seus interesses – como foi percebido posteriormente. O autor ainda explica que o modelo intervencionista do nacional-desenvolvimentismo não constituiu um Estado de Bem-Estar Social entre nós, mas promoveu basicamente uma ampliação da concentração de renda e da desigualdade social através do clientelismo característico do funcionamento geral do Estado nacional. Nesse sentido, conclui que a proposta neoliberal, anti-estatista e liberalizante, assumiu uma aparência progressista de modernização e redistribuição através do mercado, tido como imune às distorções e ao funcionamento pouco transparente de um Estado historicamente corrupto e moroso.

Ideologicamente, portanto, o neoliberalismo apresentou-se como um *projeto de desenvolvimento* progressista e necessário, não obstante sua agenda política conservadora e regressiva, sobretudo no que diz respeito às relações entre capital e trabalho. Garantiu, com intensa participação de meios de comunicação e intelectuais, a eleição de políticos alinhados a seus pressupostos.

A força da autoridade científica, que se exerce sobre o movimento social e até no fundo das consciências dos trabalhadores, é muito grande. Ela produz uma forma de desmoralização. E uma das razões de sua força é que ela é detida por pessoas que parecem todas concordarem umas com as outras – o consenso é, em geral, um indício de verdade. Além disso, essa força se apoia nos instrumentos aparentemente mais poderosos de que o pensamento dispõe atualmente, em particular a [economia e a] matemática. [...] Essas pessoas elaboram coletivamente, sob a forma de consenso, um discurso fatalista, que consiste em transformar tendências econômicas em destino (BOURDIEU, 1998, p. 44-45).

Ainda, conforme Bourdieu (1998), o prognóstico neoliberal apresenta-se como “*técnico*”, sob insuspeito manto de neutralidade e republicanismo. Propõe um suposto projeto modernizador e progressista, mas que recoloca na ordem do dia ações e práticas do passado que rebaixam direitos e garantias. A aparência de neutralidade e consenso é um conhecido recurso de despolitização da agenda econômica, que busca deslegitimar o campo da luta política daqueles que se opõem à nova ordem. Estabelecem-se assim as ideias dos especialistas, supostamente alheios às pressões políticas e afeitos à retidão racional da ciência e do “bem comum”.

Não há espaço público, portanto, para alternativas, críticas e negociações, pois coloca-se a “modernização” neoliberal, fatalistamente, como “único caminho possível”. Apesar dos resultados sociais e econômicos negativos observados a partir da implementação do receituário neoliberal, bem como das lutas e resistências sociais frente à regressão que causou, a força ideológica dos pressupostos do neoliberalismo e seus aspectos de neutralidade técnica fizeram com que adquirissem *status* de inevitabilidade. Isso contribui para que o alcance das críticas e das resistências perdessem vigor.

A organização institucional e intelectual em favor das medidas neoliberais no Brasil pode ser exemplificada pela atuação de entidades patronais e seus especialistas. Segundo Pochmann (2001), propostas de reforma tributária, fiscal e previdenciária atreladas ao modelo de privatização e abertura comercial começaram a ser promovidas por entidades patronais ainda nos anos 1980 através de estudos, debates e propagandas.

Em 1988 a Confederação Nacional das Indústrias lançou um documento intitulado *Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil (CNI, 1988)*. O estudo chama a atenção para o esgotamento do modelo de substituição de

importações e para a necessidade de transformação do setor industrial brasileiro. A estratégia proposta busca equacionar a complexidade nacional do setor numa *nova institucionalidade*, baseando-se primordialmente na ideia de competitividade e abertura econômica. O sentido dessa competitividade fundamenta-se a partir do suposto aumento de produtividade e da eficiência da indústria nacional, o que garantiria uma maior expressão do Brasil em âmbito externo, bem como um novo ciclo de expansão no mercado interno.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por sua vez, encomendou e publicou em 1990 o estudo *Livre para crescer: proposta para um Brasil Moderno* (Fiesp, 1990). Escrito a várias mãos, sobretudo economistas da Universidade de São Paulo, a ideia de um Brasil moderno, nesse estudo, também correlaciona as ideias de competitividade, eficiência e produtividade contra o modelo em que o Estado participa diretamente da atividade econômica. Define ainda que o Estado deveria se limitar a garantir um mercado estável e propenso ao crescimento e desenvolvimento econômico, aqui entendidos com a expansão da participação industrial no mercado externo. Nesse sentido, a flexibilização trabalhista, a desestatização e a abertura comercial desatariam os nós que impediriam a liberdade de crescimento.

Esses libelos ideológicos, portanto, centram principalmente sobre a *redefinição dos instrumentos de regulação* que o Estado e o Brasil moderno deveriam fornecer ao mercado em prol do desenvolvimento. Isto é, há um interesse crescente do empresariado nacional em modificar marcos estruturais de funcionamento do capitalismo brasileiro, o que representa muito mais que simplesmente remodelar a política macroeconômica a partir do controle sobre as variáveis conjunturais do mercado, como juros, política fiscal ou política monetária. O que o patronato deseja nesses estudos, antenados ao que era produzido nos centros hegemônicos, eram *reformas profundas*. O foco principal, evidentemente, foram os instrumentos normativos que regulam as relações entre capital e trabalho.

O ataque se dá nomeadamente sobre a política salarial, os encargos sociais e a legislação garantidora de direitos trabalhistas, considerados pela CNI, Fiesp e intelectuais adjacentes como excessiva, arcaica e inflexível. Indicam essa rigidez como uma das causas do desemprego, ou melhor, da indisposição para empregar, o que por sua vez reprimiria o livre desenvolvimento do mercado formal de trabalho.

A perspectiva patronal ainda recoloca e imputa o problema da dualidade do mercado de trabalho brasileiro e da “cidadania restrita” ao movimento sindical. Para a

Fiesp (1990), a coação dos sindicatos sobre o empresariado agravaria o problema da superproteção trabalhista. Além de atrapalhar o livre desenvolvimento e a competitividade do setor, a legislação trabalhista e a atuação dos sindicatos fariam com que, a cada aumento salarial ou a cada novo encargo social, houvesse uma necessidade crescente de repasse do ônus ao consumidor final. Esse sistema, por sua vez, contribuiria para a informalidade e para a inflação que, por sua vez, recairiam sobre os mais pobres.

A informalidade seria, assim, um problema causado pelo excesso de leis e obrigações a que o empresário estaria estrangido a subtrair de seu lucro, o que o impediria de contratar mais. A inversão da responsabilidade pela dualidade do mercado de trabalho incide, nessa perspectiva, sobre o trabalhador organizado, protegido por uma legislação, em detrimento da massa de trabalhadores informais, alijados de garantias e desamparados em função do corporativismo sindical e das leis arcaicas que norteiam as relações trabalhistas no país.

A forma pela qual a ótica patronal – já encucada por parte da população – busca dirimir a dualidade do trabalho no Brasil é o rebaixamento geral de direitos. A existência, num mesmo sistema, de duas categorias de trabalhadores é esclarecida a partir do pressuposto de que os benefícios da categoria formal, dos trabalhadores que conseguem acessar direitos, só podem existir na medida em que se exclui a outra, a dos trabalhadores historicamente alijados do mercado formal, amplo contingente marginalizado em função dos custosos privilégios corporativistas do trabalho formal.

Alega-se a inexorabilidade, para o bem comum, de que os excessivos direitos trabalhistas e a rigidez das normas sejam flexibilizadas. Isso permitiria o atendimento das garantias mínimas de um contingente muito maior de indivíduos, reduziria o custo da produção, ampliaria o mercado formal e, em consequência, aqueceria a economia, uma vez que mais pessoas poderiam consumir mais a um custo menor. Não se fala, entretanto, na qualidade e na segurança a que os supostos novos postos de trabalho estariam sujeitos.

A sugestão de tais estudos redundante, portanto, na crítica do intervencionismo estatal e legal nas relações entre capital e trabalho. Cria-se, assim, um arcabouço teórico e técnico que sustenta ideologicamente a (contra)reforma neoliberal. É na verdade a proposição de um novo marco nas relações produtivas e políticas no capitalismo.

Acusam de desnecessária, por exemplo, a política de determinação do valor dos salários e intimam o Estado a ater-se apenas na determinação de um valor mínimo, liberando empresários e trabalhadores para uma livre negociação. Isto requereria, na prática, eliminar legalmente a rigidez salarial bem como outras garantias, reduzir direitos consagrados e conquistados durante décadas, bem como retirar ainda mais a força de atuação dos sindicatos<sup>6</sup>. As definições de mútua obrigação e os conflitos entre capital e trabalho, para eles, portanto, devem ser abandonados ao sabor das expansões ou contrações dos mercados. Os direitos dos trabalhadores deveriam, nessa ótica, realizar-se através de negociações diretas entre as categorias e os patrões, fazendo valer o negociado sobre o legislado. Não se discute, entretanto, a correlação de forças entre os dois polos da negociação, muito menos a estrutura e o funcionamento dos sindicatos. É nesses termos em que pensam a liberdade e o equilíbrio econômico e social.

A construção de um consenso para equilibrar o mercado de trabalho e equacionar as disparidades sociais, para aqueles que se orientam pela lógica neoliberal, não se dá pela busca da universalização de garantias e de direitos. O novo marco de desenvolvimento capitalista, ao contrário, aposta na austeridade naturalizada e na competição como condições para que haja liberdade e progresso. O acesso a uma vida minimamente digna, doravante, dar-se-á não através de garantias, mas através da intermediação do mercado e do consumo.

Ao invés de beneficiar apenas um pequeno grupo que gozaria de privilégios ao custo da sociedade inteira, esse discurso propõe a defesa do “interesse comum” da sociedade, leia-se, em termos neoliberais, a defesa do direito de consumir. Se não há mais classes sociais, mas apenas indivíduos, a maneira mais racional de promover uma vida digna não seria a defesa da classe trabalhadora, mas a defesa de uma categoria difusa e homogeneizante, o consumidor.

Para Bauman (2008), ocorre um enfraquecimento da noção do “cidadão produtor” – e, portanto, da noção de classe trabalhadora – no esteio do fortalecimento da noção de “cidadão consumidor”. Segundo ele, a sociedade de consumidores eclodiu como decorrência das transformações ocorridas nas últimas décadas na

---

<sup>6</sup> A problemática da atuação dos sindicatos no Brasil é demasiadamente complexa para nos aprofundarmos mais sem fugir do escopo de nossa pesquisa. Para um debate sobre a questão, cf. Boito Jr (1999) e Galvão (2003).

sociedade de produtores. Numa sociedade que passou a privilegiar o consumo como representação social de sucesso e bem-estar, as próprias pessoas também se tornaram mercadorias para serem aceitas e garantirem visibilidade social, pois passaram a expor-se e vender-se tais como produtos em vitrines. O quanto se consome tornou-se, dessa forma, um índice de reconhecimento, dignidade e autoconsciência que suplanta e transcende a consciência de classe.

Bauman (2008) afirma ainda que essa sociedade de consumidores se consolidou no final do século XX a partir do rearranjo do capital e do trabalho através das contínuas desregulamentações e privatizações. A tendência de terceirizações trabalhistas também contribuiu para esse novo tipo de sociabilidade, visto que o capitalismo tem desejado relações efêmeras, flexíveis, flutuantes e, por que não, descartáveis. O neoliberalismo consuma essa sociabilidade através de uma doutrinação ideológica que favorece essa fluidez, que faz necessário desmontar agendas coletivas e privilegiar a individualidade em detrimento da busca de verdadeiros interesses comuns, como o interesse de classe, além de obscurecer a consciência das contradições e da luta de classes. Isso enfraquece, por sua vez, as condições de resistência, organização e luta sociais.

Em nosso caso específico, a propaganda ideológica – que operou a transformação do ser social na categoria abrangente de consumidor, que supostamente partilha, em sua individualidade e busca de reconhecimento, de interesses comuns ligados ao consumo – transforma o conjunto de normas e leis trabalhistas e as garantias a elas ligadas em ônus social que prejudica as condições gerais de consumo, o que lesaria, seguindo a ótica patronal, os mais pobres e os trabalhadores informais. Por isso a flexibilização trabalhista e a terceirização, por exemplo, encaixam-se bem nessa lógica estruturalmente nova.

A defesa do consumidor seria, assim, a base da nova institucionalidade da cidadania. Além de remover as diferenças de classe, o cidadão, na perspectiva neoliberal, não é mais o sujeito dotado de direitos e garantias civis, políticas e sociais tal como demonstrou Marshall (1967), mas aquele que agora é reconhecido a partir da noção de cliente, isto é, um sujeito dotado de direitos e liberdades a partir do consumo de bens e serviços oferecidos pelo mercado. O papel da política, nesse sentido, ganha contornos populistas: a busca em reduzir a pobreza através da promoção das condições de consumir.

Os direitos sociais, arduamente conquistados durante o advento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais e do nacional-desenvolvimentismo, em menor escala, nos países periféricos, vão perdendo legitimidade e, conseqüentemente, deixam de universalizar-se através do acesso irrestrito aos serviços públicos e às garantias trabalhistas.

A cidadania ativa deixa de ser aquela em que os agentes sociais reivindicam melhorias coletivas através de pressões políticas sobre o Estado e o capital, passando a ser a característica e a índole bondosa do sujeito engajado socialmente por meio de organizações não-governamentais (ONGs) de ajuda aos necessitados. Os necessitados, não percebe o cidadão supostamente engajado, todavia, são a massa crescente de sujeitos em situação econômica e política desfavorável justamente pela não universalização dos direitos sociais. É uma maneira também do Estado reduzir seu tamanho e abandonar sua responsabilidade social ao mercado.

Àqueles que não podem gozar dessa nova cidadania, que sofrem a humilhação de não acessarem satisfatoriamente o consumo e, por isso, não serem reconhecidos socialmente, resta não a universalização de direitos sociais – como melhorias salariais e seguridade –, mas a beneficência de ONGs, o assistencialismo e a ação compensatória de políticas públicas focais, esta sim a nova função do Estado neoliberal em relação aos “excluídos”.

Segundo Pinassi (2012), até mesmo aqueles que sofrem o ônus das reformas neoliberais, incluso as organizações que resguardam os interesses de classe, partidos políticos e movimentos sociais, sofrem influências da ideologia neoliberal – a exemplo de organizações que, ao reivindicarem políticas públicas como solução de determinadas mazelas sociais, adotam o ativismo institucional como forma de luta, abandonando as estratégias tradicionais de enfrentamento e os projetos políticos alternativos à ordem burguesa. Finalmente, acabam ingressando no mundo da competitividade, das forças econômicas de mercado e do consumo com fim último da realização humana.

Não é possível compreender o fenômeno neoliberal sem considerar o grau de incorporação de seu discurso, de suas terminologias e de suas práticas que buscam *reestruturar* o próprio sentido da sociedade, da dinâmica econômica e das contradições políticas de nosso modo de sociabilidade. O neoliberalismo, antes de ser uma mera *política econômica conjuntural*, é um novo *projeto de desenvolvimento econômico e social* da civilização capitalista.

Para implementar esse projeto, fez-se necessário destruir os mecanismos políticos consolidados desde o século XIX, que garantiram no passado um meio de resistência e luta contra o avanço do capital sobre o trabalho. Uma das maneiras mais eficientes de garantir o sucesso dessa nova institucionalidade foi promover a desmobilização popular por meio da despolitização e naturalização dos processos e fenômenos sociais ligados a essa nova agenda. Consideramos isso um verdadeiro ataque das classes dominantes e uma expressão contemporânea da luta de classes.

Para Gramsci (1978), a hegemonia se dá por meio do consentimento das classes dominadas em relação aos valores e normas das classes dominantes. Embora isso não signifique a ausência de expedientes repressivos e coercitivos através do Estado, a aceitação, por aqueles que se quer dominar, de uma cosmologia articulada aos interesses daqueles que dominam é mais eficiente para a composição de uma hegemonia e de um bloco de poder político e econômico. O processo de consolidação hegemônica através do consenso entre dominados e dominantes se dá, assim, por meio de concessões das classes dominantes em “benefício” das classes subalternas. Dessa forma, aqueles que constroem sua hegemonia podem atender certos interesses dos dominados, sacrificando alguns de seus próprios interesses econômicos imediatos, mas objetivando a inserção de todo o corpo social aos princípios hegemônicos em vigor.

É lícito, portanto, localizar as políticas públicas e as chamadas ações afirmativas no ambiente das concessões que se estruturam no esteio da reformulação do papel do Estado segundo os novos interesses das classes dominantes. Nesse sentido também é que entendemos as medidas que promovem a elevação do padrão de consumo do conjunto social, em especial do subproletariado. Acompanhadas da ideologia neoliberal, essas medidas servem para conciliar as contradições do modo de produção capitalista, esconder a violência de sua forma dependente e dismantelar as tentativas de rupturas com a ordem.

Compõe-se, portanto, desde os anos de 1980 até hoje, inclusive nesse ciclo “neodesenvolvimentista”, de maneira satisfatória, uma hegemonia ideológica neoliberal de cima a baixo na sociedade brasileira. A incorporação do neoliberalismo não se tratou simplesmente de uma remodelagem de política econômica através de ajustes técnicos e macroeconômicos da variação cambial, fiscal e monetária. Tratou-se de um projeto político e econômico profundo, que ultrapassa os postulados do consenso de Washington.

Uma política econômica está mais relacionada com o conjunto de medidas e instrumentos técnicos das variáveis macroeconômicas de uma sociedade, isto é, o manejo das variáveis fiscais, monetárias e cambiais que mantêm o espaço econômico apto ao desenvolvimento capitalista. Apesar de serem medidas instrumentais e técnicas, não deixam, é claro, de representar um ponto de vista político. A questão é que tais instrumentos técnicos não podem alterar profundamente a maneira como uma sociedade se reproduz, porque seu alcance político é insuficiente para que ocorra uma mudança estrutural.

Dessa maneira, o neoliberalismo não é sinônimo de ajuste fiscal, *superávits* primários e a flutuação cambial. Estes são apenas instrumentos de racionalização econômica de que fazem parte e são condições necessárias para o seu funcionamento. A estabilização macroeconômica é, na verdade, um *pré-requisito* para a implementação do projeto de desenvolvimento do qual fala a ideologia neoliberal. Ela é alcançada por políticas econômicas que levem em conta fatores conjunturais e técnicos do cenário interno e externo, calibrando as variáveis para garantir que as reformas estruturais do projeto de desenvolvimento neoliberal sejam aplicadas de maneira eficiente.

O objetivo maior da ideologia neoliberal, apesar de requerer políticas econômicas conjunturais, são as *reformas estruturais*, estas sim ligadas ao núcleo do modelo ideal de desenvolvimento proposto por intelectuais como Friedrich Hayek (1984) e Milton Friedman (1988): o capitalismo *laissez-faire*, a liberalização econômica e a modificação estrutural da sociedade no sentido de que, quanto mais as relações sociais forem intermediadas por relações mercantis, melhor e mais perfeita será a alocação de recursos e o desenvolvimento social, o que garantiria o equilíbrio econômico, o bem-estar social, a distribuição, a justiça etc. No fim das contas, significa a tentativa histórica de reanimar o capitalismo mundial após a crise dos anos 1970. Para tanto, se constitui como uma doutrina coerente, militante e incisiva na busca de transformar o mundo à sua imagem e semelhança, expandindo-se pelo planeta para satisfazer seus desígnios: maximizar a exploração e a apropriação da força de trabalho – seja na produção, seja no rentismo.

Nominalmente, para se chegar concretamente o mais próximo possível desse modelo ideal e dessas premissas, propõe-se a completa liberalização através do desmonte do modelo social e econômico anterior – o *Welfare State*, no caso dos Estados Unidos e da Europa ocidental. É esse o sentido de reformas estruturais como

as privatizações de empresas e serviços públicos, a austeridade fiscal, a desregulamentação jurídica, a abertura comercial, a liberalização financeira e, de maneira primordial, a desregulamentação das relações entre o trabalho e o capital e o rebaixamento de direitos e garantias da classe trabalhadora. Busca-se, assim, reforçar o papel do setor privado na sociedade e na economia, abrindo novos espaços de valorização do capital e estimulando a mercantilização das relações humanas.

## **2.2 O Brasil neoliberal**

Parte dessa reestruturação do Estado brasileiro a partir da incorporação do neoliberalismo foi a conjuntura de crise do Estado desenvolvimentista nos anos 1980 e a alarmante escalada dos índices de inflação e desemprego, acompanhados do fracasso das soluções planejadas para a estabilização econômica, a exemplo do Plano Cruzado I e II, do Plano Bresser e do Plano Verão nos governos de José Sarney entre 1985 e 1990.

O Plano Cruzado foi o primeiro conjunto de medidas macroeconômicas após a ditadura civil-militar, postas em prática no início de 1986, sob a presidência de José Sarney. As medidas, em linhas gerais heterodoxas e keynesianas, buscavam reequilibrar a economia nacional e combater a inflação congelando os preços de bens e serviços, a taxa de câmbio e os salários para dar continuidade ao projeto representado pelo desenvolvimentismo dos militares. Inicialmente contendo a inflação e aumentando o poder de compra dos salários, o plano falhou após quatro meses sobretudo pela crise de desabastecimento causada pela alta demanda de produtos (o que na prática ocasionou a cobrança de um ágio em função da escassez), pela insatisfação do empresariado e pela deterioração das contas externas através do aumento das importações e queda das exportações, esgotando as reservas cambiais.

Após as eleições de 1986, implementou-se o Plano Cruzado II, que consistia na liberação parcial dos preços de produtos e serviços, inclusive dos aluguéis, e no aumento das taxas e tributos para controlar o déficit fiscal e aumentar a receita tributária. A disparada nos preços causou imensa insatisfação popular. Além disso, o congelamento e, conseqüentemente, a sobrevalorização da taxa de câmbio impunha ainda a queda das exportações e o esgotamento das reservas cambiais em moeda estrangeira, o que levou a suspensão do pagamento da dívida externa aos bancos. A desestabilização fez o governo rever a desindexação da economia a partir do fracasso

apresentado pelo Plano. Assumiria o Ministério da Fazenda o economista Luís Carlos Bresser-Pereira em junho de 1987. Falhado também o Plano Bresser para estabilização da crise, e de seu sucessor, o Plano Verão do ministro Maílson Ferreira da Nobrega, o país ainda caminhava para a hiperinflação, que atingiria o patamar 1038% em 1988, continuando a crescer 28,94% ao mês em 1989 (SKIDMORE, 2000).

As políticas econômicas desses governos falharam e já não eram compatíveis com o cenário econômico internacional de que o Brasil, como país dependente, participava. Jogava-se, assim, a última pá de cal sobre o projeto desenvolvimentista que se construiu – com grandes variações conjunturais e ideológicas nos diferentes momentos históricos, é bom ressaltar – desde a Era Vargas. Pavimentava-se, por outro lado, o caminho para o neoliberalismo, agora não apenas ideologicamente, mas concretamente.

Entusiasta neoliberal e elevado à condição de herói pelos oligopólios da imprensa nacional, Fernando Collor de Melo consegue se eleger no pleito de 1989. Candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva era frequentemente associado ao projeto envelhecido do nacional-desenvolvimentismo e do estatismo – inclusive ao modelo soviético que naquele momento agonizava. Collor, ao contrário, representava o discurso da modernização, do “anti-estatismo”, da liberalização, do combate à corrupção dos “marajás”. Apontava-se como o caminho para a superação da crise que corroía os salários. É simbólica sua propaganda televisiva em que defende a “desestatização” da economia como forma de melhorar áreas sensíveis à população como a saúde e a educação: um elefante desajeitado, representação narrativa do Estado, invade a casa de uma família, intervém na tranquilidade privativa do lar e atrapalha os convivas à mesa.

Dessa forma, uma nova fronteira começava a ser vencida pelo capital, sobretudo o internacional. O Programa Nacional de Desestatização<sup>7</sup> do governo Collor abria caminho para o fortalecimento e o aprofundamento do que Fernandes (1976) considera a articulação do capitalismo dependente no Brasil.

Embora a agenda privatizante tenha aumentado sua dimensão no governo Collor, suas origens remontam a 1981, durante a administração do general João

---

<sup>7</sup> O Programa Nacional de Desestatização foi sancionado pelo presidente Collor através da Lei 8.031 de 12 de abril de 1990, além de decretos e leis complementares.

Baptista Figueiredo. A crise que se desenrolou com o fim do “milagre econômico” da ditadura, juntamente com o fracasso do III Plano Nacional de Desenvolvimento frente à escassez de empréstimos e investimentos, ensejou a criação da Comissão Especial de Desestatização e a privatização de 20 empresas. O governo Sarney deu sequência ao projeto, privatizando mais 18 empresas.

Ainda assim, a política de privatização dos governos anteriores a Collor foi de menor impacto. A maior parte das empresas privatizadas eram de pequeno porte e algumas, inclusive, não eram originalmente estatais, mas foram compradas pelo Estado e depois reprivatizadas. Além disso, segundo Castelar e Giambiagi (1992), antes de Collor o recurso da privatização não estava atrelado a um amplo programa de reformulação do papel do Estado na economia e de reformas estruturais, bem como não contava com o apoio do Poder Legislativo, que muitas vezes impedira a ação do Executivo na continuidade do projeto, retirando-lhe força política.

A partir de Collor, no entanto, o Programa Nacional de Desestatização se constituiria como móvel basilar da redefinição do papel do Estado, inclusive como forma de saída da moratória da dívida pública. Dessa forma, o perfil das empresas privatizadas nesse momento era outro: empresas de grande porte e de atuação estratégica na estrutura industrial do país, tais como as do setor de siderurgia, de petroquímica e de fertilizantes agrícolas. Além disso, o setor de serviços públicos também estava na mira. Instituição relevante nesse processo, a venda das estatais ainda contava com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da compra a juros baixos.

Segundo Velasco (1997), a privatização da Usiminas nesse contexto foi decisiva para constituir um modelo de desestatização que seria utilizado nos anos seguintes. Dado que as privatizações se tornaram, nos anos 1990, parte do chamado ajuste estrutural da economia em muitos lugares do mundo, passaram a contar com maior legitimidade interna em função da suposta necessidade de reposicionamento do Estado no mundo contemporâneo. Dessa maneira, o PND pode contar com o sólido apoio do Congresso Nacional e da “opinião pública”.

Privatizar a Usiminas e constituir um modelo eficiente de desestatização aumentaria, além disso, a credibilidade da economia brasileira frente aos investidores e credores estrangeiros. Buscou-se, também, reduzir as resistências e desarmar as críticas. Aos funcionários da estatal, por exemplo, foi oferecida a participação no capital da nova empresa, bem como lugar no conselho administrativo. A fórmula seria

usada, dessa maneira, na futura privatização da Companhia Vale do Rio Doce durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A despeito do insucesso político do presidente Collor, que renunciaria em dezembro de 1992 acusado de crime de responsabilidade, suas políticas fiscais e econômicas, prenúncios das reformas que estavam por vir, tiveram grande impacto no estabelecimento da agenda neoliberal. Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, expandiu esse modelo. Ainda ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, Cardoso e sua equipe de especialistas colocaram em prática de maneira bem-sucedida o Plano Real no intuito de equilibrar a economia nacional. O sucesso do Plano contribuiu ainda para a sua eleição e para a segunda derrota de Lula.

É oportuno frisar que o Plano Real propôs uma grande modificação econômica e gerencial no país. A elaboração do plano se deu num momento de polarização política entre o antigo modelo desenvolvimentista e o neoliberalismo que se hegemonizava. Seu sucesso remodelou, portanto, a composição dos blocos de poder no interior do Estado brasileiro. Pôs na ordem do dia os ditames do consenso de Washington, integrando o Brasil à nova ordem do capitalismo internacional, abrindo as portas do país de maneira irrestrita ao capital estrangeiro. O papel do Brasil nessa nova ordem, no entanto, não seria novo. Na ordem globalizada do neoliberalismo, os países periféricos mantiveram e aprofundaram seu papel subalterno. A novidade seria o incremento da exploração também através do sistema financeiro.

O Plano Real constituiu, grosso modo, um grande ajuste fiscal acompanhado de medidas combativas à hiperinflação. No conjunto das proposições “técnicas”, aproveitou-se para eliminar os resquícios políticos e os instrumentos normativos do antigo modelo, colocando em prática medidas de desregulamentação dos mercados, inclusive o financeiro, e rebaixamento de garantias sociais.

À desindexação da economia atrelou-se a mudança da moeda, instituindo a paridade do real com o dólar, e o aumento dos juros sob a alegação de que ajudaria a conter a inflação, reduzindo os empréstimos. Na verdade, atendeu principalmente o interesse do capital financeiro, atraído, na lógica especulativa, pela alta dos juros. Concorreu, para tanto, o contingenciamento através da manutenção artificial da valorização do câmbio.

Sob o imperativo da competitividade, a abertura comercial e a desregulamentação cambial eram também propostas como meio de modernização do parque industrial e da força produtiva através da concorrência. Os dados, no entanto,

descrevem uma paulatina desindustrialização a partir da década de 1990, ativando a lógica do que Sampaio Jr. (2007) chama de “reversão neocolonial”.

A desregulamentação do mercado nacional também foi um passo importante. Abriu-se a concessão para exploração de serviços como o sistema de transportes e comunicações, bem como aboliu-se o impedimento de participação estrangeira nesses setores. Além da continuidade das privatizações de setores estratégicos como mineração e energia, extinguiu-se o monopólio da Petrobrás sobre a exploração de petróleo.

A abertura às importações cumpriria o papel de suprir a demanda e frear a inflação. Respondia também, é bom destacar, à pressão internacional contra o protecionismo, abrindo novos mercados ao capital externo, principalmente o financeiro. Chesnais (1996, p. 67) ressalta que

A “mundialização financeira” possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala “mundial”. Sua arquitetura inicial, como as reformas introduzidas desde a crise asiática, tem a finalidade de permitir a valorização de um capital de investimento financeiro em todos os países capazes de acolher capitais de investimento estrangeiro. Foi, portanto, preciso levar esses países a se dobrar frente às injunções da liberalização financeira capitaneadas pelo FMI.

O autor ainda observa que, para satisfazer esse novo regime financeirizado, a liberalização não pode apenas se restringir ao mundo financeiro. Ocorreu, assim, uma nova interpenetração entre o capital financeiro e a indústria nos espaços nacionais, permitindo que houvesse uma liberdade total dos fluxos de investimento por um lado, e de abastecimento, produção e comercialização por outro. Remove-se, por isso, qualquer constrangimento aos fluxos de investimento e de abastecimento do mercado interno por meio da desregulamentação dos setores comercial e financeiro. Os investimentos se dão por meio do que os economistas chamam de “poupança externa”, isto é, Cardoso promoveu a abertura comercial e financeira ao mesmo tempo em que aumentava a taxa de juros e apreciava o real frente ao dólar, atraindo capitais estrangeiros e aumentando a dívida externa. Os juros altos remunerariam bem tais capitais, enquanto que o câmbio apreciado incentivaria o consumo.

Acompanhada dessas desregulamentações, instituiu-se também a sacralização da “responsabilidade fiscal” como forma de manter o equilíbrio das contas públicas. A

política de juros altos, a liberalização financeira e o paradigma da responsabilidade fiscal estão ligados, por sua vez, ao intocável montante destinado aos pagamentos da dívida pública. Para isso, demitiu-se milhares de funcionários do Estado e aprofundou-se a reforma estrutural e gerencial através das privatizações e criações de agências de controle. Dessa forma, eliminou-se qualquer possível agenda alternativa ao neoliberalismo que pudesse realizar-se via Estado, que ficou obrigado a colocar como meta, acima de qualquer outra coisa, o superávit primário, sob pena de ser irresponsável.

Ao nosso ver, o Plano Real propunha uma sanitização da economia do país como forma de demonstrar, principalmente, segurança ao capital e aos investidores externos. Parte dessa política sanitária se fez por meio da desregulamentação: a flexibilização trabalhista, a abertura comercial e financeira e a desestatização. Era preciso, para garantir o cumprimento da cartilha ideológica neoliberal, desmontar as estruturas econômicas e políticas construídas durante o século XX.

Conforme Sallum Jr. (2000, p. 27), as mudanças durante o governo Collor e o Plano Real foram os principais elementos da solidificação da hegemonia neoliberal no interior da sociedade brasileira e no Estado. O conjunto de ações naquele momento

[...] contribuiu para danificar o arcabouço institucional-desenvolvimentista e para reorientar em um sentido anti-estatal e internacionalizante a sociedade brasileira. E isso tanto no plano das regras e normas articuladoras de Estado e mercado como no plano da difusão ideológica.

Há de se considerar, para o autor, que em vistas ainda dos efeitos da crise econômica dos anos 1980, os governos de Collor e Cardoso possibilitaram a resolução também de uma crise política. A constituição do que denomina como um “novo bloco hegemônico de poder” na sociedade brasileira – neoliberal e polarizado em relação ao que se apresentava como um projeto desenvolvimentista e distributivista do Partido do Trabalhadores naquele momento – arregimentou não apenas parlamentares, tecnocratas, empresários e mídia, mas também a classe média, parte do sindicalismo urbano e a massa da população mais pobre (SALLUM JR., 2000).

Além dos motivos que já expusemos, a aceitação popular do neoliberalismo se deu pelo sucesso da implementação do Plano Real. A estabilização monetária foi acompanhada de um relativo incremento na participação econômica das classes mais

baixas, que sempre estiveram excluídas do mercado de trabalho formal e das garantias que ele proporciona<sup>8</sup>. A valorização cambial, a paridade entre o dólar e o real e a remoção de barreiras à importação, da mesma forma, agradaram os setores da classe média pelo incremento de consumo de produtos importados. O aumento da oferta de crédito nos meses iniciais do Plano e o parcelamento de compras atraiu igualmente as famílias de baixa renda e de classe média para o consumo.

As reformas realizadas durante o governo Cardoso obtiveram, em comparação a Collor, maior facilidade de consecução. Passaram pelo Congresso com relativa facilidade, seja pelo realinhamento político no interior do Estado, seja pelo apoio social das camadas baixas e médias em função das concessões materiais, as mudanças constitucionais de desregulamentação, as quebras de monopólios, as concessões à iniciativa privada e o fim da diferenciação entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro (SALLUM JR., 2000). Nessa trama, apresentou-se como progressista o projeto político de rebaixamento de direitos no bojo das reformas propostas.

Bresser-Pereira (1998) argumenta que a crise econômica da década de 1980 tem como causa a crise do Estado que, tendo crescido em demasia, criou um desequilíbrio. Diante desse quadro, era imprescindível, segundo ele, uma reforma que sanasse, ao mesmo tempo, a) a crise fiscal, como forma de reaver o crédito público, reduzir a dívida pública, retraindo a inflação e os juros e recuperar a capacidade de crescimento do PIB; b) a crise do modelo de inserção do Estado na economia, revendo a política de subsídios, a proteção da economia nacional e o excesso de regulação dos mercados que eleva o “custo Brasil”; e c) a crise da administração, modernizando o modelo ineficiente, rígido e burocrático de gestão do imenso Estado brasileiro.

No entanto, o resultado de uma década de aplicação desse novo modelo foi economicamente e socialmente catastrófico, como o próprio autor chegou a admitir depois.

As reformas neoliberais implantadas durante os governos Collor e Cardoso foram estruturais porque promoveram mudanças profundas na dinâmica de acumulação interna, impulsionadas por um aumento da voracidade da acumulação

---

<sup>8</sup> Como dissemos anteriormente, os trabalhadores formalizados e o funcionalismo público, no entanto, sofreram com a regressão dessas garantias e com a redução de sua renda e participação econômica.

externa. Tais reformas se deram sob a promessa de que seriam retomados o investimento, o crescimento econômico, o pleno emprego e a distribuição de renda através dos estímulos da concorrência aberta e da liberdade de empreendimento econômico e de consumo.

No entanto, essas mudanças, considerando as particularidades históricas da América Latina e do Brasil, trouxeram ao apagar das luzes o aprofundamento de um problema que não é novo. As reformas neoliberais serviram para aprofundar os *condicionantes estruturais da dependência* das economias latino americanas, especificamente. Trataremos com mais detalhes desse problema na seção seguinte desta dissertação. Entretanto, por ora, é razoável salientar os efeitos gerais da implementação do projeto neoliberal sobre a relação de dependência entre os países hegemônicos do capitalismo e os países periféricos, tal como o Brasil.

Se considerarmos as novas condições no plano comercial e no plano financeiro, agora liberalizados, além de questões sensíveis como a dívida externa e interna, podemos indicar que os novos marcos estruturais do neoliberalismo aprofundam velhos mecanismos e criam novas formas de transferência de um valor produzido por economias capitalistas periféricas em direção às economias centrais.

Uma das questões mais importantes em uma economia dependente, segundo a consagrada tese da teoria marxista da dependência e de acordo com intelectuais como Marini (2000) e Bamberger (1986), é que o valor produzido por ela não é por ela apropriado totalmente. Parte do valor produzido por uma economia periférica e dependente é realizado e apropriado na dinâmica de acumulação de uma economia externa.

Isso ocorre devido a condicionantes estruturais que se formaram desde o primeiro momento de inserção das sociedades dependentes no sistema econômico capitalista, isto é, desde a conquista e colonização no século XVI (FRANK, 1967). Primeiramente participamos do sistema econômico internacional a partir da lógica de acumulação primária realizada pelas metrópoles europeias. Contemporaneamente, ainda participamos do sistema capitalista de modo subalterno, mesmo como sociedades “independentes” do jugo colonial (FERNANDES, 1976; 2009). Os laços de dependência e de transferência de valor de uma sociedade à outra ficaram cada vez mais complexos e, hoje, se dão pela quebra de mecanismos de proteção em relação à transferência de capital – seja ele industrial, comercial, bancário, fictício (CARCANHOLO, 2010).

Entretanto, ainda que haja transferência de valores para as economias centrais, é necessário para uma sociedade capitalista dependente que uma parcela da riqueza que produziu faça parte de sua dinâmica interna de acumulação. É com essa fração de riqueza que tal sociedade dinamizará o ciclo de produção, crescimento e desenvolvimento desigual e combinado.

O que diferencia a dinâmica do capitalismo dependente da dinâmica do capitalismo “comum” é que a simples exploração do trabalho e apropriação de mais-valia não são suficientes para atender ao mesmo tempo a acumulação interna e a acumulação externa. Desse modo, em sociedades dependentes, ocorre a superexploração e a sobreapropriação da força de trabalho (FERNANDES, 1976; MARINI, 2000).

O ponto fundamental, por ora, é que as propostas de desenvolvimento do neoliberalismo tendem a aprofundar, por velhos e novos mecanismos, a superexploração da força de trabalho e a sobreapropriação de mais-valor em economias dependentes, aumentando a taxa de transferência de valores em direção aos centros hegemônicos do capital. É nesse sentido que se dão as propostas de reformas e as desregulamentações no plano comercial, financeiro e, sobretudo, trabalhista.

Em geral, essas reformas localizam-se sob a responsabilidade de governos de direita, como foram os casos dos governos eleitos de meados da década de 1980 ao fim da década de 1990. Passaremos, então, ao exame das condições em que se desenrolou a proposta “neodesenvolvimentista” durante os governos do Partido do Trabalhadores entre 2002 e 2015.

### **2.3 Mudando a aparência para manter a essência**

O debate sobre o que é o neodesenvolvimentismo ainda se mostra nebuloso. Como ainda não é uma ideologia consolidada, o conceito de neodesenvolvimentismo por vezes pode confundir, pois muda conforme trocamos os interlocutores do debate. Tal conceito se apresenta com distintos significados: por vezes é tratado como uma inflexão no nível das políticas macroeconômicas, outras vezes é debatido em um nível cognitivo mais amplo e se apresenta como uma alteração da estratégia de desenvolvimento. Para alguns, ainda, a compreensão desse ciclo sobrepõe, ao

mesmo tempo, a ideia de uma inflexão macroeconômica e de uma nova estratégia de desenvolvimento, como veremos a seguir.

De modo geral, aqueles que advogam o início de um diferente ciclo histórico no Brasil, representado pela chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, independente dos distintos significados que deem ao termo, consideram-no – como sugere a adição do morfema “*neo*” – como algo novo. Se novo, observam esse ciclo em relação a algo que consideram superado. Frequentemente, o neodesenvolvimentismo das duas primeiras décadas do século XXI é apontado, pelo menos no nível do discurso, como referência de superação ao neoliberalismo brasileiro da década de 1990.

Todavia, aqui o consideraremos como uma *construção narrativa* que se apresenta como uma “terceira via”, entre um possível socialismo contemporâneo e um neoliberalismo que supostamente estaria em crise e estagnado. Apresenta-se também como uma revisita ao nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, mas atualizado em seus meios e instrumentos a par dos condicionantes contemporâneos, para reanimar o “destino nacional” e construir o mitológico “Brasil grande”.

### **2.3.1 A teoria novo-desenvolvimentista, a vertente macroeconômica e estruturalista do neodesenvolvimentismo**

Um dos nomes mais importantes na construção da narrativa neodesenvolvimentista é o de Luiz Carlos Bresser-Pereira, apontado como criador da base teórica do novo-desenvolvimentismo. Poderíamos classificar sua produção teórica, bem como a de seus discípulos, como pertencente à corrente da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento<sup>9</sup>.

Em livro recentemente publicado<sup>10</sup>, *A construção política do Brasil* (2014), Bresser-Pereira faz uma extensa avaliação do processo de formação da sociedade e

---

<sup>9</sup> Segundo Castelo (2013, p. 392), “neste grupo despontam Luiz Carlos Bresser-Pereira e seus assessores e discípulos, na sua maioria ligados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a Revista de Economia Política e a Associação Keynesiana Brasileira, bem como a outros centros universitários espalhados pelo país (e mundo afora). São politicamente próximos do PSDB e de outros grupos de centro-direita, mas não são quadros partidários. Sua força não deve ser desprezada, pois conseguem, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia – financiados com recursos de grandes empresas e com apoio de oligopólios da mídia – exercer influência em setores do empresariado, governo, intelectualidade e ‘opinião pública’”.

<sup>10</sup> Na verdade, tal obra é um compêndio teórico e bem fundamentado dos escritos e ideias que o autor vem divulgando desde os anos 2000, seja no meio acadêmico ou nos espaços midiáticos, tais como

da economia brasileira, sobretudo após o processo de Independência. Para ele, aqui constitui-se uma tensão entre dois modos de inserção nacional no capitalismo mundial: a via liberal e a via desenvolvimentista. A par disso, propõe uma observação histórico-estrutural que separa a formação do Brasil em três ciclos a partir da relação entre o Estado e a sociedade: o ciclo da integração territorial, ocorrido durante o Império; o ciclo da nação e desenvolvimento, entre 1930 e 1980; e o ciclo da democracia e justiça social, a partir da década 1980. Nos interessam aqui suas proposições acerca do último ciclo e a correlação de sua teoria novo-desenvolvimentista com o segundo ciclo.

Para o autor, o neodesenvolvimentismo deve ser também um desenvolvimentismo que se preocupa com os problemas sociais, o que diferenciaria sua proposta do desenvolvimentismo clássico da década de 1950, momento em que se pensava mais no crescimento econômico em detrimento de uma justiça social. Em nível teórico, advoga que o Estado deve ser um indutor de crescimento e desenvolvimento social por meio de um “intervencionismo moderado” sobre áreas não competitivas do mercado, o que o coloca, em tese, em oposição à ortodoxia neoliberal<sup>11</sup>.

Um dos mais fortes argumentos que sustentam sua análise é a percepção de que os países hoje hegemônicos e centrais não se tornaram desenvolvidos através de políticas econômicas liberais, mas por meio de um longo processo de revoluções capitalistas que se deram através da aliança entre setores burgueses progressistas, classes trabalhadoras e Estado, coalizados a partir de um projeto nacional de crescimento, desenvolvimento e soberania. Cita a Inglaterra e a França dos séculos XVIII e XIX como exemplos de revoluções capitalistas e desenvolvimentistas, bem como o desenvolvimento dos Estados Unidos após a Revolução Americana de 1776 e da Alemanha bismarckiana, dentre outros países europeus, no século XIX. No século XX, cita o exemplo das nações asiáticas, como o Japão, que, mesmo sob o imperialismo americano, desenvolveram-se através de métodos não ortodoxo-liberais. A exemplo do Brasil, outros países teriam ainda iniciado um processo de revoluções

---

*The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach* (2008) e *Globalização e competição* (2009).

<sup>11</sup> Por “ortodoxia neoliberal” entendemos o receituário da política macroeconômica baseada no que Williamson (1990) chamou de “consenso de Washington”.

capitalistas e de desenvolvimento, mas sem obter êxito completo por terem-no interrompido, tornando-se nações de renda média.

Bresser-Pereira (2014) defende, portanto, que o desenvolvimento econômico e social só ocorre através de revoluções capitalistas realizadas a partir da união dos setores antagônicos da sociedade sob uma coalização de interesses para transformar um país estagnado em um Estado-nação forte, independente e industrializado. Tal coalizão seria impossível sem a participação ativa – mas moderada – do Estado na economia.

Isso teria ocorrido no Brasil entre 1930 e 1980, no desenrolar do que considera o “ciclo da revolução capitalista brasileira”. O protagonista desse processo fora o Estado, encarnado na figura de Getúlio Vargas a partir de 1930, que promovera reformas administrativas e político-econômicas de modernização da economia e da sociedade, orientando a alocação de recursos para que houvesse uma industrialização e uma reacomodação do poder nas mãos da burguesia urbano-industrial, que substituíra a oligarquia aristocrática do ciclo anterior.

Teria sido, então, a revolução capitalista, nacionalista e desenvolvimentista brasileira empurrada por uma coalização política heterogênea que unificava sob uma mesma bandeira – um projeto nacional de autonomia e industrialização – os setores substituidores de importação da velha oligarquia, os empresários industriais, a burocracia estatal, os militares e os trabalhadores urbanos<sup>12</sup>. Dessa maneira, Vargas, sustentado pelo apoio das massas urbanas, deu condições para a existência de um Estado burguês, ainda que antidemocrático até a década de 1950 e substancialmente autoritário após 1964 e 1968.

Apesar de constituir, sobretudo durante as ditaduras Vargas e civil-militar, um duro golpe sobre os movimentos progressistas advindos de setores da sociedade ligados aos interesses da classe trabalhadora, bem como promover a alta concentração de renda por meio do capital monopolista sob as barbas do Estado clientelista, para Bresser-Pereira (2014, p. 131), importa o fato de que o Estado

[...] deixará de ser mero garantidor da ordem social, como ocorrera até 1930, para assumir o papel de prestador de serviços sociais e, mais

---

<sup>12</sup> Diversos cientistas sociais contestam a ideia de uma revolução burguesa nesses moldes no Brasil. Sobre o assunto cf. Fernandes (1976), Marini (2000) e Bambirra (1986). No capítulo seguinte buscaremos aprofundar esse debate.

que isso, de ser agente do desenvolvimento econômico, um Estado cuja burocracia técnica e política constituíam, ao lado da burguesia industrial, as classes dirigentes do país.

Considera ainda que durante a ditadura civil-militar, a partir de 1968, a revolução capitalista brasileira atingiu satisfatório índice de crescimento econômico. Durante seu “milagre econômico”, a economia brasileira “cresceu a uma taxa anual de 11,3% e a indústria a uma taxa de 12,7% ao ano” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 221), só desacelerando em 1974.

É bom lembrar que o elevado crescimento durante os “anos de chumbo” não trouxe, entretanto, desenvolvimento social, mas aprofundou a concentração de renda e riqueza. Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2003) dão conta de que, em 1960, os 20% mais pobres da população brasileira tinham 3,9% do total da renda nacional, ao passo que vinte anos depois, em 1980, essa mesma porcentagem da população detinha apenas 2,8% da renda produzida no país.

Paulani (1994) considera que, apesar do crescimento econômico propiciado pela expansão da indústria no período – uma expansão de aproximadamente 25% durante o “milagre” – dar condições para um aumento real da renda e do emprego, o contexto político repressivo da ditadura não permitiu que os trabalhadores organizados e os sindicatos atuassem politicamente no sentido de uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora a partir da distribuição de renda e de garantias trabalhistas. Os trabalhadores, dessa forma, não podiam lutar por uma melhor divisão da crescente riqueza gerada pelo capitalismo nacional durante o desenvolvimentismo, o que aprofundou a clivagem social.

Nos anos 1980, já sob recessão econômica, a “década perdida” marcaria o fim do “ciclo de desenvolvimento nacional”, como já indicamos anteriormente, por razões sobretudo externas, visto que o modelo desenvolvimentista não fez superar a dependência e a vulnerabilidade nacional em relação aos centros econômicos.

Coincide, então, com o fim do “ciclo revolucionário” brasileiro a imersão da economia global na era neoliberal. Bresser-Pereira (2014), no entanto, considera que 1988, ano da promulgação da “Constituição Cidadã”, marca o início do terceiro ciclo histórico do capitalismo brasileiro, isto é, o “ciclo da democracia e justiça social”. Justifica que os anos de repressão da ditadura militar teriam causado um clamor social para a redemocratização e abertura política aos moldes liberais. Considera que esse

ciclo contemporâneo avançou muito em termos sociais e políticos, creditando tal fenômeno à implementação da Constituição de 1988 que promoveu, entre outras coisas, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, a universalização da educação básica pelo poder público e a construção de políticas sociais, de ações afirmativas e de assistência social. Desconsidera-se, no entanto, que, conforme se adotavam políticas sociais de inclusão, ocorria o rebaixamento de direitos e garantias durante os anos de 1990, sobretudo através da reforma previdenciária e trabalhista.

Para a teoria novo-desenvolvimentista, a retomada do desenvolvimentismo hoje não pode mais se dar sobre bases autoritárias como no passado. É preciso que o neodesenvolvimentismo seja democrático, buscando repartir com mais justiça o crescimento econômico. Para tanto, não faz restrição à mitigação das “questões sociais” via políticas públicas. Na verdade, propõe e estimula justamente essa via para solucionar os desequilíbrios sociais e políticos da cultura nacional e do modo de produção capitalista, incumbindo o Estado do socorro àqueles que o mercado não pode salvar. Para tanto, a teoria novo-desenvolvimentista

[...] defende políticas ativas de diminuição das desigualdades que, se deixadas por conta do mercado, são muito elevadas. Que políticas são essas? Não são a expansão fiscal como solução mágica para todos os problemas, muito menos a austeridade em todas as circunstâncias, mas o aumento das despesas sociais do Estado e seu financiamento por um sistema de impostos progressivos (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 163).

Outro ponto perceptível é que o novo-desenvolvimentismo, que em tese tem sua razão de existir justamente para fazer frente ao modelo proposto pela ortodoxia ideológica neoliberal, não o faz no nível das contradições entre trabalho e capital, mas no nível dos ajustes técnicos e políticos do modelo macroeconômico. Argumenta que, com o fracasso das políticas macroeconômicas do desenvolvimentismo na década de 1980, entregamo-nos ao neoliberalismo e ao modelo macroeconômico liberal de Collor e Cardoso, que trouxeram desequilíbrio, baixo crescimento, mais concentração de renda, mais desigualdade econômica e mais instabilidade em função da irrestrita abertura comercial e financeira, interrompendo o ciclo revolucionário brasileiro.

Nesse aspecto, os neoliberais teriam desmanchado a aliança entre elites econômicas, trabalhadores e Estado, por um lado, pelo populismo de qual fizeram uso os governos e, por outro lado, pela preferência do povo ao consumo. O mais grave

teria sido a perda da ideia de nação no seio das elites locais, que se aliançaram às elites hegemônicas e imperialistas.

Dessa maneira, sob a égide do populismo cambial, os trabalhadores têm no curto prazo um salário real mais alto, os rentistas locais, juros, dividendos e aluguéis igualmente com maior poder aquisitivo; e os países ricos continuam a ocupar o mercado interno dos países em desenvolvimento com seus empréstimos e suas multinacionais em troca de um consumo maior no curto prazo (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 153).

A proposta, portanto, do novo-desenvolvimentismo, pelo menos enquanto teoria – mas sem deixar de considerar a tendência que tem em cristalizar-se, bem ou mal, na realidade concreta –, é colocar-se como uma alternativa ao modelo e aos efeitos nefastos do neoliberalismo. A maneira encontrada para se opor a tal modelo, no entanto, não vai de encontro às reformas estruturais de liberalização sobre as quais incidiu a ideologia neoliberal. Ataca apenas a superfície, propondo ajustes nas políticas econômicas.

O modelo de desenvolvimento proposto por Bresser-Pereira (2014) busca revitalizar o arcabouço político e institucional de intervenção do Estado em áreas que considera nevrálgicas do capitalismo nacional. Acredita que dessa forma seja possível recompor o nível de crescimento econômico observado durante o ciclo do velho desenvolvimentismo, mas agora sobre uma base política democrática e distributivista.

Parece-nos, no entanto, que sua busca se limita, a partir das condições impostas pelo neoliberalismo global, a *administrar* os efeitos de nossa condição subordinada.

Para os novo-desenvolvimentistas, urge a necessidade de iniciar de fato um novo ciclo, pós-neoliberal no sentido do papel do Estado, que terminasse a missão de revolucionar o capitalismo nacional e que transformasse o Brasil, há 30 anos estagnado, em um país desenvolvido. Convoca para isso um Estado interventor que deveria readequar sua *política econômica*, em especial ajustando cinco variáveis macroeconômicas que o mercado seria incapaz de controlar satisfatoriamente, quais sejam, as taxas de lucro, de juros, de salários, de inflação e de câmbio<sup>13</sup>. Esta última

---

<sup>13</sup> “A macroeconomia novo-desenvolvimentista é a parte mais elaborada do novo-desenvolvimentismo. Diferentemente na macroeconomia convencional, ela está fortemente interessada nos *cinco* preços macroeconômicos: a taxa de lucro que deve ser satisfatória para as empresas investirem, as taxas de

variável apresenta enorme importância para o modelo por ser o caminho para neutralizar a “doença holandesa” e diminuir o uso de poupança externa, que causariam déficit no saldo da conta corrente, constituindo verdadeiros entraves econômicos à industrialização.

O economista considera que o crescimento impulsionado por meio de poupança externa causa déficit em conta corrente. Isto é, o endividamento do país através de investimentos de capital externo seria prejudicial ao desenvolvimento da indústria nacional porque ao déficit em conta corrente corresponde proporcionalmente uma taxa de câmbio apreciada demais para que as empresas industriais sejam competitivas no mercado internacional. Isso, por sua vez, elevaria o padrão de consumo imediato de importados, mas ocasionaria diminuição de investimento no parque industrial nacional a longo prazo. A solução apontada é propiciar o investimento por meio de poupança interna e manter o saldo da conta corrente superavitário. Isso contribuiria para acertar o preço da taxa de câmbio, neutralizar a doença holandesa e reverter a desindustrialização.

A doença holandesa é considerada um problema para o desenvolvimento industrial porque constitui uma sobreapreciação, durante um longo período de tempo, da taxa de câmbio em países que dispõem de recursos naturais abundantes e baratos. A existência desses recursos em abundância permite que as *commodities* sejam exportadas a uma taxa cambial muito mais apreciada do que seria necessário e saudável para as empresas industriais competirem no mercado internacional. Por exemplo, durante o *boom* de *commodities*, como o Brasil viveu durante o crescimento chinês nos anos 2000, a taxa cambial pode variar em torno de três reais por dólar, isto é, esteve apreciada, enquanto que, para as indústrias serem competitivas nesse mesmo período, o ideal seria um câmbio menos valorizado, com o dólar custando em torno de R\$ 3,80. A doença holandesa é a diferença entre um preço e o outro. Desse modo, o modelo proposto pelo novo-desenvolvimentismo busca aproximar a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que regula a conta corrente do país, da taxa de câmbio

---

juros cujo nível em torno do qual o banco central realiza a política monetária deve ser baixo, a taxa de câmbio que deve tornar competitivas as empresas que utilizam a tecnologia no estado da arte mundial, a taxa de salários que deve ser compatível com a taxa de lucro satisfatória crescendo com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação que deve ser muito baixa. Entretanto, o mercado definitivamente não garante que esses preços macroeconômicos permaneçam certos. A contribuição teórica da macroeconomia [novo] desenvolvimentista diz respeito, principalmente à taxa de câmbio e ao saldo em conta corrente (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 155)”.

de equilíbrio industrial, tornando competitivas as empresas industriais nacionais competentes, o que incentivaria o investimento interno e o saldo positivo da conta corrente do país, substituindo a poupança externa pela poupança interna, propiciando o crescimento sustentado da produção industrial nacional (BRESSER-PEREIRA, 2008; 2014).

Esse é o ponto em que o novo-desenvolvimentismo contrariaria a doutrina neoliberal: o modelo proposto acusa que a doença holandesa e o consequente déficit na conta corrente do país é causado, basicamente, pela política econômica habitual em países subdesenvolvidos como o Brasil desde os anos 1990 e que são recomendadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e por toda a ortodoxia liberal, isto é, a política de crescimento com poupança externa, a política de âncora cambial e a política de juros altos (BRESSER-PEREIRA, 2014; 2016).

O crescimento com poupança externa, isto é, o investimento estrangeiro que causa diretamente o déficit no saldo da conta corrente, foi aplicado no Brasil a partir da implementação do Plano Real, durante os governos do PSDB e continuada pelos governos do PT. Assim que se estabilizou a economia com o Plano Real, a poupança externa era zero e, portanto, não havia saldo negativo na conta corrente. Quando presidente, a proposta de Cardoso foi crescer a partir da poupança externa, com financiamento externo e, por isso, com déficit na conta corrente, no contexto da abertura comercial e financeira do país. A ideia, advinda do consenso de Washington, era que os investimentos a serem realizados por meio de financiamento externo promoveriam a modernização e o desenvolvimento do país. Com a moeda valorizada, cinco anos depois, constatou-se que o déficit em conta corrente havia alcançado o patamar de 5% do PIB – fortemente financiado por empresas multinacionais –, mas a taxa de investimento na indústria continuava inalterada em 17%. A explicação para isso é que todo o investimento externo fazia aumentar o consumo e não a produção. A produção industrial estava impedida porque não conseguia competir internamente com as multinacionais instaladas no país e externamente porque a taxa de câmbio era apreciada (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Isso se explica pela valorização do real através da apreciação do câmbio, que abriu o déficit na conta corrente através da entrada de capitais estrangeiros. Quando há crescimento com poupança externa e déficit na conta corrente, automaticamente aprecia-se o câmbio, o que facilita o consumo pela queda da inflação, mas retrai o

investimento da indústria por causa da diminuição da competitividade em função da própria valorização do câmbio.

Segundo o autor, a política de âncora cambial, que se atrela, portanto, ao crescimento com poupança externa, foi também usada em larga medida por Cardoso e Lula. Mais uma vez, a apreciação do câmbio seria o entrave ao crescimento. Mas é também recurso político: quando o real se valoriza, todos os rendimentos como salários, juros, dividendos e alugueis também valem mais. Isso estimula o consumo e retrai a inflação, mas aprofunda o processo de desindustrialização.

Somada a essa medida, inclui-se a política de juros altos. A proposta de crescer com poupança externa, déficit em saldo da conta corrente e câmbio apreciado requer que a taxa de juros seja atrativa ao investidor estrangeiro. Além disso, os juros altos fazem funcionar a dinâmica da âncora cambial. Os beneficiários, além dos investidores externos, são o capital financeiro e o rentismo, em detrimento do capital produtivo (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Em suma, a teoria macroeconômica novo-desenvolvimentista se assenta, além da preocupação com as variáveis fiscal e monetária, no combate aos efeitos do que denomina de política cambial neoliberal. Propõe, para tanto, uma nova política cambial centrada na neutralização da doença holandesa através de impostos sobre as *commodities* e retenção cambial, no crescimento através de poupança interna, e na rejeição às políticas de juros altos e de ancoragem cambial. Seu aspecto político se baseia na continuidade da revolução industrial e capitalista em países de renda média como o Brasil, por meio da criação de condições de competição internacional para as empresas industriais – que seriam até então prejudicadas por não gozarem de igualdade de condições para competir em nível mundial em função da sobreapreciação de sua taxa de câmbio.

Segundo seus pensadores, diferente do modelo nacional-desenvolvimentista, que se apoiara na criação de condições macroeconômicas para sustentar o processo de substituição de importações, a teoria novo-desenvolvimentista advogaria a proteção da indústria nacional num modelo baseado na exportação de bens manufaturados, isto é, defende a integração internacional competitiva, em resposta a um modelo de integração subordinado.

A contenção da apreciação da taxa de câmbio, por outro lado, consiste também em reduzir o valor dos rendimentos, ou seja, os salários, bem como outros rendimentos, seriam rebaixados.

Quando a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio é neutralizada e os cinco preços macroeconômicos são colocados no lugar certo, a taxa de lucro das empresas comercializáveis *não-commodity* aumenta e os demais rendimentos caem no curto prazo. É preciso aceitar esse sacrifício no curto prazo (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 163).

Por fim, Bresser-Pereira critica os governos eleitos desde os anos 1990 por insistirem em manter a estagnação através das tais políticas ortodoxas. Alega que, dos governos Collor a Rousseff, apesar de haver preços equilibrados, a economia nacional cresceu a taxas mínimas. A explicação para isso, segundo a teoria novo-desenvolvimentista, é que rondam interesses pouco republicanos sobre a política econômica brasileira: os juros altos são uma política de grande interesse aos rentistas nacionais e estrangeiros, bem como o crescimento com poupança externa e saldo negativo em conta corrente, que beneficia tanto o capital estrangeiro e os rentistas locais que a ele se associam; a sobreapreciação do câmbio, por sua vez, agrada, ao mesmo tempo, as multinacionais estrangeiras e a população em geral, interessada no consumo imediato, mesmo que a crédito.

Não discordamos totalmente do diagnóstico macroeconômico de Bresser-Pereira sobre a agenda econômica dos governos neoliberais. Entretanto, os ajustes que sua teoria propõe parecem ser mais refinamentos para administração dos estragos do neoliberalismo sobre a economia nacional que uma verdadeira alternativa.

Segundo Sampaio Jr. (1999), a teoria novo-desenvolvimentista consiste, basicamente, em dois processos: a reformulação do ideário e política econômica do desenvolvimentismo clássico e a pretensão de transformar os países dependentes em agentes ativos e competitivos da globalização econômica, ainda que a partir da periferia do sistema.

Para tal empreita é que se requer a participação do Estado: impulsionar as empresas industriais internas e fortalecê-las no âmbito do comércio internacional a partir da criação de um ambiente macroeconômico propício a sua expansão. O fato de haver participação ativa do Estado no controle dos rumos do processo de reinserção competitiva do capitalismo nacional na ordem globalizada – entendido por eles como um reajuste macroeconômico – é suficiente para os ideólogos novo-desenvolvimentistas afirmarem uma ruptura com o projeto neoliberal. Em outras

palavras, acreditam ser suficiente para combater o neoliberalismo os ajustes técnicos, sobretudo da taxa de câmbio. A teoria novo-desenvolvimentista, entretanto, não dispõe de meios para reverter os condicionantes estruturais da dependência e isso a afasta, inclusive, do desenvolvimentismo clássico e do estruturalismo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que buscam reviver. Falta-lhes romper com as vultosas somas transferidas da economia nacional para as economias centrais. Se, por ventura, buscassem romper com essa lógica, que hoje se dá inclusive pelo sistema financeiro e industrial, teriam que lidar com a fúria dos mercados internacionais e com a fuga de capitais de que somos dependentes, além de possíveis sanções econômicas que inviabilizariam a competitividade das indústrias brasileiras no comércio internacional<sup>14</sup>.

Apesar de pioneiros nessa revisita ao desenvolvimentismo, Bresser-Pereira e o conjunto de intelectuais e instituições que lhe fazem companhia não detêm o monopólio do debate sobre o conceito e os rumos do neodesenvolvimentismo. Além dessa vertente macroeconômica-estrutural, concorre também na disputa a corrente que tem sido denominada de “social-desenvolvimentismo”.

### **2.3.2 A vertente social do neodesenvolvimentismo**

Esse segundo grupo é composto, conforme Castelo (2013), por professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujos nomes de maior expressão são Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Melo e Luiz Gonzaga Belluzzo, além de seus discípulos Luciano Coutinho, Marcio Pochmann, Aloisio Mercadante e Ricardo Bielschowsky.

Essa vertente elege como eixo central a preocupação com os efeitos sociais do desenvolvimento. Diferente da corrente neo-estruturalista de Bresser-Pereira, mais preocupada com as condições de empreendimento da indústria nacional, a corrente do social-desenvolvimentismo tenta conciliar a “retomada” da revolução capitalista com distribuição de renda e equidade social.

---

<sup>14</sup> Essa foi, inclusive, a justificativa de Lula durante seu primeiro mandato, no qual pouco alterou sua estratégia se comparado com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Na *Carta ao Povo Brasileiro* (2002), Lula se comprometia com o mercado financeiro e com os empresários a justamente não romper com o modelo deixado por Cardoso.

Enquanto os novo-desenvolvimentistas tendem a permanecer mais no âmbito teórico, porque não dispõem de meios práticos e políticos para aplicar seu ponto de vista macroeconômico – ainda que exerçam considerável influência –, os social-desenvolvimentistas dispõem de meios para participar mais diretamente da política econômica durante os governos petistas.

Podemos dizer que a experiência neodesenvolvimentista brasileira é tributária tanto da teoria macroeconômica do novo-desenvolvimentismo – principalmente quando tenta reanimar uma revolução capitalista – quanto da ideologia social-desenvolvimentista – que busca transformar o país a partir de um social-liberalismo. Há uma preponderância política da segunda vertente, que consegue transcender a especulação teórica e promover ações concretas, já que seus filiados ocupam lugares chave para tanto: o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como importantes postos em órgãos e ministérios nos governos Lula e Rousseff.

Segundo Castelo (2013, p. 392),

Eles têm uma ampla organização em aparelhos privados e estatais: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rede Desenvolvimentista, Fundação Perseu Abramo, ministérios governamentais e, principalmente, o BNDES. São próximos do empresariado paulista, de sindicatos e de partidos políticos, em especial o PT, e têm ampla entrada com setores da mídia brasileira. Por terem parte do controle sobre o BNDES – um dos maiores bancos de desenvolvimento capitalista no mundo, com desembolsos anuais na casa de R\$ 150 bilhões –, conseguem exercer uma relativa influência sobre os rumos da política econômica. Neste caso, a ideologia ganha materialidade e interfere, inclusive, no padrão de reprodução do capital, o que não é pouca coisa.

Podemos também salientar de antemão algumas diferenças entre a teoria novo-desenvolvimentista e a prática social-desenvolvimentista: enquanto a primeira busca saídas para a estagnação do crescimento através de políticas macroeconômicas bem definidas e heterodoxas que impulsionem a indústria nacional para o comércio internacional controlando principalmente a apreciação do câmbio e, portanto, o valor dos rendimentos, a segunda visa ao crescimento buscando impulsionar o consumo interno e elevar os rendimentos médios, sem abrir mão de uma macroeconomia que pode ser considerada ortodoxa em comparação à da outra corrente. Se a primeira sacrifica o consumo e os rendimentos para supostamente

garantir condições para a indústria nacional, a segunda buscará garantir a “equidade” através do acesso ao consumo para tornar a sociedade e a economia “mais justas”. Por isso Bresser-Pereira (2014), classifica os governos de Cardoso, mas também os de Lula e Rousseff como populistas e subservientes ao capitalismo estrangeiro. Destacadas essas divergências, que consideramos as mais significantes, não podemos dizer que uma vertente seja substancialmente oposta a outra. Na verdade, elas se sobrepõem e se mutuam a compor a narrativa do desenvolvimento, do progresso, da superação da estagnação social e econômica, da reativação do mito de grandeza nacional e da alternativa ao projeto neoliberal por meio de um reformismo.

As coincidências entre os dois modelos se dão na visão de que o Estado não pode abrir mão do papel de interventor na economia e na sociedade para que haja desenvolvimento nacional. Ambos os modelos também se classificam como alternativas ao neoliberalismo em relação a mitigação da desigualdade social e aos métodos de crescimento econômico. Entretanto, nenhum deles dá respostas à condição dependente da economia, nem consegue romper, na prática, com a lógica da globalização e do imperialismo.

Sendo o social-desenvolvimentismo mais cristalizado na realidade concreta como fenômeno social, político e econômico, é mais difícil separar suas aspirações teóricas de sua inserção na realidade. Portanto, doravante, nos referiremos a eles, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo, simplesmente como neodesenvolvimentismo – mesmo correndo o risco da imprecisão teórica entre os pressupostos dos dois modelos para além do que até agora diferenciamos. Para os fins de nossa pesquisa, é mais válido considerar suas coincidências que suas diferenças e disputas<sup>15</sup>.

Há uma atualização do papel do Estado neodesenvolvimentista, se o compararmos com o Estado nacional-desenvolvimentista e com o Estado neoliberal. Se no velho desenvolvimentismo o Estado era um grande interventor e um participante ativo na economia, inclusive como um empresário, e, após as reformas neoliberais, em tese, tornou-se apenas um gerente e garantidor de segurança e condições de

---

<sup>15</sup> Além disso, no atual momento de crise política e institucional – iniciado em 2013 e que culminou na deposição de Dilma Rousseff em agosto de 2016 –, aparentemente, os propositores das duas correntes se uniram estrategicamente em contraposição às forças e às ideias do governo de Michel Temer.

empreendimento, liberalizando o espaço econômico para o mercado<sup>16</sup>, o Estado neodesenvolvimentista *se apresenta* como um modelo cuja função é: regular a economia através de políticas macroeconômicas que orientem o mercado e o sistema financeiro, estimulando o setor produtivo, através de mecanismos fiscais, e desestimulando o investimento especulativo, reduzindo a taxa de juros – ainda que se utilize de ancoragem cambial; atuar como gestor eficiente a partir da premissa da “responsabilidade fiscal”, ou seja, garantir que haja superávit primário para honrar a dívida pública e atrair investimentos estrangeiros – visto que se faz uso de poupança externa; promover o desenvolvimento através de investimentos diretos com juros baixos por meio de recursos do BNDES, seja em benefício direto de empresas ou em grandes obras de infraestrutura energética, de transportes, de comunicações etc.; garantir estabilidade das variáveis macroeconômicas para que o mercado possa se desenvolver e criar empregos para que haja consumo massivo de bens e serviços; promover a equidade social através do estímulo para a criação de oportunidades iguais para os indivíduos se inserirem no mercado de trabalho; e socorrer, por meio de políticas sociais, as camadas mais baixas da sociedade, sobretudo em relação ao acesso ao consumo, à educação, à saúde e ao emprego.

Para os neodesenvolvimentistas, esse conjunto de ações significam uma remodelagem do papel do Estado, o que os colocaria em contraposição ao neoliberalismo. Em documento publicado pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 2013, comemoram os 10 anos do projeto político dos governos Lula e Rousseff e a “ousadia” de terem revertido a ordem neoliberal imposta:

O projeto neoliberal representou a internalização de um ideário originado e praticado por governos como na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979 -90), nos Estados Unidos (Ronald Reagan, 1981-89) entre outros de idêntica inclinação política ideológica. [...] Na contracorrente dos governos neoliberais emergiu o projeto desenvolvimentista que desde 2003 ousou inverter as prioridades até então perseguidas. Assim, para que houvesse crescimento sustentável da produção nacional, a distribuição da renda se tornou o imperativo nacional. E, com isso, a possibilidade de viabilizar o projeto de Brasil para todos, cujo processo de inclusão social se transformou

---

<sup>16</sup> Há controvérsias sobre a real dimensão do Estado sob a ordem neoliberal. Enquanto no plano ideológico o neoliberalismo propõe a redução geral do Estado, na prática sabemos que o Estado é forte quando se dispõe a promover os interesses do capital. É enfraquecido, no entanto, quando se trata de gastos sociais e garantias que beneficiem os trabalhadores e suas demandas.

em mola propulsora da economia (O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL, 2013, p. 9-13 *apud* CHAVES, 2016, p. 71).

Aloizio Mercadante Oliva, economista e político ligado aos gabinetes dos governos petistas<sup>17</sup>, resume bem a narrativa neodesenvolvimentista de suposta contraposição ao neoliberalismo.

O programa de governo [do presidente Lula, entre 2003 e 2010] procurava articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. Orientando para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. (OLIVA, 2010b, p. 3).

A construção de um novo padrão de desenvolvimento social, isto é, de combate à pobreza, conforme entendido pelos neodesenvolvimentistas, se dá, segundo Mercadante Oliva (*apud* CHAVES, 2016, p. 72), com foco na criação de condições de igualdade de consumo.

À medida que reduzimos a vulnerabilidade externa, a fragilidade fiscal, e mantivemos a estabilidade da economia, criamos condições para construir um mercado de consumo de massas. Esta era a grande diretriz econômica do nosso governo: criar um mercado interno forte, um mercado de massas. Com isso, tiramos 20 milhões de pessoas da pobreza, conseguimos aumentar consideravelmente a população ocupada, geramos 7.700.000 postos de trabalho, aumentamos a massa salarial em 16,8%, o salário mínimo real cresceu 38,6%, o consumo das famílias em 37,1%, quer dizer, desenvolvemos um ritmo chinês de crescimento.

Sem dúvidas, promover o equilíbrio no acesso ao consumo de bens e serviços aos setores da classe trabalhadora é uma prática louvável. Não se pode considerar, no entanto, que isso seja um projeto contraposto à lógica neoliberal. É, antes, um projeto sobreposto a ela. Além disso, a maneira pela qual tais governos têm aumentado o consumo interno e aquecido a economia é problemática: ao invés de um

---

<sup>17</sup> Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores ainda nos anos de 1980 e vice-presidente do partido entre 1991 e 1999. Além de senador por São Paulo entre 2003 e 2010, atuou como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação entre 2011 e 2012, Ministro da Educação em 2012 e 2015, e Ministro da Casa Civil em 2014.

aumento real do valor do trabalho e das garantias da força de trabalho nacional, o que se vê é um aumento do consumo via crédito.

O aumento do consumo também tem sua razão na aplicação de políticas públicas de distribuição de renda e de facilitação de financiamento, como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa Minha Vida*. Impossível desvincular esses fatores de nossa condição dependente no capitalismo mundial: ainda que exista uma curva descendente na taxa de juros praticada, a política de juros altos ainda é uma premissa para os governos petistas. Como vimos, até mesmo os intelectuais ligados à teoria novo-desenvolvimentista de Bresser-Pereira consideram a taxa de juros alta e o financiamento externo como recursos que garantem os interesses do capital financeiro e do rentismo. A apreciação do câmbio, por sua vez, também faz aumentar o consumo, embora cause desindustrialização.

Podemos afirmar, assim, que o aumento do consumo, embora beneficie a curto prazo a população mais pobre, não escapa da lógica de apropriação em que se insere o capitalismo dependente brasileiro. A isso se somam o desmonte do parque industrial e o retorno de uma economia primária, reafirmando o papel nacional na ordem globalizada em que a China desponta como potência econômica sedenta por recursos naturais.

É nesse ponto que o neodesenvolvimentismo assume um viés político substancialmente conciliatório. Se em nível macroeconômico existe um manejo entre a ortodoxia neoliberal e o viés neokeynesiano de intervenção do Estado nas variáveis do mercado, baseado sobretudo no incremento do consumo imediato, nas exportações de *commodities* e na transferência de valores financeiros aos investidores internos e externos, em nível político, o neodesenvolvimentismo se desdobra num pacto de conciliação de interesses entre produtores rurais, produtores industriais de baixo valor agregado e rentistas, supostamente em benefício dos trabalhadores.

Se pensarmos que essa coalizão foi realizada no seio de um partido de esquerda que já buscou romper com o capital, as contradições da narrativa neodesenvolvimentista ficam ainda mais evidentes.

A história da gestação, da formação e dos rumos do Partido dos Trabalhadores, sem dúvida, ilumina muitas das questões sobre o Brasil recente. Entretanto, retomar essa ordem de questões e sua relação com a história do Partido extrapola os limites

de nossa pesquisa<sup>18</sup>. Deteremos apenas alguns pontos que imbricam com nosso propósito, mais especificamente aquilo que André Singer (2012) chama de “a segunda alma do Partido dos Trabalhadores”.

Singer (2012) explica que a composição política nos governos petistas se dá através do “lulismo”. É uma conjunção de forças que movem o Brasil recente numa reforma lenta e gradual sob um pacto conservador. É a busca pela redução da pobreza sem que isso signifique confrontar o capital. É a formação de uma segunda alma dentro do partido, coerente com a ordem capitalista, que coexistiria com a alma original, emancipadora e radical, ainda que essa mantenha-se hoje reprimida.

No programa da Coligação Lula Presidente, divulgado no final de julho de 2002, há perceptível câmbio de tom em relação ao capital. Em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Para dar garantias aos empresários, o texto assegurava que o futuro governo iria “preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo cumprir os seus compromissos”, seguindo *pari passu* o que fora anunciado na carta [ao povo brasileiro<sup>19</sup>] um mês antes. Compromete-se com a “responsabilidade fiscal”, com a “estabilidade das contas públicas” e com “sólidos fundamentos macroeconômicos”. Sustenta que não vai “romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Afinal, “governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional”, conclui (SINGER, 2012).

Para isso, o partido abandonava sua antiga biografia e construía uma nova, aliando-se, inclusive, com partidos de direita, como o PL de José Alencar e o PMDB de José Sarney, Renan Calheiros e Michel Temer, bem como outros arranjos eleitorais nas esferas estaduais e municipais. Deixava de ser um partido de classe, anticapitalista, para tornar-se um partido popular, conciliador e tributário do *modus operandi* tradicional da política brasileira. Nesse bojo, continuou as políticas neoliberais dos governos Collor e Cardoso a toque de caixa.

O lulismo é entendido, ainda, como “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado”, o que teria resultado num

---

<sup>18</sup> Sobre a formação do Partido dos Trabalhadores e seus percalços recentes e antigos, cf. as obras de Florestan Fernandes (2006), André Singer (2012) e José de Souza Martins (2016).

<sup>19</sup> Cf. Luiz Inácio Lula da Silva (2002).

realinhamento eleitoral, observável nas eleições de 2006, com o deslocamento da classe média em direção ao PSDB e da formação de uma “base lulista” pelas camadas mais pobres da sociedade brasileira. A partir da conjuntura econômica mundial – o *boom* chinês e a exportação de *commodities* –, Lula e o PT alimentaram esse realinhamento político e eleitoral através de medidas como o aumento do salário mínimo, a ampliação do consumo e do crédito e os programas de assistência social, tal qual um “Luís Bonaparte”, ao implementar o combate à pobreza através de uma “[...] solução pelo alto, de uma autoridade já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade [...]”, caminhando por um reformismo fraco, principalmente em seu segundo mandato (SINGER, 2012).

Para implementar os “interesses” dessa nova base eleitoral e cooptá-la, o lulismo realizou, todavia, acordos com setores conservadores e seus representantes partidários, se utilizando de recursos conhecidos nos meios políticos, como no caso do “mensalão petista” e na, ainda inconclusa, “Lava Jato”. Silvia Adoue e Murilo Pereira Neto (2016, *online*) vão a Gramsci para demonstrar que, sob o capitalismo, em especial o dependente como é o caso brasileiro, “[...] a corrupção pode substituir a hegemonia e a violência quando nem uma nem outra são possíveis”. Nestes termos, abandonando uma de suas bandeiras, a ética na política, o PT acabou por filiar-se ao funcionamento “normal” do Estado sob o capitalismo, recorrendo à corrupção sistêmica, “[...] sem a qual o consenso entre os poderes e a governabilidade dele resultante não seria possível”. Isso porque, conforme demonstram os autores, a corrupção subjacente à corrida pelos recursos públicos é uma das maneiras pelas quais os atores econômicos oriundos do capitalismo dependente buscam compensar sua condição desfavorável na competição global e manter sua taxa média de lucro.

Parte da arquitetura política e econômica do lulismo se deu também através do aparelhamento de variadas instituições públicas e privadas para fazer funcionar certa pacificação sindical no início de seu primeiro mandato:

Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais [...]

Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas –, além

de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de 100 milhões de reais para essas organizações. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país (BRAGA, 2012).

Conforme a percepção de Francisco de Oliveira (2003) sobre a formação de uma classe social nova no governo Lula atrelada ao gerenciamento de bilionários fundos de pensão, Maria Chaves Jardim (2009) demonstra que sindicalistas, ex-sindicalistas e membros do PT fazem parte de uma nova elite que comanda tais fundos e que já ascenderam a posições estratégicas do mercado financeiro, fazendo convergir os interesses do governo, da elite sindical e da elite financeira, sobretudo no que diz respeito a investimentos.

A título de ilustração desse processo, podemos lembrar, por seu particular simbolismo, a proposta de reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional e aprovada em 2003, em que enseja o corte de despesas, aumenta o tempo de contribuição para aposentadoria para os servidores públicos, diminui o valor dos benefícios e estimula a criação de fundos de pensão para aqueles que queiram aposentar-se com valor integral. Tal proposta, originalmente do PSDB, foi encampada pelo governo Lula<sup>20</sup>. Para aprová-la, recorreu a acordos e trocas de favores. Salientamos, entretanto, que mais do que um realinhamento eleitoral, o lulismo promoveu um aprofundamento nas reformas neoliberais como efeito dos acordos que decidiu travar com o capital interno e externo.

Se aos mais pobres garantiu acesso ao consumo, às grandes empresas garantiu vultosos subsídios e isenções fiscais. Não à toa as enormes quantias doadas às campanhas presidenciais de Lula e Rousseff. Em sua campanha para reeleição, em 2006, o candidato do PT obteve aproximadamente R\$ 103 milhões em doações. Desse montante, encabeça a lista de maiores doadoras, com R\$ 4,05 milhões, a Vale S.A., uma das maiores mineradoras e operadoras de logística do mundo. A segunda maior doadora nessa campanha foi a Cutrale, principal fabricante de suco de laranja

---

<sup>20</sup> *Reforma da Previdência é 1ª grande vitória de Lula*. Brasília, 11 dez. 2003. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O1233134-E11483,00-Reforma+da+Previdencia+e+grande+vitória+de+Lula.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

do planeta, com doações em torno de R\$ 4 milhões. Em seguida, aparecem empreiteiras como Camargo Corrêa, OAS e Andrade Gutierrez, os bancos Itaú, Bradesco, ABN AMRO Real e Unibanco, siderúrgicas como CSN e Gerdau, bem como usinas de açúcar e álcool como a Coopersucar e a Cosan (BRASIL, 2006).

Pelo perfil das empresas que doaram milhões aos candidatos do PT, não apenas no pleito de 2006, mas também nos de 2010 e 2014, fica evidente o tipo de coalizão política que sustenta o modelo neodesenvolvimentista. A Vale S.A., privatizada em 1997 por Fernando Henrique Cardoso, é conhecida pela violência com que defende seus interesses contra indígenas, camponeses, trabalhadores e movimentos sociais. No entanto, ela é tida pelos governos neodesenvolvimentistas como empresa estratégica na implantação de seu projeto econômico e social em âmbito interno e externo, nos quais procura obter saldo positivo na balança comercial para sustentar seu modelo de investimentos, financiamentos e distribuição de renda por meio de grandes quantidades de recursos extraídos e exportados, principalmente minério de ferro.

A Vale, que ironicamente um dia foi do Rio Doce, carro chefe do desenvolvimento e da (in)segurança nacional desde Getúlio, deu saltos decisivos durante a ditadura, foi privatizada por FHC a troco de tostões, transnacionalizada e estratosféricamente valorizada no mercado de ações. Dos governos do PT recebeu enormes incentivos fiscais e uma linha de crédito direta do BNDES – a Valepar – para incrementar seus negócios, um dos quais é potenciar a vocação brasileira de fornecer matéria prima para o primeiro mundo [...]. O Movimento Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale vem denunciando, desde 2010, o modo imperativo com que esta empresa explora os recursos naturais e humanos no Brasil e outros 30 países nos quais atua. Por onde passa, conduz com êxito a estratégia de subjugar e controlar governos nacionais, independentemente dos indivíduos e dos partidos que os ocupem (PINASSI, 2015, *online*).

Outra grande estrela dos governos neodesenvolvimentistas, ao lado da mineração, tem sido o agronegócio. Trataremos com mais detalhes da reprimarização econômica brasileira no último capítulo desta dissertação, mas desde já salientamos que, acompanhando a alta dos preços das *commodities* durante as duas primeiras décadas deste século, o Brasil manteve seu papel de, além de fonte de recursos minerais, também de “celeiro mundial”.

A par de uma economia predominantemente primária, o Brasil também é hoje uma grande plataforma de valorização financeira. Os bancos nada têm a reclamar do

projeto neodesenvolvimentista. Nos últimos anos, suas taxas de lucros cresceram vertiginosamente. Além do modelo de consumo via crédito e de programas como *Minha Casa Minha Vida*, a rentabilidade financeira é assegurada pela manutenção da taxa de juros em nível alto. O *spread* bancário, isto é, a diferença entre o que os bancos cobram para emprestar recursos e o que pagam para tomá-los emprestados, também é alta. Além disso, grande parte da lucratividade dos bancos advém das aplicações financeiras que fazem, por exemplo, em títulos do tesouro nacional. Por isso manter a taxa básica de juros alta tem sido uma forma de o governo beneficiar o setor. A título de ilustração, o Itaú Unibanco registrou lucro recorde em 2015: R\$ 23,35 bilhões. A taxa de juros manteve-se entre 26,32% a.a. em 2003 e 14,15% a.a. em 2015 (BRASIL, 2017).

Enquanto mantém as camadas pobres e desorganizadas sob controle e faz delas sua nova base eleitoral e de apoio popular para representar os interesses das burguesias internas e externas, os governos Lula e Rousseff promovem ataques aos trabalhadores organizados e aos movimentos sociais. Se não o faz pela via da cooptação política, ataca pela imposição institucional e legal ou até mesmo pela força, dando continuidade ao modo como os governos militares e os governos assumidamente neoliberais trataram as reivindicações de classe.

Os trabalhadores organizados, os movimentos sociais e os partidos de esquerda assistiram boquiabertos ao encaminhamento do Projeto de Lei nº. 2.016/2015, de autoria da presidenta Dilma Rousseff, sobre a tipificação do crime de terrorismo no Brasil. A lei antiterrorismo<sup>21</sup>, aprovada às pressas pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Planalto às vésperas das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, foi considerada por muitos um ataque às organizações sociais por abrir brechas na lei para aprofundar a criminalização da luta social e permitir a repressão.

Também é notória a devastação humana e ambiental para sustentar o modelo neodesenvolvimentista. Não bastassem a mineração e o agronegócio avançarem sobre a natureza e as populações que vivem próximos de grandes empreendimentos, a estratégia de desenvolvimento sustentada pelo Estado e por grandes empresas requer a ampliação da infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroportuária e energética.

---

<sup>21</sup> Lei nº. 13.260 de 16 de março de 2016, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm)

Isso significa, na ótica das vítimas do desenvolvimento, desapropriar áreas, destruir a natureza e pôr à margem as vidas daqueles que se encontram no caminho de grandes obras.

A Amazônia brasileira, que detém grande parte da maior floresta tropical do mundo, está ameaçada pela exploração descontrolada de seus recursos naturais. Mais de 750.000 km<sup>2</sup> de florestas já foram desmatados por atividades econômicas em escala industrial como a produção agropecuária, mineração, exploração ilegal de madeira e grandes projetos de infraestrutura, especialmente usinas hidrelétricas, colocando em risco a biodiversidade da região, forçando o deslocamento de comunidades tradicionais e povos indígenas de suas terras [...]. Mais de 40 hidrelétricas estão previstas ou em construção atualmente na região, também ameaçada por planos de construção de uma hidrovia para escoar a produção de soja do Mato Grosso para o Oceano Atlântico. Entre os novos projetos está um complexo de cinco barragens no rio Tapajós e seu afluente rio Jamanxim. A maior delas, a barragem de São Luiz do Tapajós (SLT), deve submergir quase 400 km<sup>2</sup> de floresta tropical e causar mais 2.200 km<sup>2</sup> de desmatamento [...]. A mortandade de peixes e problemas de saúde aparentemente ligados à água contaminada já foram relatados no caso de outras barragens na bacia do Tapajós, bem como na hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (GREENPEACE BRASIL, 2016, p. 3-4)

A Amazônia está sob risco em nome da geração de energia. Além dos impactos ambientais, abrir caminho para as hidrelétricas desloca populações, retira-lhes a moradia, o sustento, o modo de vida cosmológicamente ligado à terra e aos rios. Não há contrapartida possível que reponha tais perdas.

A jornalista Eliane Brum (2011) relata o ponto de vista de Sheyla Juruna, indígena cuja cultura de seus antepassados foi destruída durante as ações desenvolvimentistas no período da ditadura na Amazônia. Hoje, em plena “democracia”, é a voracidade neodesenvolvimentista que se expande sobre a floresta e sobre os seres humanos que lá habitam. Uma série de grandes projetos e obras faraônicas estão sendo planejados e postos em execução na região. O relato de Sheyla Juruna (BRUM, 2011) pode exemplificar melhor a gravidade da situação:

Em nome do desenvolvimento meus antepassados perderam até a língua que falavam. E agora poderemos perder também a vida. De novo, em nome do desenvolvimento. O que é Belo Monte? A destruição da Amazônia e da vida dos povos que vivem lá em nome do desenvolvimento [...].

Durante todo o processo de Belo Monte, nunca houve uma consulta específica aos indígenas. Ficamos esperando que acontecesse, mas não aconteceu. O governo federal apenas mente que nos escutou. E

nós lutamos para mostrar que não fomos escutados e, sim, queremos e temos o direito de sermos ouvidos.

No Nordeste do Brasil, o pouco de floresta que resta está protegido em reservas indígenas. No Maranhão, o confronto entre indígenas da etnia Ka'apor e madeireiros ilegais se estende há anos<sup>22</sup>. Os Ka'apor defendem-se sozinhos, sofrendo inúmeros ataques, saques e assassinatos, gerados pela extração de madeira que alimenta o mercado nacional e estrangeiro.

Em Minas Gerais, os impactos seculares da mineração atingiram seu ponto mais alto. O ferro acorrenta os mais pobres à miséria e à devastação de se extrair da terra aquilo que os mercados desejam e que dá lucro. O que não é lucrativo é rejeitado e represado às toneladas, até que uma avalanche rompa e leve consigo tudo que encontra pelo caminho. O desastre de Mariana, maior atentado socioambiental da história brasileira, destruiu cidades, um rio inteiro e vidas até chegar ao mar. Não se sabe quantos anos levará até que a natureza se reconstitua, mas os habitantes das cidades à margem do Rio Doce, os pescadores, agricultores e indígenas afetados não retomarão suas vidas sob o rastro de 55 milhões de toneladas de metros cúbicos de lama tóxica e metais pesados. As empresas envolvidas (Samarco, BHP Billinton e Vale S.A.) jamais arcaram com os resultados do episódio, a despeito das várias reivindicações feitas à Justiça e ao governo.

O Estado brasileiro não pode ouvir as reivindicações contra as tragédias nacionais porque seu governo conciliou-se com os setores conservadores, ao que teve que fazer concessões, ampliar a exploração e aprofundar a lógica do capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que se apresentava como força social capaz de propor “reformas sociais” em benefício das classes baixas.

É nesse sentido que os governos neodesenvolvimentistas promoveram, segundo Oliveira (2010, p. 27), uma nova forma de dominação e de ação na realidade, uma “hegemonia às avessas” que desfaz a fórmula da dominação ideológica construída por Marx, Engels e Gramsci, na qual “desaparece o elemento ‘força’” e o “consentimento se transforma em seu avesso”.

---

<sup>22</sup> Cf. matéria de Lucas Reis, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511983-indios-criam-exercito-contra-madeireiros.shtml>>. Acesso em 22 mar. 2014.

Essa nova forma de hegemonia é ainda mais insidiosa que aquela existente durante os governos Cardoso. Se durante os governos do PSDB, havia uma clara oposição entre os interesses de classe, nos governos do PT a conciliação chegou ao ponto em que

não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicitamente – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, p. 27).

O neodesenvolvimentismo não pode ser uma alternativa ao neoliberalismo. É uma falsa alternativa. O projeto de desenvolvimento neoliberal está ainda em curso, mesmo que sob um novo ajuste político. Não existe neodesenvolvimentismo para além de uma construção narrativa: é um engodo que busca esconder, através de complexos jogos de espelho, a luta de classes no seio da inexorável condição dependente brasileira.

### 3 ORDEM E PROGRESSO: elementos da formação do capitalismo nacional

O lema “ordem e progresso” expressa o caráter da revolução burguesa em marcha. Os massacres de Canudos e do Contestado foram alguns exemplos da realização da ordem preconizada pelo lema. O colonato, a proletarização no campo e na cidade, a industrialização, a emergência da burguesia industrial, ao lado da expansão capitalista no campo, foram exemplos da realização do progresso preconizado no lema.

Octavio Ianni (2004, p. 134)

Neste capítulo, buscaremos compreender alguns aspectos da particular dinâmica brasileira de incorporação e consolidação de um tipo específico de capitalismo e de seus nexos com a lógica geral da ordem e da hierarquia do capitalismo mundial. A partir de Florestan Fernandes (1976, 2009), indicaremos como se formou nosso capitalismo dependente e sua configuração política, a autocracia burguesa. Convergiremos com a análise de Fernandes, a crítica de Francisco de Oliveira (2003), em que se demonstra que no Brasil os resquícios do atraso são recompostos e ressignificados na ordem moderna.

A saída desse ciclo onde as forças do atraso e a modernidade se imbricam para construir nosso subdesenvolvimento e dependência sob um regime de acumulação que superexplora a força de trabalho através de uma ordem autocrática é apontada tanto por Fernandes (1976; 2009) quanto por Oliveira (2003): é necessária uma transformação mais radical que aquela proposta pelo desenvolvimentismo, uma ruptura cujo sujeito político não pode fazer concessões às forças do atraso.

#### 3.1 A construção da modernidade brasileira

A construção da modernidade, em sua via clássica, foi a construção de um mundo novo a partir dos escombros do *Ancien Régime*, promovida por burguesias revolucionárias que buscavam uma ruptura com a ordem que as sufocava enquanto agentes políticos, econômicos e sociais. Marx e Engels (1998, p. 42-43) descreveram o papel dessas burguesias na construção de uma nova ordem:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista” [...] em lugar

da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal [...]. Foi a primeira a provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais [...]. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas [...]. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado [...].

No Brasil, o processo de destruição do mundo antigo e construção do sistema capitalista descrito acima não existiu, pelo menos não de uma maneira ativa. Podemos dizer que, na verdade, a constituição do Brasil como nação deu-se no esteio da construção da ordem burguesa nos países hegemônicos, no processo descrito por Marx e Engels de universalização das interdependências nacionais (GENNARI, 1999).

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

Construiu-se aqui um capitalismo sem a participação direta dos atores sociais clássicos, como a burguesia revolucionária e um contingente que pudesse transformar-se em mão-de-obra assalariada. No lugar desses, o senhorio colonial e setores a eles ligados por laços de dominação patriarcal, bem como uma imensa massa de escravos. Nesse período que antecede a Independência, não há no Brasil a constituição de elites com esse propósito.

Os estratos dominantes da sociedade colonial atuavam economicamente mais como administradores e beneficiários de feitorias, tendo seu alcance político neutralizado no que diz respeito à organização e ao desenvolvimento de uma economia interna capitalista, isto é, não dispunham de condições para controlar o ritmo das transformações que o sistema econômico global impunha à sociedade colonial (FERNANDES, 1976, p. 40-41).

A construção da sociedade nacional enquanto sociedade burguesa foi movida, por um lado, por forças externas oriundas da Europa e da América do Norte que

forçavam a inserção brasileira no circuito de produção e consumo mundial, dotando-a de sentido por meio de um papel subalterno na divisão internacional do trabalho, e, por outro lado, se bem que sem poder de decisão e controle sobre o processo porque igualmente subalternas, pelas classes dominantes internas remanescentes do período colonial.

Em vista disso, a revolução burguesa brasileira, como as revoluções atípicas do século XIX que eclodiram na América Latina, não teve uma natureza destruidora da ordem tradicional formada pela colonização, mas, ao contrário, um caráter de conservação dessa ordem e das estruturas de poder e privilégios das classes já dominantes, bem como uma adequação ao contexto internacional de produção. Uma modernização política simbiótica com as estruturas econômicas mais atrasadas da sociedade nacional<sup>23</sup>.

A revolução burguesa brasileira, se assim entendermos o processo de Independência, teve o propósito básico de eliminar dessa ordem social apenas os elementos heteronômicos que tolhiam a liberdade de ação econômica e política do senhorio local em relação ao comércio internacional, isto é, os impedimentos comerciais e políticos derivados do pacto colonial que davam poder de decisão e controle sobre os rumos políticos e econômicos do Brasil à Coroa portuguesa.

Essa “revolução sem revolução” pode ser explicada, ainda, pelo fato de que o Brasil moderno, recém-inaugurado pela Independência, em função das pressões exercidas pela dinâmica do mercado mundial que moldavam seu papel no circuito econômico internacional e das características internas da sociedade, não possuía condições de se inserir na competição capitalista se eliminassem as relações de produção herdadas da Colônia. Os imperativos do capitalismo nativo evidenciaram, naquele momento, o caráter conservador dessa “nova” ordem, visto que o progresso almejado precisava preservar, e até mesmo aprofundar, a ordem antiga (FERNANDES, 1976). A inserção do Brasil no sistema econômico internacional, sistema esse controlado por burguesias hegemônicas externas em seu processo de

---

<sup>23</sup> Ainda assim, para Fernandes (1976), o processo de Independência levado a cabo em 1822 foi uma verdadeira revolução social, mesmo que não representasse uma ruptura completa e definitiva com a ordem e a estrutura socioeconômicas e políticas do período colonial. É que o esforço modernizante nesse acontecimento, segundo o autor, restringiu-se aos aspectos econômicos, políticos e sociais que se relacionavam com o estatuto colonial, e não à transformação da estrutura social da sociedade colonial, marcada pela instituição do escravismo, pelo latifúndio monocultor, pelo patriarcalismo e patrimonialismo nas relações interpessoais e políticas.

expansão sobre o globo terrestre, impunha ao país a continuidade do latifúndio monocultor e da extração mineral, definindo o papel primário do Brasil dentro dessa ordem econômica. A grande lavoura e o extrativismo mineral, por seu turno, impunham, em nome da produtividade, a continuidade do uso da mão-de-obra escrava, do monopólio do poder e da alta concentração de renda pelas elites nativas, agora “independentes” (MARTINS, 2010).

A despeito disso, a construção das condições em que se desenrolou o processo de Independência e a formação de uma sociedade nacional, após a ruptura com a Metrópole, foram animadas pela assimilação do liberalismo pelas elites locais ainda no seio da sociedade colonial. Também nesse processo é visível a relação conflituosa com a modernização: a dinâmica da absorção do liberalismo teve como eixo mais marcante o interesse desses atores socioeconômicos em se livrar do domínio metropolitano e construir um Estado nacional que pudesse internalizar os centros de decisão política, permitindo autonomia nas ações econômicas nacionais – pelo menos em relação à Coroa portuguesa. Todavia, não incluía a absorção das estruturas de democratização e de transformação dos agentes sociais em cidadãos, como ocorrera na difusão do liberalismo na Europa revolucionária (VENTURA, 1991).

O florescimento desse liberalismo no Brasil tem sido tema de debate nas Ciências Sociais. A hipótese levantada por muitos intelectuais<sup>24</sup> de que essa absorção se deu como mera cópia, imitação ou importação de paradigmas exóticos sem efeitos substanciais no contexto político e cultural deve ser ponderada. Não houve exatamente uma simples aceitação desprovida de sentido crítico dos princípios liberais, mas sim uma adoção seletiva de teorias, conceitos e ideias que pudessem ser adequados àquilo que se tinha como “interesses internos” da Nação, que pudessem legitimar a adoção de medidas em torno desses interesses e explicar os processos históricos e os fenômenos sociais à luz desses interesses na construção de um projeto político nacional (FAORO, 1994). Esse ponto de vista será importante, pelo menos, para contextualizar melhor as peculiaridades das relações econômicas e políticas internas e externas do capitalismo que se formou com o advento da sociedade nacional<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> A exemplo, pode-se citar Thomas E. Skidmore (1976).

<sup>25</sup> A adoção das ideias liberais nesse contexto contava ainda com outro condicionante. Os séculos de colonização e a construção da estrutura social da ordem colonial atrelou o desenvolvimento cultural e

No cenário em que se configurava o processo de Independência, acabou se criando um sentimento anticolonial. Conforme demonstra Santos (1978), a elite agrária brasileira, sentindo já o esgotamento do modelo colonial após inúmeros ciclos de ascensão e decadência econômica na Colônia desde o século XVIII, entendia que, enquanto permanecesse atrelada e subjugada à Metrópole portuguesa, estagnada e também decadente, pouco ou nada lograria em termos de progresso, desenvolvimento e estabilidade financeira. A partir dessa constatação, a mesma elite tomava contato com um conjunto de ideias políticas e pressupostos econômicos novos que respondiam, em parte, aos seus anseios e potencialidades.

Essa era a idéia que vigorava entre alguns brasileiros ilustrados; concretamente, porém, o país lançava-se ao mercado com os mesmos produtos agrícolas de origem colonial extraídos do sobretrabalho escravo no eito dos latifúndios desenhados pela monocultura. Assim permaneceria por ainda muito tempo sem que a situação causasse maiores constrangimentos ao oportuno liberalismo. Menos vexados ainda ficavam os escravocratas no Brasil, satisfeitos com a oportunidade de finalmente poderem, eles mesmos, apresentar-se ao grande mercado mundial com suas sacas de café, de açúcar, de fumo, de algodão e afins (PINASSI, 2008, p. 253)

As manifestações sociais e políticas que tinham como substrato ideias liberais foram intermitentes ao longo da história brasileira, principalmente, a partir do século XVIII. A Inconfidência Mineira de 1789, dentre outras manifestações e motins ocorridos desde a primeira metade daquele século, pode exemplificar o fenômeno da seletividade do liberalismo no Brasil, isto é, o fato de ser alimentado sobretudo pelo sentimento de expropriação colonial cultivado pelas elites. A ideia de uma revolução que libertasse as Minas Gerais da dominação portuguesa e instalasse na região uma República foi basicamente orientada por essas elites inconformadas com a taxaço da Coroa sobre a produção<sup>26</sup>. Não havia (nem poderia haver) entre os inconfidentes

---

intelectual do país à lógica da dominação e da dependência, de modo que os pensadores e articuladores políticos eram geralmente representantes dos estamentos dominantes, frequentemente cooptados por privilégios. Antes (e também depois, como veremos) da Independência, a liberdade de pensamento era rarefeita em função dos mecanismos de controle: para os intelectuais do período havia sempre o risco de cair na marginalidade cultural, no ostracismo e na pobreza caso suas ideias entrassem em confronto com as convicções e interesses dos grupos dominantes (NOGUEIRA, 2010).  
<sup>26</sup> Desde a segunda metade do século XVIII, no contexto de declínio da produção aurífera, a Coroa portuguesa instituiu taxaço compulsórias como a “derrama” e o “quinto”, intensificando também o controle fiscal sobre os proprietários rurais.

nenhuma intenção de alteração da estrutura social e econômica, nem mesmo “liberdade ainda que tardia” para os escravos ou para os homens comuns em geral, visto que, se não eram eles nomeadamente os próprios proprietários rurais e escravocratas, pertenciam ou tinham alguma relação com os grupos dominantes de Vila Rica.

A Conjuração Baiana de 1798 foi também iniciada pela insatisfação das elites com a política fiscal da Metrópole. A população de Salvador, de maneira geral, sofria uma grave crise econômica que se estendia desde a crise do açúcar e da mudança da capital para o Rio de Janeiro. O crescente sentimento de insatisfação para com a Coroa, embora tenha tomado forma e orientação ideológica e intelectual nos círculos socioeconômicos superiores, logo foi disseminado entre os setores populares aviltados pelas condições econômicas em que ficara a antiga capital. Essa disseminação do ideário iluminista, que incluiu na pauta reivindicatória pontos como a liberdade dos escravos e as garantias de igualdade próprias de uma República, ganhando contornos mais radicais e populares, obviamente não fazia parte do horizonte de interesses das elites e dos intelectuais a elas ligados. O temor de uma revolta emancipacionista conduzida pelas camadas sociais inferiores, inclusive por escravos, afastou-os do movimento. Ao invés de integrarem-se à revolta social, as elites apoiaram a repressão aos inconformes.

A questão da igualdade colocada pelas ideias liberais, por suposto, foi calibrada segundo os nexos que se poderiam estabelecer entre os valores idealistas e o cálculo das condições concretas de empreendimento econômico naquele momento e, sobretudo, após a Independência. A agenda revolucionária das elites, desse modo, não aspirava à igualdade política e social para todos democraticamente. Segundo Santos (1978, p. 79), em relação a Constituição de 1824,

[...] a idéia de que o pacto político deveria exprimir as igualdades e as desigualdades (ambas naturais, por suposto) que existiam na sociedade, triunfou sobre as outras tendências e finalmente definiu-se que a sociedade política seria composta por aqueles que eram igualmente responsáveis pela criação da riqueza do país: os homens de posse.

A revolução brasileira, portanto, se encerra no que Faoro (1994) chamou de “liberalismo suave”, em detrimento do que poderia ter sido um “liberalismo radical” ou “irado”. Mesmo assim, as mudanças que houveram a partir daí, com a modernização

das instituições sociais e políticas durante o Império, balizadas pelas tensões e conciliações entre o novo e o tradicional por meio agora de um Estado nacional, continuavam parecendo às elites econômicas e intelectuais do país como radicais.

A percepção geral que animou o processo revolucionário, portanto, não se fundamentava na ideia de que a estagnação da Colônia era resultado direto do desenvolvimento e dos empreendimentos econômicos em conjunto com a estrutura social que ali se construiu, mas no efeito do contexto político de mentalidade colonial que absorvia e neutralizava as potencialidades de ação dos atores em todas as dimensões da sociedade (FERNANDES, 1976). Sendo assim, enquanto se mantivesse colonial, os esforços de desenvolvimento da grande lavoura e da mineração nos marcos do capitalismo moderno estariam subjugados e limitados pelas relações e interesses econômicos da Metrópole.

No entanto, podemos considerar ilusório o ideal das elites nativas de construir uma nação livre para organizar autonomamente sua economia e seus rumos políticos, ideal esse gestado a partir do pressuposto liberal de soberania nacional, o qual se propunha a construir um espaço em que as elites nativas pudessem eliminar a intermediação da Metrópole nas transações externas, permitindo a elas tratar de seus negócios livremente. Para tanto, contra as imposições do pacto colonial, inadvertidamente associaram-se, como recurso estratégico, com as potências internacionais, assinando uma série de tratados comerciais que as prenderiam ainda mais aos ditames da acumulação de capital das economias centrais do sistema<sup>27</sup>.

O ideal da soberania nacional e da livre concorrência e interdependência vantajosa e consensual entre as nações livres atuava, no entanto, como uma forma de escamotear a verdadeira natureza das relações econômicas entre sociedades como o Brasil e as grandes potências internacionais, isto é, a continuidade da dependência política e econômica, notadamente em relação à Inglaterra.

Findo o primeiro estágio da revolução nacional, as elites nacionais podiam, doravante, organizar-se. O período que se seguiu após a abdicação de D. Pedro I em 1831 foi marcado por grande instabilidade política e social. A agitação política dava-

---

<sup>27</sup> Por exemplo, o *Treaty of Cooperation and Friendship*, assinado em 1810, que dava amplas vantagens aos ingleses, sobretudo em relação às alíquotas alfandegárias. As mercadorias inglesas que desembarcassem nos portos brasileiros seriam taxadas em 15%, frente aos 24% de tributos cobrados das demais nações. Iniciava-se, assim, a hegemonia britânica sobre a economia brasileira.

se basicamente na tensão em torno da questão da centralização ou descentralização do poder, da autonomia provincial e da Abolição. Projetos de reformas sociais de inspiração libertária ou democrática estimulavam uma reação conservadora temerária de possíveis aspirações populares de alteração do *status quo*. Construiu-se uma teia política que buscou, lentamente, assimilar o “atraso” e o “moderno” na integração nacional. O recém-criado Estado imperial formou-se nessa teia: sua mão agia por meio de concessões, conciliando os variados interesses das elites espalhadas pelo território nacional.

O Império, assim, seguia com suas antinomias na construção política e social da modernidade brasileira: as disputas dentro do Partido Liberal, os movimentos dos monarquistas conservadores, o medo constante de revoltas sociais de uma massa de homens livres e de escravos mantidos sob o rigor patriarcal, o receio de rupturas na ordem social e na estrutura patrimonial, as disputas pelo poder, a tensão entre o poder central e os poderes locais, as crises econômicas da grande lavoura, a ingerência imperialista inglesa. Toda ordem de problemas da esfera pública encontraria sua “solução” dentro do Estado e do Poder Moderador, sobretudo, por meio do pacto que constituiu o Segundo Reinado a partir de 1840.

A reunião de variadas frações da elite econômica em torno do Estado, antes de mais nada, buscava conciliar interesses no intuito de conformar uma ordem legal e uma estrutura de poder que lhes garantisse a continuidade do domínio e a segurança de estabilidade social. Tornaram-se burguesias a partir da unificação e da convergência política que ultrapassa o mero cálculo econômico, por meio de uma conciliação “acima dos interesses imediatos”, dispondo-se a “exercer pressão e influência sobre o Estado”, e controlando “a aplicação do poder estatal, de acordo com seus fins particulares”, em detrimento de uma agenda universal (FERNANDES, 1976, p. 204).

O poder e as decisões da agenda do reino gravitavam sob o arbítrio de D. Pedro II, envolvendo liberais radicais, liberais conservadores e monarquistas num eficiente jogo de conciliação política (NOGUEIRA, 2010). A massa trabalhadora, majoritariamente rural, era relegada ao controle político por meio dos quais se exercia a paz social: o sistema eleitoral restrito, a repressão e a manutenção da exclusão cultural e social.

Dentro da política conciliatória do Segundo Reinado, os avanços na constituição de uma ordem democrático-burguesa de inspiração iluminista, como a

Abolição da escravidão, ficavam chancelados à vontade e aos interesses não apenas do Imperador, mas sobretudo das elites dos setores agrários e das burguesias emergentes, além, é claro, das burguesias inglesas, sobretudo a industrial<sup>28</sup>.

A onda abolicionista, assim, encontrou respaldo entre os homens de posse. Medidas emancipacionistas foram introduzidas lentamente, respondendo sobretudo às pressões externas. Decorrem desse processo, além da Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre de 1871, que instituía a liberdade aos nascituros, e a Lei dos Sexagenários de 1885, que libertava os escravos com sessenta anos ou mais. É evidente que tais leis tinham pouco impacto na estrutura social e na vida dos escravos, eram paliativas, servindo mais para escamotear o caráter antiliberal da modernização em função da manutenção da dominação e dos privilégios herdados da ordem colonial, do que meios para construção de uma ordem democrática e igualitária.

Azevedo (2001) aponta que a “canonização” historiográfica de Joaquim Nabuco como grande elemento no combate à escravização não passou de certa tendenciosidade, que esconderia as verdadeiras razões nacionais para a abolição, por parte da intelectualidade brasileira. Para a autora, os pressupostos levantados por Nabuco em sua obra *O Abolicionismo* tratavam-se de um apelo previdente à grande propriedade em geral. Assim, Nabuco e seus contemporâneos desejavam a abolição pela lei de modo a evitar maiores danos à propriedade agrícola, como ocorrera na colônia francesa de São Domingo. Em outras palavras, se por um lado Joaquim Nabuco objetivava, a partir da miscigenação, assegurar a paz racial e social, construindo uma maioria branca e proprietária agrícola capitalista, por outro lado, visava a combater os abolicionistas anarquistas, mostrando uma intervenção política de teor liberal, moderada e pragmática.

---

<sup>28</sup> Por exemplo, ao passo que os interesses internos eram impactados economicamente pela proibição do tráfico de escravos a partir de 1845 – fruto da ingerência inglesa e dos interesses da burguesia europeia industrializada –, as elites agrárias foram tornando-se paulatinamente abolicionistas. O tráfico de escravos era uma empresa lucrativa em si mesma e, além disso, era até então economicamente vantajosa como mão-de-obra na grande lavoura e na mineração. A *Bill Aberdeen*, aprovada no parlamento britânico em 1845, permitia que navios negreiros fossem aprisionados e que seus comandantes fossem julgados por almirantes ingleses. Como efeito, houve pânico entre os traficantes de escravos e os proprietários de terras, face ao encarecimento do preço dos cativos. A Lei Eusébio de Queirós (1850), por fim, regulamentou o fim do tráfico no Brasil, de modo que o preço ficara tão impraticável que os fazendeiros, em especial os do Oeste Paulista, preferiam importar trabalhadores livres, cujos compromissos de subsistência eram inferiores aos custos da manutenção do escravo. Tais contingências tornariam, gradualmente, o grande fazendeiro em empresário capitalista (CARDOSO, 1969).

Dada a impossibilidade de se continuar utilizando o escravismo como modelo de produção, iniciou-se a organização do mercado de trabalho assalariado, sobretudo por meio da importação de mão-de-obra branca na passagem do século XIX para o século XX. Ao negro, “ex-escravo”, coube ainda a exclusão do novo mercado de trabalho competitivo que se formava, implicando a sua lenta, e ainda hoje inconclusa, integração social, política e econômica na sociedade nacional.

A partir da coleta de dados referentes à população negra em São Paulo na primeira metade do século XX, Fernandes (2008) demonstra que a abolição promoveu a libertação dos negros escravizados apenas formalmente, visto que, na prática concreta da vida cotidiana, perdurara a discriminação e a submissão da população negra aos brancos. Não estava na agenda política brasileira a absorção da população negra na conformação de sua modernidade, pelo menos não como força de trabalho padrão e possuidora de direitos, já que eram preteridos pelos imigrantes brancos. Mais uma vez, conforme demonstra Oliveira (2003), “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”. Aos negros restou integrarem-se por meio de subempregos, dando lastro para a formação futura da dualidade do mercado de trabalho nacional. Ainda, no esteio do racista e eurocêntrico projeto nacional de modernização, tentava-se o branqueamento da população por meio da abertura nacional à imigração europeia, bem como a criação de sistemas de cerceamento da participação política e cultural negra (TERRA, 2014).

A abolição e a imigração são dois elementos da formação de um mercado de trabalho assalariado que não desmantela as características das relações de produção no campo e na cidade. Ainda que livres, os assalariados de todas as origens étnicas terão que sobreviver em padrão de relações de produção arcaico que se dá através da superexploração da força de trabalho.

Até então, essa ordem, que lentamente se alterava em relação ao período colonial, produzia uma sociedade que sufocava a modernização conforme observada na Europa oitocentista, permitindo-a apenas quando se revelasse inevitável. Quando se alterava o padrão de produção em direção a formas mais modernas, de maneira que pudesse ressoar na estrutura social, a conciliação do novo padrão com o atraso impedia qualquer chance de ruptura profunda.

A conciliação, portanto, é um mecanismo de transformação que guiará o processo de modernização, sobretudo a partir do Estado, e se apresenta como

sedimentação do “atraso”, que não é suprimido na construção do “moderno”, mas se transmuta para não ruir na transição entre a velha e a nova ordem social, fazendo-se presente nesta, política e economicamente (OLIVEIRA, 2003).

Assim,

[...] a revolução burguesa seguia em continuidade à sua forma ‘passiva’, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e, a partir dela, à República, em mais um movimento de restauração de um dos pilares da economia colonial: o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores de terra (VIANNA, 1997, p. 47-48).

A figura que se poderia chamar de burguês, representada pelos comerciantes e pequenos comerciantes, e depois pela burguesia urbano-industrial emergente, não teria força nem capacidade de organização para impor uma agenda política e econômica, de modo que acabava por submeter-se e associar-se ao *establishment* (FERNANDES, 1976).

Assim, o aparecimento de novos sujeitos econômicos não se traduziu numa nova tensão entre frações de classe. Uma vez que os comerciantes e a burguesia industrial emergentes iniciaram suas atividades, encontraram um padrão de coexistência com as elites oligárquicas calcado no pressuposto político e econômico de não permitir o avanço e a organização das camadas sociais subalternas. A conciliação entre tais agentes encontrou abrigo propício em torno do Estado, de modo que os setores tradicionais, mais uma vez, não sucumbiram frente ao moderno.

[...] Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem [...]. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter sua dominação socioeconômica [...]. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse

inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES, 1976, p. 204).

Acerca desse processo, Sergio Buarque de Holanda (1995, p. 171) conclui:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional [...].

A lenta e alargada revolução burguesa brasileira, que se estenderia durante todo o século XIX, construiu no decorrer do século XX as bases humanas sobre as quais o capitalismo mais uma vez se reconfiguraria. Os processos se deram, como verificou-se comum no Brasil desde a Independência, e também no processo de golpe que levou à proclamação da República, pelo alto e a partir do Estado, conciliando-se os interesses onde fosse possível, sem o risco de transformações estruturais.

Na macrointerpretação do Brasil e da formação de sua organização social, cultural e política, Holanda (1995) identifica que na jovem República os legados da experiência colonial, em especial os laços personalistas, eram vívidos e atuantes. Isso caracterizaria um obstáculo para a formação de uma sociedade moderna e democrática entre nós, tal como se encontrava nos espelhos civilizatórios como a Europa central e a América no Norte, em face da construção de uma cultura política formada por arranjos, concessões, conciliações e adaptações de doutrinas e ideais, como o liberalismo e o positivismo.

Para Nogueira (2010, p. 36), em relação à formação da República:

Como que em consequência, um liberalismo conservador, quase nada democrático, retomou o comando da sociedade e, a base de uma engenhosa, mas perversa articulação entre os localismos edificou novo sistema excludente, nominalmente federativo, democrático e representativo. Embora modernizando-se, a sociedade continuou sem classes nacionalmente organizadas e com um Estado autoritário hipertrofiado.

Frente ao panorama em que se apresentavam as estruturas sociais e políticas da recém-formada República, cabia intervir no sentido de promover a “modernização”

ampla da sociedade e da base econômica brasileiras, isto é, transmutar o “atraso” em “moderno”, como prevê a agenda brasileira da ordem e do progresso.

Apesar do caráter “revolucionário” brasileiro, que traria a mudança de matriz econômica sem eliminar a contradição de uma larga estrutura de exclusão política e social, forças sociais e movimentos culturais, impelidos pela pressão da dominação que se arrastava por séculos, eventualmente demonstravam energia. A década de 1920, por exemplo, foi marcada por uma efervescência cultural e política importante nesse sentido: a Semana de Arte Moderna em São Paulo buscava nova linguagem artística com forte impacto político e intelectual, fundava-se o Partido Comunista Brasileiro a partir das movimentações políticas e sindicais animadas pelo pensamento socialista, o tenentismo movimentava civis e militares contra certas estruturas oligárquicas remanescentes do período anterior. A efervescência no campo político e ideológico no início do século XX predizia que um novo período histórico se implantava juntamente com a decadência do ciclo da cafeicultura e a incipiente industrialização e urbanização no Sudeste.

Essa efervescência política e cultural era talvez a percepção de que a absorção do ideário liberal não cumprira a promessa de construção de um país a par do tempo da civilização europeia.

Passados século e meio das primeiras experiências internacionais entre nações “maiores” e nações “menores”, assim adjetivadas de acordo com o grau de acumulação de capital observado em cada uma delas, conclui-se que o culto ao progresso e à ciência “útil” jamais pode obter resultados realmente universais, nem, conseqüentemente, reverter o quadro mais adverso para alguns do que para outros. Pelo contrário, as desigualdades tidas inicialmente como “desvios de percurso”, fenômenos passageiros e suprimíveis pelos “mercadores da igualdade”, são, na verdade, contradições sociais absolutamente estruturais ao funcionamento hierárquico do sistema (PINASSI, 2008, p. 255-256)

O decênio de 1930, entretanto, foi marcado pela reação às aspirações democráticas, liberais e socialistas, que ganhavam fôlego. A saída utilizada pela burguesia nacional consistiu em ampliar e acelerar o desenvolvimento capitalista no campo econômico e, ao mesmo tempo, restringir intransigentemente o florescimento de instituições democráticas que pudessem conturbar o *status quo*, combinando-se a modernização da produção, notadamente com o fomento da industrialização, com o autoritarismo estatal, o nacionalismo e a autocracia das elites.

As transformações político-econômicas transcorridas nesse momento têm como cenário o aumento da atividade industrial e o crescimento urbano no esteio da crise da produção cafeeira e do sistema que a dava sustentação por meio dos arranjos políticos entre as oligarquias agrárias – isto é, a política dos governadores – e, como já mencionado, a agudização das revoltas sociais e militares que se iniciaram na década anterior e que culminariam na Revolução de 1930 com a condução de Getúlio Vargas ao poder do Estado.

### 3.2 O primeiro desenvolvimentismo

Riscando os cavalos!  
 Tinindo as esporas!  
 Través das cochilhas!  
 Sai de meus pagos em louca arrancada!  
 — Para que?  
 — Pra nada!  
 (Ascenso Ferreira, Gaúcho, 1978)

Em 1930, iniciavam-se no Brasil profundas transformações no plano cultural e político, sobretudo dentro do cenário específico em que contracenam o Estado nacional e a classe trabalhadora. Naquele momento fundava-se no país uma nova forma de relação entre os atores econômico-sociais, entre trabalhadores e empresários, baseada na vontade estatal e na redefinição do papel atribuído à forma de organização do trabalho e dos trabalhadores. O pano de fundo em que se contextualiza essa nova relação é o de um processo histórico amarrado pela transição de nossa economia e sociedade, até esse momento majoritariamente agrárias, para uma forma de sociabilidade urbana e industrial.

Durante boa parte do século XX, a agenda política e econômica do Estado brasileiro se atrelou à condução do desenvolvimento e do crescimento do capitalismo nacional. O nacional-desenvolvimentismo foi o conjunto de ideias, teorias e políticas de Estado que serviram de base para a consecução estratégica dessa agenda político-econômica de modernização, que contava, pelo menos em teoria, com a superação da dependência e a superação do subdesenvolvimento. Nos anos 2000, a “reedição” do desenvolvimentismo, no entanto, tem se calado frente às ideias de superação da dependência, embora acredite desfazer a condição crônica de subdesenvolvimento social e econômico.

Ambos, o nacional-desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, têm como pressuposto básico a participação ativa do Estado na elaboração e aplicação do projeto de desenvolvimento capitalista. Apesar dessa similitude fundamental, cada uma dessas fases socioeconômicas tem suas próprias características, que as diferenciam ao ponto de questionarmos a afirmação de que seria o neodesenvolvimentismo uma reedição ou reelaboração do velho desenvolvimentismo sobre novas bases, como querem algumas análises<sup>29</sup>.

Desse modo, a contextualização do processo em que se desenrolaram os debates e a aplicação dos “desenvolvimentismos” é valiosa para diferenciarmos cada fase e, sobretudo, compreendermos a perpetuação da dependência que caracteriza a forma de participação brasileira no padrão de civilização capitalista ontem e hoje.

Na primeira metade do século XX, ocorreram alterações da orientação do Estado para atender às novas formas de esbulho internacional e aos interesses do capital, interno ou externo. Apesar do nacional-desenvolvimentismo e as ações do Estado proporem no discurso a construção da soberania nacional e da autonomia econômica frente aos interesses hegemônicos, verifica-se a abertura massiva aos capitais estrangeiros para o financiamento do desenvolvimento, sobretudo na década de 1950. O golpe militar de 1964, por fim, pontuou a derrocada do discurso de autonomia, consolidando a tendência de dominação da economia nacional pelos grandes monopólios advindos do centro do sistema econômico mundial. As políticas econômicas da segunda metade do século, assim, acabaram, tragicamente, por acentuar o poder das multinacionais dentro da dinâmica econômica interna (FERNANDES, 1976).

O poder econômico e político que passava das mãos das oligarquias agrárias para as mãos das burguesias urbanas, sob a condução estatal de Vargas e o acirramento da autocracia, é o pano de fundo do primeiro (e único) desenvolvimentismo brasileiro.

A crise da economia cafeeira e do sistema político oligárquico na década de 1930, em conjunto com a crise mundial que se espalhava desde Nova Iorque, criou um mecanismo que reduziu a pauta econômica baseada na exportação primária e fez ganhar terreno o processo de industrialização nacional por meio da substituição de

---

<sup>29</sup> Em especial, a de Aloízio Mercadante Oliva (2010).

importações para atender o mercado interno que, ainda que insípido no início dos anos 30, cresceria de forma constante.

Percebia-se já na época que, enquanto a pauta econômica nacional continuasse baseada na exportação primária, haveria, nos momentos de crise, o risco da extrema vulnerabilidade em função da queda da taxa de exportações. Desse modo, induzir a industrialização era também uma saída para a instabilidade oriunda da dependência externa, quando da impossibilidade de continuar o processo de acumulação a partir da economia exportadora primária.

A crise encontrou a economia brasileira mais ou menos adequada a um certo coeficiente de importações. Durante todo o decênio dos anos vinte, a relação entre o produto territorial e o valor das importações não parece haver-se alterado de forma significativa. Ora [...] ao manter-se a renda monetária em nível relativamente elevado enquanto se baixava bruscamente a capacidade para importar, foi necessário que subissem fortemente os preços relativos dos artigos importados para que se restabelecesse o equilíbrio entre a procura e oferta de cambiais para pagar importações. Estabeleceu-se, assim, um novo nível de preços relativos para os artigos de produção interna e os artigos importados.

Com base nesse novo nível de preços relativos, desenvolveram-se as indústrias destinadas a substituir importações (FURTADO, 1968, p. 212-213).

Segundo dados organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve diminuição da participação agrícola no Produto Interno Bruto nacional a partir da década de 1930, ao passo que a política cambial propiciou o aumento da participação da indústria:

[...] a partir do início do século a participação da agricultura no PIB, a preços de 1949, caiu de 44,6% do PIB para 38,1% em 1920, 29,4% em 1940, 16,9% em 1960 e 9,8% em 1980, permanecendo aproximadamente estável desde então. Paralelamente à contração da agricultura, cresceu a participação da indústria: 11,6% do PIB em 1900, 15,7% em 1920, 18,7% em 1940, 29,9% em 1960, 34,4% em 1980 (BRASIL, 2006, n.p.).

Em paralelo à experiência keynesiana nos Estados Unidos com seu *New Deal* entre 1933 e 1937, o governo brasileiro iniciou uma série de reformas a partir do Estado. O intervencionismo estatal na economia brasileira se deu por meio de investimentos, sobretudo, em infraestrutura e relacionados à urbanização e à industrialização.

Esse movimento de intervenção sobre a economia e o mercado foi um fenômeno observado em boa parte do mundo capitalista. Ao passo que a crise e a depressão econômica se espalhavam, ocorreu em muitos países a centralização do poder sob o Estado proporcionalmente à redução de garantias democráticas. Os casos mais emblemáticos foram os regimes totalitaristas como o nazismo, o fascismo e o franquismo. No Brasil da primeira metade do século XX, o Estado nacional entificava-se como uma estrutura corporativista, centralizadora e, a partir de 1937, ditatorial.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939, as economias hegemônicas do capitalismo voltaram sua produção industrial ao suprimento bélico. Essa janela proporcionou um novo ciclo de desenvolvimento industrial no Brasil, agora como exportador industrial para as potências envolvidas diretamente na guerra. Parte do planejamento desenvolvimentista foi criar grandes empresas estatais que se atrelassem ao crescimento da indústria nacional. Como demonstram algumas estatísticas do período, entre 1943 e 1944 o PIB brasileiro cresceu 8%, enquanto o PIB industrial 12% (BRASIL, 2006).

Esses números atraentes, em particular para a população urbana e operária, lastreou o populismo varguista, importante para a sustentação social de seu governo. Relembramos algumas medidas importantes, como a instituição do salário mínimo em 1940, a criação da Justiça do Trabalho em 1941, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os trabalhadores urbanos em 1943, bem como uma série de instrumentos regulatórios das relações trabalhistas, sindicais e partidárias que se conformavam à ideologia corporativista de tutelação pelo Estado na era Vargas.

Enfim, esse conjunto de elementos reacendeu no horizonte a utopia de uma nação autônoma. Nas palavras do próprio Vargas quando da inauguração das instalações da Usina Siderúrgica de Volta Redonda em 1943,

O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O País semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas necessidades de defesa e aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho (*apud* IANNI, 1971, p. 63).

Nesse contexto também ocorreu uma nova centralização do aparelho estatal, deslocando paulatinamente o poder das mãos dos potentados regionais em direção ao âmbito nacional (COSTA, 1991). Isso significou um movimento do Estado, subsidiado por uma burguesia industrial emergente, no sentido de intervir mais diretamente na economia, fazendo com que parte do excedente produzido no setor agrário fosse usado como fomento no processo de modernização e industrialização<sup>30</sup>.

A era Vargas foi um marco na transformação da arquitetura política e institucional do Estado nacional. Nesse momento foram erguidas as bases sobre as quais avançou com certa legitimidade social um projeto de desenvolvimento industrial que buscava, pelo menos no nível do discurso, alcançar um capitalismo autônomo e desenvolvido. O desenvolvimentismo clássico, por conter forte narrativa nacionalista, identificava que, para atingir tal objetivo, dever-se-ia construir um projeto nacional que unisse os setores mais progressistas das elites e a classe trabalhadora urbana ao redor do Estado e colocar limites à penetração de interesses heteronômicos na economia nacional.

A relação de Vargas com a classe trabalhadora urbana, bem como a forma que representou os interesses das classes dominantes foi, sem dúvidas, marcante para a história do Brasil. Por um lado, a despeito do caráter severamente autocrático do período inicial de seu governo e abertamente ditatorial no seguinte, Vargas é tido ainda por muitos como o benfeitor e o patrono da classe trabalhadora e das camadas mais pobres da sociedade brasileira, as quais teriam sido destinatárias das maiores realizações sociais e econômicas por parte do Estado naquele momento, sobretudo no que diz respeito a direitos sociais e a seguridade trabalhista<sup>31</sup>. Para promover o “ciclo de revolução capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 2014), o poder de Vargas se assentou sobre a classe trabalhadora, com o qual adquiriu legitimidade para constituir um novo bloco de poder dentro do Estado com a burguesia urbana.

---

<sup>30</sup> Isso não significou, entretanto, que os privilégios das oligarquias agrárias fossem removidos, como demonstra o tratamento da legislação em relação ao trabalho no campo (MARTINS, 2010).

<sup>31</sup> Por outro lado, segundo D’Araujo (2003) e Antunes (1982), variados estudos têm mostrado que a imagem de outorgante dos direitos trabalhistas e de “pai dos pobres” não é plenamente verdadeira, principalmente se consideradas as já existentes lutas e reivindicações operárias pré-1930, estas sim promotoras de pressões sobre o Estado e sobre o capital em busca de direitos.

O Estado regulamentou as relações entre capital e trabalho, em especial no meio fabril, através da criação de uma legislação trabalhista e do enquadramento do movimento sindical dentro de uma estrutura rígida e hermética gerida pelo Ministério do Trabalho. A estrutura social, sindical e institucional brasileira a partir de 1930 baseou-se no modelo oferecido pela doutrina corporativista<sup>32</sup>. Basicamente, foi um recurso utilizado para gerenciar os conflitos oriundos das relações capitalistas de produção, bem como os problemas daí resultantes, tais como a desigualdade econômica, as crises financeiras e a instabilidade social oriundas do processo de modernização e de desenvolvimento.

Substituíram-se os partidos e as organizações classistas – entendidos como a origem dos conflitos – por organizações que produzissem consenso, no caso os sindicatos profissionais e patronais inseridos dentro da estrutura corporativa e tutelada pelo Estado, construindo assim um fórum único de discussão para cada ramo produtivo<sup>33</sup>. Para tais sindicatos, em vista da criação do consenso, eram vetadas quaisquer formas de demonstração ou motivação partidário-ideológica – principalmente aquelas mais à esquerda. O sindicato aqui exposto era um órgão privado, mas com funções públicas, isto é, seu objetivo era antes de mais nada colaborar com o Estado e a sociedade brasileira – dentro do que o Estado definisse como colaboração –, constituindo um só corpo com o governo (D'ARAUJO, 2003).

Os indivíduos inseridos nessa estrutura, por meio da associação sindical e da carteira de trabalho, eram concebidos como parte do Estado, como membros de sua base e, portanto, deveriam comungar de seu projeto, privando-se de disputas políticas e diferenças ideológicas. Nesse sentido, tanto a filosofia individualista do liberalismo quanto o ideal de classe do socialismo eram danosos para a ordem e estorvos ao progresso.

---

<sup>32</sup> A doutrina corporativista busca apresentar uma “saída” às contradições do capitalismo sem recorrer ao socialismo, mantendo a hierarquia social própria da ordem burguesa num sistema que permitisse reduzir de maneira orientada as desigualdades sociais a um “nível aceitável”, o que evitaria o conflito e a luta de classes. Essa ideologia baseava-se na crença de que emergiria desse processo um estado de paz baseada na harmonia social, no progresso e no desenvolvimento econômico. O Estado e a elite dirigente, como condutores, deveriam garantir por meio de seu poder que o equilíbrio fosse preservado, propondo formas de organização da vida social e de participação pública que produzissem o consenso (COSTA, 1991).

<sup>33</sup> Por isso, para cada atividade laboral haveria um único sindicato dentro de determinada área geográfica (urbana), que corresponderia a uma federação afim no plano estadual e uma confederação do plano nacional.

A estrutura estatal corporativista, reflexo da autocracia burguesa, por meio do fortalecimento e da centralização, era pensada como saída para realizar a empreitada do progresso de maneira supostamente consensual em relação aos interesses dos diferentes grupos sociais. O alicerce desse consenso, entretanto, configurava certo tipo de tirania<sup>34</sup>.

Uma das mais eficientes estratégias nesse sentido consistiu em trazer para o seio do Estado as classes trabalhadoras, inclusive suas organizações classistas, tirando-as da criminalidade, mas obrigando-as a contribuir na implementação do projeto nacionalista de indução do desenvolvimento econômico capitalista.

O jogo político varguista funcionava por meio de uma operação sofisticada, em que a classe operária, beneficiária dos direitos ora “concedidos”, servia como um fundamento estável de sua relação com a classe que realmente representava, qual seja, as oligarquias tradicionais e a burguesia industrial. Nas palavras de Antunes (1982, p. 7), “o suporte dos trabalhadores [...] conferia à Vargas o equilíbrio necessário para manter o seu projeto de dominação burguesa de novo tipo”: conformando o mundo do trabalho por meio de uma ampla regulação de suas relações com o capital. A partir dessa ideia foi produzido todo o arranjo político-institucional montado nesse período, desde a máquina estatal, as políticas sociais, a legislação trabalhista até a estrutura sindical corporativa.

As associações de trabalhadores, presentes no Brasil desde o fim do século XIX, a partir do governo Vargas foram compulsivamente transformadas em sindicatos afeitos ao novo desenho institucional imposto. É bom ressaltar que tal imposição se dava inicialmente aos trabalhadores e patrões do meio urbano-industrial, o que nesse momento representava cerca de 3% da população trabalhadora, haja vista que predominava largamente a população e o trabalho rurais (D'ARAUJO, 2003). Pode-se dizer, contudo, que a promoção de direitos sociais e trabalhistas exclusivamente aos trabalhadores urbanos foi uma política de estímulo ao êxodo rural e ao aumento da oferta de trabalho em favor da emergente indústria (OLIVEIRA, 2003).

---

<sup>34</sup> “Mais do que isso, produziu-se, de forma hábil e convincente, uma ideologia de que a democracia política era incompatível com a resolução dos conflitos sociais e de que só o Estado estaria apto a dar as soluções cabíveis nesses casos. Construiu-se, portanto, uma doutrina que associou autoritarismo a direitos ou que, pelo menos, subestimou a democracia política como recurso eficaz para garantir os direitos dos trabalhadores ou até mesmo o crescimento econômico” (D'ARAUJO, 2003, p. 216).

A era Vargas foi um período em que os trabalhadores formais obtiveram, sem dúvidas, um conjunto de direitos do qual nunca haviam gozado no Brasil. Nosso país, de tradição oligárquica e conservadora, marcado profundamente pela escravidão e pelo pensamento colonial e autoritário, passava naquele momento por um processo de modernização e de tentativa de realocação no mercado capitalista internacional. Um dos aspectos da engenharia política de Vargas é justamente o de promover essa modernização nacional industrial de modo tal que fosse preservada a estrutura social “atrasada” característica do país.

Para realizar essa “modernização conservadora”, centralizou sob o Estado as forças que tinham potencial verdadeiramente transformador da ordem, sob a alegação de promover a paz e banir os conflitos, naturalizando o sistema econômico e social vigente. Sua estratégia teve como base a dádiva: o pacote de direitos sociais e legislações trabalhistas que “cedeu” ao povo lhe deu legitimidade e base de sustentação política para promover seu projeto econômico sem romper com os resquícios do passado oligárquico. Fez, para tanto, dos interesses das burguesias nacionais os interesses da classe trabalhadora. A fórmula bem-sucedida, ao que parece, também se atualizou como estratégia no Brasil atual.

A partir da década de 1930 ocorre um processo de consolidação política e econômica da modernização conservadora iniciada no século anterior. O ímpeto nacionalista propagado pelo Estado tomou para si tal tarefa, mesmo frente às consequências da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. A implantação da ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945, bem como o período ditatorial entre 1964 e 1984, acentuou essa tendência, centralizando ainda mais a política e a administração pública, bem como o processo de expansão do domínio das elites urbanas no seio do nacional-desenvolvimentismo.

### **3.3 Industrialização, *deus ex machina* do desenvolvimento**

Nesse lastro é que se edificou o Estado nacional no século XX. Onde quer que as alterações na ordem econômica e política fossem inevitáveis – pois o ritmo de expansão do capitalismo nacional era ditado pela dinâmica externa e pelas burguesias hegemônicas do sistema internacional –, elas acabavam por se submeter ao crivo daqueles que concentram o poder. A era Vargas, momento de transição de um sistema político oligárquico para um urbano-industrial, é simbólica nesse sentido.

Tentou-se acelerar e direcionar a superação do “atraso” brasileiro através das estratégias e políticas propostas pela teoria desenvolvimentista, a industrialização, *deus ex machina* para o impasse do subdesenvolvimento crônico vivenciado pelo Brasil. Essa é, na verdade, uma percepção positivista da história, que fazia crer que estávamos numa fase inferior de evolução social e econômica, comparativamente aos centros hegemônicos do capitalismo mundial.

Acompanhado desse novo impulso de crescimento econômico, parte das Ciências Sociais da época dirigiu seus esforços à compreensão e à confecção de estratégias que pudessem realocar a estrutura econômica e social brasileira, sobretudo buscando formas originais para combater aquilo que identificavam como o maior problema nacional: o subdesenvolvimento. Era uma vontade de fazer valer o lema que tremula na bandeira nacional.

Essa face teórica do nacional-desenvolvimentismo, para além da necessidade de superação do subdesenvolvimento através da acumulação de capitais por meio da indústria, propunha de maneira geral superar as características heteronômicas da economia e da política nacional e, importante frisar, sua estrutura política e social adjacente, isto é, os laços sociais “pré-capitalistas” (GENNARI, 1999). A proposta de tais pensadores considerava que o Brasil estaria numa etapa atrasada, subdesenvolvida, e que, a partir da orientação de forças conscientes, poder-se-ia “evoluir” para uma etapa moderna e desenvolvida.

Em geral, a literatura de extração positivista classifica como “desenvolvidos” os países ou as regiões que conquistaram pleno progresso econômico e social através da transformação do estado de “subdesenvolvimento”, caracterizado, por sua vez, por espaços onde há baixa produtividade, estagnação econômica, índices baixos de progresso técnico-científico, pobreza e limitação de direitos. Desse ponto de vista, a superação do subdesenvolvimento tem como condição primeira, ainda que não exclusiva, o crescimento econômico e a acumulação de capitais.

Um intenso debate em torno desse tema fez surgir variadas questões, como, por exemplo, a respeito dos fatores internos e externos do subdesenvolvimento e do desenvolvimento. Talcott Parsons (*apud* ROCHER, 1976), da escola sociológica norte-americana, explica que o empecilho ao desenvolvimento pleno de países do terceiro mundo seriam os fatores societários internos. Para ele, as sociedades subdesenvolvidas seriam formadas por “estruturas psicoculturais tradicionais” que impediriam o florescimento de estruturas modernas, chegando a propor a intervenção

de “elites modernizantes” capazes de superar as barreiras da tradição e de realizar o desenvolvimento aos moldes das culturas ditas superiores a partir da “difusão” cultural oriunda dos países desenvolvidos.

Entre os teóricos, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), Celso Furtado (1974) e Jean Drèze e Amartya Sen (1989), a superação do subdesenvolvimento perpassa também o progresso social que o capitalismo desenvolvido deve proporcionar através da satisfação de necessidades básicas das populações, como a nutrição, a saúde e a habitação, avançando gradativamente para condições plenas de existência humana com acesso à cultura e educação, direitos civis e políticos etc.

Com o advento da Guerra Fria, a redefinição das fronteiras pelos movimentos anticoloniais e o conseqüente surgimento de Estados independentes na Ásia e na África, a busca dos Estados Unidos por hegemonia fizeram aflorar no contexto global a ideologia da superação do subdesenvolvimento tal como sublinhamos acima. Adotada por recém-criadas instituições como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, a ideologia do desenvolvimento capitalista para a superação das mazelas políticas, econômicas e sociais foi, assim, proposta ao então chamado terceiro mundo na forma de um receituário. No caso da América Latina, temos a criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), bem como a fixação de um campo de especialização das Ciências Sociais para refletir e analisar justamente as possibilidades e caminhos do desenvolvimento.

A CEPAL tem imensa importância na projeção de tais ideias. Ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e, por isso mesmo, aos Estados Unidos e à Europa no período pós-Segunda Guerra Mundial, foi fundada para pensar e difundir uma teoria do desenvolvimento com base nas particularidades da região.

A teoria do desenvolvimento produzida constituía-se, num primeiro momento, numa resposta e numa justificativa das potências capitalistas à inconformidade manifestada pelas nações latino-americanas em relação às profundas desigualdades das relações econômicas internacionais das quais aquelas se beneficiavam em detrimento destas, buscando inclusive naturalizar essa condição e convencer que, se seguidas as recomendações propostas, os países periféricos poderiam também se beneficiar do progresso e do bem-estar proporcionados pelo capitalismo (MARINI, 2010).

No âmbito de sua intencionalidade inicial, a teoria cepalina propunha a classificação do aparato produtivo de cada país em primário, secundário ou terciário, tomando-se o processo de desenvolvimento econômico dos países centrais como parâmetro para os demais e sustentando-se que tais países representavam uma etapa superior, ao passo que os ditos países periféricos estariam numa etapa inferior do mesmo processo, num quadro evolutivo amparado pela ideia da dualidade desenvolvimento-subdesenvolvimento, sociedades modernas e sociedades atrasadas. Subdesenvolvido significaria, dessa maneira, o mesmo que “pré-industrial”. Portanto, conforme podemos encontrar no manifesto de Walt W. Rostow (1971), o desenvolvimento econômico proposto implicaria modernização das condições econômicas, sociais, políticas, institucionais e ideológicas dos países “atrasados”, aproximando-os do sistema social e econômico dos países centrais e “civilizados”.

Percebendo, entretanto, a insuficiência explicativa e propositiva dessa teoria e atentando-se às particularidades dos países latino-americanos no que tange às suas estruturas de classe, aos seus Estados nacionais já consolidados, à sua industrialização em curso, à presença da burguesia industrial já no poder e à luta de classes que caracterizam o continente, a CEPAL recriou a teoria do desenvolvimento e produziu o que ficou conhecido como desenvolvimentismo latino-americano ou nacional-desenvolvimentismo (CARCANHOLO, 2010).

O desenvolvimentismo latino-americano da CEPAL colocou em pauta a crítica da teoria clássica do comércio internacional – que se baseava no princípio das vantagens comparativas, postulando que cada país deveria se especializar na produção de bens nos quais pudesse lograr maior produtividade e, portanto, melhor competitividade internacional, de modo que para a América Latina estaria reservado o papel de exportadora primária. No entanto, ainda continuavam presos à noção evolucionista que caracterizava a teoria inicial.

Para Furtado (1974, p. 95), um dos grandes nomes da CEPAL ao lado de Raúl Prebisch, o subdesenvolvimento tem como principais características a “disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas etc.”. Desse modo, a teoria do nacional-desenvolvimentismo, da qual é signatário, pressupõe que a superação do subdesenvolvimento, da relação subalterna entre o Brasil e o centro, da ampliação do crescimento e da acumulação por vias industriais e a concomitante melhoria no

padrão de vida da população teria como base natural os esforços conjuntos das elites econômicas e da classe trabalhadora sob a orientação de um Estado interventor e atuante.

A teoria cepalina remodelada demonstrou ainda que o comércio internacional tem tendência permanente à “deterioração dos termos de troca”, o que significa transferência de valor em favor dos países industrializados em detrimento dos países exportadores de produtos primários, que sofriam descapitalização, sobretudo em função da rigidez e superioridade salarial nos países desenvolvidos, bem como por sua forte organização das classes trabalhadoras e menor excedente de força de trabalho, o que se refletia em maior valor agregado e maior produtividade nos países centrais<sup>35</sup> (CEPAL, 1949).

Sendo assim, contra essa estrutura comercial e produtiva, o projeto do desenvolvimentismo latino-americano deveria se assentar na industrialização por substituições de importações, na intervenção do Estado para garantir condições ao setor industrial e inibir a vulnerabilidade externa e no nacionalismo (GONÇALVES, 2002).

Como no Brasil o ganho salarial relativamente baixo era visto como efeito do excedente de força de trabalho, o processo de substituição de importações e a decorrente industrialização eram vistos como meios pelos quais tal excedente poderia ser absorvido, induzindo o incremento salarial e revertendo “o eixo básico da economia, até então voltada ‘para fora’, para o desenvolvimento voltado ‘para dentro’, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno” (MANTEGA, 1987, p. 39).

A ênfase do papel do Estado na edificação de uma economia voltada “para dentro” tinha lastro também nas cores nacionalistas de nosso desenvolvimentismo, que colocava ainda no horizonte a construção da autonomia através da internalização

---

<sup>35</sup> “Ao discutir o desenvolvimento calcado na referida divisão internacional do trabalho, [a CEPAL] verifica que os ganhos de produtividade foram substancialmente maiores na indústria ante a atividade primária. Ao constatar, no entanto, que, ao contrário do que sugeria a teoria das vantagens comparativas, isso não se traduziu em uma queda de preços relativos dos bens industriais ante os agrícolas, indicando um bloqueio na propagação do progresso técnico conduzindo à deterioração dos termos de trocas entre os dois grupos de países. Tal deterioração terminava por agudizar, por meio da redução da capacidade para importar, aquela que seria a maior restrição ao desenvolvimento periférico: a restrição de divisas ou, mais propriamente, a restrição externa” (CARNEIRO, 2013, p. 8).

completa das decisões e do tempo histórico da modernização, a despeito do uso de capital externo para financiar o desenvolvimento interno.

Não nos podemos conformar... com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela nossa economia [...] (VARGAS *apud* IANNI, 1971, p. 27).

Na era Vargas, ápice do nacionalismo, havia certa parcimônia e até condenação no uso do capital externo pelo Estado e na participação de empresas multinacionais (IANNI, 1971). Entretanto, os laços entre o capital estrangeiro e o Estado brasileiro há muito se estabeleceram na economia nacional, sobretudo no ciclo cafeeiro. Segundo Caio Prado Jr. (2010, p. 195), em relação à expansão do café:

O capital estrangeiro e o Estado tomam-nos a seu cargo. Este último, aliás, no mais das vezes, não servirá senão de empresário, levantando empréstimos no exterior para realizar os empreendimentos. Em outros casos, como se deu na maior parte das estradas de ferro, intervirá apenas estimulando o capital estrangeiro com a concessão de garantia de juros.

Dessa forma, podemos dizer que, a despeito da vontade de Vargas e da base teórica da CEPAL, o capital estrangeiro, que não se instala isento de interesses próprios, já eram parte da economia brasileira, inclusive abastecendo o mercado consumidor e de mão de obra, investindo em infraestrutura, ferrovias etc. Se no período Vargas a relação com o capital estrangeiro era pelo menos controlada, no governo de Juscelino Kubitschek o financiamento do desenvolvimento, em especial do Plano de Metas, usará desse recurso em larga medida. Na verdade, esse processo se enquadra num movimento de internalização no Brasil das empresas estrangeiras, estadunidenses e europeias, em suas vias de internacionalização da produção e do consumo. Para tanto, tais empresas transformaram os países periféricos como o Brasil em seu território de expansão e concorrência oligopolista (MELLO, 1987).

Na virada da década de 1950 para 1960, a industrialização brasileira completava-se já por meio do capital monopolista. O governo Kubitschek balizará o desenvolvimentismo através da articulação entre capital estrangeiro e capital nacional

por meio de um Estado planejador e interventor, aprofundando as relações e a ação do Estado na economia, na aceleração da industrialização e no impulso ao setor privado nacional e estrangeiro. O fim da Segunda Guerra Mundial e a hegemonia ocidental dos Estados Unidos têm nesse cenário papel importante. A necessidade de expansão da economia estadunidense, efeito do Plano Marshall, e a Doutrina Truman, assim, relacionam-se umbilicalmente com o Plano de Metas (IANNI, 1971).

Na década de 1950, a industrialização nacional já se distanciava do que era na década de 1930 e 1940. O desenvolvimento industrial induzido via Estado, embora não tenha nem de perto eliminado a pauta agroexportadora, dinamizou o capitalismo nacional com a participação do capital estrangeiro. Símbolos desse período, a indústria automobilística, a construção de Brasília e o sonho do “Brasil Grande” se deram por meio de investimento externo e endividamento da União. Houve crescimento econômico, mas não houve desenvolvimento social, nem alteração do *status quo*, nem superação do subdesenvolvimento, nem soberania.

Intelectuais como Rui Mauro Marini (2010), André Gúnder Frank (1967), Theotonio dos Santos (1970) e Vania Bambirra (1986) formularam entre as décadas de 1960 e 1980 variadas críticas acerca do processo de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, contrapondo-se à visão da teoria cepalina. Evidenciaram que, ao contrário das proposições rostownianas – da qual a CEPAL de certa forma continuava tributária –, o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento não eram etapas ou ciclos consecutivos pré-determinados e evolutivos, mas uma relação dialética e combinada.

Como dito, para a CEPAL, a solução para o subdesenvolvimento seria a industrialização que proporcionaria modernização do capitalismo periférico com a melhor alocação da mão de obra, elevação dos salários para viabilização do mercado interno e indução do progresso técnico e da produtividade do trabalho, com vistas ao fim da tendência de deterioração dos termos de troca. A industrialização seria, ainda, suficiente para garantir a correção das desigualdades sociais, apesar dessa teoria não propor grandes transformações estruturais no sistema para tal feito.

Marini (2010), particularmente, demonstra que os teóricos da CEPAL negligenciaram que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente distintos e simultaneamente marcados pelo antagonismo e pela complementaridade. O subdesenvolvimento na periferia, não sendo uma etapa histórica a ser superada, é definido como parte complementar do desenvolvimento,

de modo que o próprio subdesenvolvimento periférico é considerado face da mesma moeda do desenvolvimento central. Assim, subdesenvolvimento e desenvolvimento são sincronicamente funcionais no capitalismo, e não momentos subsequentes. Tal tese foi ainda fundamental para o avanço das Ciências Sociais latino-americanas ao demonstrar que o desenvolvimento associado (CARDOSO; FALETTTO, 1970) não pode romper com a dependência porque é parte dela. A saída apontada por alguns dos teóricos da dependência é, assim como em Fernandes (2009), a ruptura senão com o capitalismo, pelo menos com a lógica da dependência.

A década de 1960 marca na América Latina o início da decadência do desenvolvimentismo e da teoria cepalina. Acompanhado desse processo, ocorre o acirramento do cenário político internacional, marcado pelo auge da Guerra Fria e pelo recrudescimento dos sistemas políticos latino-americanos. A região foi zona de influência norte-americana na disputa com a União Soviética, de modo que promoveu diversos golpes no continente que garantissem seus interesses no plano econômico e político e impedissem que os países periféricos realizassem qualquer ruptura com a ordem de acumulação impulsionada pela internacionalização produtiva.

Dessa forma, o golpe civil-militar de 1964 marca no Brasil o fim das utopias do desenvolvimentismo. Findava-se, assim, o desenvolvimentismo nacionalista – que nem por isso logrou a soberania econômica – e iniciava-se o desenvolvimentismo dependente-associado, onde o Estado e as burguesias internas assumiam-se deliberadamente coesos aos interesses externos. Nesse período, a agenda econômica do Estado e das elites que o compunham removeram qualquer constrangimento ao capital estrangeiro, associando-se a ele e incitando sua entrada para dar continuidade ao crescimento econômico e ao estímulo industrializante e imperialista até a década de 1970 (GONÇALVES, 2002), integrando ao legado desenvolvimentista o “imperialismo total”. Conforme Fernandes (2009, p. 31):

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou o “desenvolvimentismo”, recebendo apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores,

moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados.

Celso Furtado e a CEPAL de modo geral acreditaram que a industrialização e a internalização da agenda política e econômica brasileira poderiam ser caminhos possíveis para a conquista da autonomia nacional e a superação do subdesenvolvimento. Conforme mostra Fernandes acima, ao passo que o desenvolvimentismo se baseou fortemente no capital externo e na instalação de empresas estrangeiras, os interesses externos, ao fim, revelaram-se poderosos demais para que os aparelhos da economia nacional resistissem.

Durante a ditadura, em especial no “milagre econômico” dos anos de chumbo, a indústria logrou grande crescimento nos moldes do imperialismo total. Não houve, como é sabido, diminuição da pobreza nem superação do subdesenvolvimento. Paulani (2008; 2010) demonstra que o desenvolvimento desigual e combinado durante esse período, além de barrar pela repressão a resistência e as reivindicações dos trabalhadores organizados e concentrar ainda mais a renda e a riqueza através do clientelismo estatal e da superexploração da força de trabalho, funcionou também como preâmbulo da nova configuração do capitalismo mundial, em que a industrialização nos países periféricos seria ressignificada como nova plataforma de valorização e internacionalização da produção das empresas transnacionais. Além disso, também já predizia o esbulho pela via financeira.

Contrariando a teoria cepalina, bem como alguns pressupostos das análises de Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira (2003) demonstra ainda que ocorrera sim modernização. Para ele, a reformulação da teoria do subdesenvolvimento realizada pela CEPAL, que criou o desenvolvimentismo latino-americano, não conseguiu romper com a ideia subjacente da teoria rostowiana de que a modernização importada dos países centrais substituiria o atraso dos países pós-coloniais. Isto é, apesar de reformulá-la, os intelectuais da CEPAL ainda continuavam pensando em termos dualistas<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> No entanto, acreditamos que a ideia de Oliveira quanto a construção do ornotorrinco que é a sociedade brasileira, que, ao se modernizar, também modernizou os resquícios coloniais integrando-

É nesse dualismo entre a suposta contradição entre uma fase atrasada com resquícios pré-capitalistas que deveria ser substituída por uma fase moderna, que reside uma das principais críticas do sociólogo ao debate da época. Na verdade, o debate de intelectuais cepalinos e mesmo as considerações de Fernandes deixam escapar, segundo Oliveira (2003), que a razão dualista esconde que os elementos do atraso social e econômico não estão contrapostos e não são obstáculos ao processo de modernização. São antes elementos de um mesmo processo: a modernização, aqui entendida como a industrialização, dá-se a partir da funcionalização dos elementos tidos como atrasados. O mundo rural, por exemplo, não é contraponto do mundo urbano, assim como as favelas não são a insuficiência de nossa modernização, mas partes funcionais do processo de apropriação e acumulação, sobretudo na fase pós-1950 e durante o “milagre econômico” em que o capital se transnacionalizava. Quer dizer, portanto, que o modelo desenvolvimentista colocado em prática não rompia com os setores mais “atrasados” da economia, mas os absorviam para baratear o custo da produção e ampliar a capacidade de acumulação.

Esse "pacto estrutural" preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. Nesta base é que continuará a crescer a população rural ainda que tenha participação declinante no conjunto da população total, e por essa "preservação" é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas, bem ao contrário, contribuem para a reprodução tipicamente não-capitalista. Assim, dá-se uma primeira "especificidade particular" do modelo brasileiro, pois, ao contrário do "clássico", sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2003).

Avançando no tempo, a reconfiguração do cenário político, econômico e ideológico a partir da década de 1980 retirou de cena a política econômica do nacional-desenvolvimentismo e implementou as diretrizes das reformas neoliberais. O neoliberalismo, e aqui nos referimos aos governos eleitos desde Collor à Rouseff, engendraram o mais novo padrão de acumulação, agora baseado na desnacionalização, na desindustrialização e na reinserção das economias de maneira ainda mais subalternizada e neocolonial (SAMPAIO, 2007). Como demonstramos no

---

os a uma lógica nova, não é totalmente excludente das análises de Fernandes sobre a lógica da superexploração e sobreapropriação que sustentam a dependência, como veremos mais adiante.

primeiro capítulo e buscaremos elucidar a frente, o “neodesenvolvimentismo neoliberal” aprofunda a dependência, mas faz ressurgir, de maneira mistificada, utopias que estavam adormecidas, ao propor que estejamos novamente num novo ciclo de desenvolvimento. Parece latente ainda a ideia de uma pátria de futuro brilhante, ainda em vias de se tornar uma nova estrela na constelação de nações desenvolvidas, a despeito da realidade observável.

A partir do que a interlocução entre as referências levantadas nos levam a concluir, os principais elementos abordados por Fernandes (1976; 2009) e Oliveira (2003) seguiram atuais: a agenda econômica e social do Estado nos últimos anos tem perpetuado as condições de dependência, a articulação entre as burguesias internas e as burguesias hegemônicas, a superexploração e a sobreexpropriação do trabalho, a articulação simbiótica da modernidade com o atraso e a autocracia – certamente de maneira mais sofisticada e insidiosa que no passado. Isso faz crer que superar nossas mazelas através do capitalismo redundará sempre numa improbabilidade.

## 4 O CAPITALISMO DEPENDENTE E A “IMPROBABILIDADE HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO NACIONAL”

Remanejavam-se pessoas, interesses, associações de grupos, diretrizes no âmbito do poder estatal. Mas aos poucos se alterava a própria sociedade, em suas relações com o poder estatal. Os diferentes setores populares, as reivindicações de trabalhadores da cidade e do campo, as demandas de negros, mulatos, índios e caboclos não encontravam lugar nas esferas do poder. Modificavam-se um pouco os arranjos do poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente (IANNI, 2004, p. 22).

No que diz respeito a um de nossos objetivos, o de compreender a formação e o funcionamento particulares do capitalismo brasileiro, seu caráter econômico e social dependente, bem como seu aspecto político autoritário, a obra de Florestan Fernandes é um marco teórico e analítico importante, que até aqui nos serviu de apoio em muitas questões. É importante também o movimento iniciado em meados dos anos 1990 de revisita ao debate intelectual nos marcos da teoria marxista da dependência<sup>37</sup>, retomando as teses de importantes intelectuais como Rui Mauro Marini, que tiveram seu auge na segunda metade do século XX e trataram dos caminhos e descaminhos das sociedades periféricas.

Nosso intento é justamente trazer à tona o debate desses intelectuais, obviamente sem a pretensão de dar conta de todas as suas discussões e problemas, mas tentando contribuir para a atualização de algumas de suas ideias a partir da crítica do modelo que tem sido chamado de neodesenvolvimentista.

### 4.1 A dependência e a necessidade de superexploração da força de trabalho

Em linhas gerais, a teoria marxista da dependência é a produção teórica na qual se entende que a condição dependente das sociedades periféricas é resultado do próprio desenvolvimento histórico do sistema capitalista. Essa produção se baseia sobretudo na crítica e na metodologia de análise marxiana sobre o modo de produção

---

<sup>37</sup> Dentre as quais podemos citar a de Marini (2000), a de Santos (1970) e a de Bamberra (1978). Apesar da riqueza desse ramo teórico, focaremos principalmente sobre a obra de Marini, em virtude dos limites desta dissertação.

capitalista e na teoria clássica do imperialismo, que lhes dá sustentação para opor-se, sobretudo, ao etapismo da teoria cepalina.

Resgatar os principais elementos dessa teoria significa, assim, buscar a atualidade da dependência enquanto a relação contraditória e complementar do centro e das periferias como componentes de uma mesma unidade dialética, isto é, o sistema capitalista, em que operam certas condições que estruturam e reproduzem a dependência em variadas conjunturas temporais e que reforçam a principal característica de uma sociedade dependente, a superexploração da força de trabalho.

A dependência, assim entendida, é um fenômeno que se cristalizou em todos os países periféricos, em especial na América Latina. Esse entendimento dialético da modernização capitalista, que se dá através do aprofundamento da dependência, opõe-se à percepção positivista da história: nenhuma ordem e nenhum progresso nos marcos dessa dependência podem transformar um país subdesenvolvido numa nação desenvolvida.

Os teóricos marxistas da dependência se afastam, portanto, da noção mais corriqueira de *desenvolvimento*, tal qual expusemos no capítulo anterior e do qual era tributário o desenvolvimentismo latino-americano, que ainda flertava com o positivismo rostowiano na proposta de uma trajetória teleológica de uma condição atrasada para uma condição moderna.

Se marxista e dialética, a percepção de desenvolvimento não pode se basear no determinismo histórico e no evolucionismo social. Em Marx, *desenvolvimento* tem o sentido de uma processualidade de um modo de produção, de como suas estruturas se transformam no tempo e de como as leis de seu funcionamento se manifestam materialmente:

O conceito de modo de produção esclarece uma distinção que opera no tratamento dado por Marx à história: a distinção entre *devir* e *desenvolvimento*. O *devir* é a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão repostas pelo o novo modo. O *desenvolvimento* é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se, portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro o seu pressuposto. Uma forma histórica está desenvolvida quando se tornou capaz de transformar num momento interior a si aquilo que, no início, lhe era exterior, proveniente de uma forma

histórica anterior, ou seja, quando realiza uma *reflexão*, de tal maneira que a exterioridade é negada como exterioridade para ser posta como interioridade na nova formação social (CHAUI, 2006, p. 143-144, *grifos da autora*).

Portanto, da ideia de desenvolvimento do modo de produção capitalista em Marx subjaz o entendimento de um processo contraditório e dialético:

A noção de dependência defendida pela teoria marxista toma isso como base e entende o processo de acumulação em escala mundial como uma unidade dialética entre o *desenvolvimento* e o *subdesenvolvimento*. Ou melhor, entende que esse processo pressupõe desenvolverem-se determinadas economias – no sentido do desenrolar das leis gerais do modo de produção capitalista – em ritmo mais acelerado do que outras. A consequência disso é que se supera a constatação óbvia de que as distintas economias assumem uma relação de interdependência, de forma que a divisão internacional do trabalho configura uma situação de dependência [...] (CARCANHOLO, 2013, p. 193, *grifos do autor*).

André Günder Frank (1967) argumentava que as causas do subdesenvolvimento têm a ver na verdade com fatores que são externos aos países subdesenvolvidos. Para ele, o subdesenvolvimento não se relaciona com as tradições locais, mas sim com as relações econômicas desiguais entre as “metrópoles” do sistema capitalista e seus “satélites” no momento de anexação do “terceiro mundo” à economia mundial desde a expansão ultramarina europeia no século XV e XVI. O sistema econômico mundial seria constituído, assim, por relações “metrópole-satélite” entre os países, relações essas marcadas pela subordinação dos satélites e pela acumulação de capitais nas metrópoles a partir da divisão internacional do trabalho, do que decorreria o “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*” como faces distintas da mesma moeda. A modernização das metrópoles e a dependência dos satélites são, para Frank (1967), inexoráveis, de forma que apenas o desengajamento dos países satélites do sistema econômico mundial seria suficiente para sua superação.

Para a teoria da dependência, a divisão entre “países centrais” e “países periféricos” é definida também pela existência ou não de meio técnico-científico-informacional em ampla escala vinculado à produção. A dependência, assim, é expressa através da subordinação ou limitação do desenvolvimento nos países periféricos pelo desenvolvimento tecnológico e científico dos países centrais, de modo que o ritmo de inserção e de modernização da periferia no sistema econômico

internacional é ditado pelas relações imperialistas de dominação e subalternidade (BAMBIRRA, 1978).

Dessa forma, para Theotonio dos Santos (1970, p. 231, *tradução nossa*):

Por dependência entendemos uma situação na qual as economias de alguns países estão condicionadas ao desenvolvimento e a expansão de outra economia, a qual as primeiras estão subordinadas. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o mercado mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se autossuficientemente, enquanto os outros países (os dependentes) só podem realizar isso como reflexo daquela expansão, o que pode gerar ou um efeito positivo ou um efeito negativo sobre seu desenvolvimento imediato.

A dependência, aqui caracterizada como “interdependência entre duas ou mais economias”, não é, obviamente, um voluntarismo dos países dominados, mas uma relação política baseada na coerção de uma economia sobre a outra dentro da dinâmica do mercado internacional – o que também não significa que haja exploração no sentido moral do termo, mas no sentido econômico. Fazemos apenas a ressalva de que os efeitos dessa coerção e dependência nos países dominados não podem ser positivos sob nenhum aspecto, conforme pensa Santos. Como vimos anteriormente, ainda que os surtos de desenvolvimento e modernização que ocorrem em países dominados possam parecer algo positivo, eles não se dão senão em proveito das economias, das empresas e das burguesias dos países centrais, que procuram expandir-se e transnacionalizar-se para criar novas plataformas de valorização e acumulação de capitais.

Assim, para Marini (2000, p. 109), a dependência é “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Do mesmo modo, para Fernandes (1976; 1981; 2009), o avanço socioeconômico e a configuração política das economias dependentes não podem ser concebidos como uma repetição dos processos que se deram no desenvolvimento das economias centrais. Ele refuta a ideia de que, sendo o Brasil uma nação atrasada, bastaria uma força modernizadora racionalmente orientada para lançar o país num nível desenvolvido, perfazendo uma trajetória determinada. A perspectiva que toma como pressuposto que o atraso é um restolho colonial que pode ser superado

simplesmente por meio do crescimento é, conforme delineamos até agora, um reducionismo econômico que não consegue compreender com profundidade a natureza da dinâmica da acumulação capitalista na periferia do sistema.

[...] Não devemos subestimar a natureza das dificuldades que enfrentamos, em escala nacional. Ao contrário do que se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de matéria de fé, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são “problemas de crescimento”. Crescimento tem havido, especialmente ao nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais, que compartilham da mesma civilização. Assim, *o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização* (FERNANDES, 1981, p. 173, *grifos do autor*).

Sampaio Jr. (1997) salienta que a perspectiva de Fernandes preza a explicação do problema mais por meio da análise das relações de produção do que das forças produtivas. Mais importante ainda, sua análise reconhece o papel da luta de classes sobre a formação e a dinâmica das relações de produção, fornecendo uma explicação que não é exclusivamente de viés econômico sobre a articulação entre “atraso” e “moderno”. Dessa forma, a via explicativa adotada por Fernandes também é diferente das que orientaram boa parte das teses e estratégias do nacional-desenvolvimentismo, negando as explicações como a do subdesenvolvimento enquanto atraso, bem como a suposta virtuosidade da aceleração do crescimento econômico como via de superação do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento.

Da mesma forma, conforme Frank (1967), Santos (1970), Bamberra (1978) e Marini (2000), a dependência se dá quando uma economia está presa à condição subalterna de poder expandir-se apenas a partir da expansão das economias centrais. As economias centrais, por dominarem o tempo histórico do desenvolvimento capitalista – de maneira contraditória e dialética, como diz Marx – podem avançar de maneira autônoma, enquanto as economias dependentes avançam apenas como reflexo desse desenvolvimento, a partir das necessidades das economias centrais. Por isso, o *subdesenvolvimento* nada mais é do que resultado do processo histórico de expansão e *desenvolvimento* do capitalismo mundial. Sendo assim, não é possível sua superação “por dentro”, visto que ambos são parte de um mesmo curso histórico.

Em outras palavras, são subdesenvolvidas a economia e a sociedade que se estruturam de tal forma que garantam o avanço do capitalismo mundial. Isso se dá a partir de um conjunto de relações entre centro e periferia que formam as condicionantes estruturais da dependência (MARINI, 2000).

Quando os teóricos marxistas da dependência falam em condicionantes estruturais que mantêm a dependência, também estão evidenciando a dinâmica observada por Fernandes. Para eles, a condição de sociedades dependentes é aquela em que parte do valor produzido na periferia não é por ela apropriado, mas remetido às economias centrais, onde se dinamizam e são acumulados. Para a teoria marxista da dependência, essa transferência de valor é o primeiro condicionante estrutural da dependência, o qual eles nomeavam de *troca desigual*.

Para Marini (2000), a troca desigual se dá a partir dos mecanismos que estruturam o comércio e as relações mercantis entre sociedades centrais e periféricas. Conforme a síntese de Carcanholo (2013, p. 194-195):

[...] considerando que distintos capitais podem produzir uma mesma mercadoria com diferentes graus de produtividade, isso implica que cada um dos capitais possuiria valores individuais distintos, tanto menores quanto maior for a produtividade do capital em questão. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, ou social, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, portanto, de uma mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram: a mais-valia extraordinária [...]. Como os capitais das economias dependentes tendem, em geral, a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada, na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais. Marini relaciona esse mecanismo ao monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais operantes nas economias centrais.

Esses mecanismos mercantis que formam a troca desigual demonstram que a inserção das economias dependentes no comércio mundial constrói um sistema heterogêneo, visto que as economias centrais, por possuírem mais produtividade, tendem a apropriar-se de uma parte do valor produzido por capitais oriundos das economias dependentes.

Essa estrutural desigualdade de competição em nível mundial faz com que o capitalismo periférico tenha uma deficiência em seu processo de desenvolvimento

interno e, por isso, busque maneiras de compensar a espoliação que sofreu (transferência de mais-valor) no momento da troca. Para que possa promover um desenvolvimento aos moldes capitalistas internamente, a compensação da troca desigual é a *superexploração da força de trabalho* (MARINI, 2000).

Para Fernandes, essa configuração socioeconômica específica se constituiu, dentro da generalidade do capitalismo, como resultado das condições e situações históricas que descrevemos brevemente até aqui: a conformação de uma sociedade nacional por meio de um processo débil de revolução burguesa. Débil porque as burguesias internas preferiram *associar-se* através de “vantagens relativas” às burguesias hegemônicas, o que perpetuou, por um lado, a subalternização em relação às potências do capitalismo internacional e, por outro lado, as estruturas políticas e os laços sociais tradicionais do passado colonial<sup>38</sup> (FERNANDES, 1976).

Ainda, ao privilegiar o olhar sobre a dinâmica social da luta de classes no processo de modernização desigual e associado, Fernandes (2009) revela que não são apenas os traços heteronômicos da economia brasileira e o processo das trocas desiguais que esclarecem os fundamentos da dependência, mas também, e sobretudo, as relações de classe e frações de classe da ordem burguesa que aqui se construiu a partir da associação das elites internas às centrais.

Dessa forma, a dependência não é efeito exclusivo do imperialismo, mas encontra internamente também a engrenagem que a perpetua: o capitalismo dependente tem como base a articulação entre mecanismos que atuam interna e externamente, de modo que os mecanismos externos necessitam de condições internas para se reproduzirem de modo eficiente e amplificado (FERNANDES, 2009). São justamente as burguesias locais, uma vez que dominem os mecanismos internos de poder, as operadoras dessa articulação: elas são o elo interno da dominação externa porque são as parceiras locais das burguesias hegemônicas.

Assim, não é exatamente uma dinâmica mecânica entre nações que explica a dependência. Na verdade, são as relações de dominação interna e externa que se cruzam e se fundem como um mecanismo que (re)produz o subdesenvolvimento como condição necessária aos laços de dependência: a dominação externa funciona como um comburento para a estrutura de dominação interna, herdada do passado

---

<sup>38</sup> As quais, segundo Oliveira (2003), foram funcionalizadas à serviço da sociedade moderna.

colonial e ressignificada durante o século XX. Dessa maneira, para Fernandes (1976), a pressão da voracidade externa não se faz sentir exatamente sobre as burguesias locais, que se formaram e muito se beneficiam a partir das vantagens relativas advindas de sua associação com as burguesias hegemônicas, mas sobre o *trabalho*. Assim,

[...] o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes [nacionais]). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 1976, p. 42)

Em outras palavras, Fernandes salienta que a principal e inflexível característica do capitalismo dependente é que sua dinâmica socioeconômica tal como se pode observar em sociedades centrais não é possível em sociedades periféricas. Não é suficiente ao capitalismo dependente reproduzir a apropriação e a expropriação comuns ao capitalismo em geral, de modo que, para ser capaz de suprir a acumulação das burguesias locais e das burguesias externas, produz *sobreapropriação* e *sobreexpropriação* capitalistas.

Fernandes chega, portanto, ainda que por uma perspectiva distinta, ao mesmo resultado da equação de Marini:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p. 141).

A maneira como isso se dá, para Marini (2000, p. 178), é “[...] pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real”. O aumento da exploração da força de trabalho como compensação pelo esbulho das trocas desiguais é a única forma de promover desenvolvimento capitalista na periferia, já que as economias dependentes são limitadas no que diz respeito às suas capacidades de inovação e tecnologia que poderiam promover um aumento de produtividade.

A superexploração da força de trabalho, portanto, retroalimenta o subdesenvolvimento, já que se baseia no rebaixamento dos salários. Se o capitalismo em suas contradições já causa desigualdade de renda e riqueza, o capitalismo dependente agudiza essa característica, o que intensifica os problemas sociais que se relacionam com a clivagem social (miséria, violência, participação política debilitada etc.).

Além disso, como o funcionamento e a perpetuação da dependência e do subdesenvolvimento têm como base organizativa a burguesia local, uma vez que tal estrutura é mantida por meio da superexploração e da sobreexpropriação capitalista, a face interna desse processo se mostra no acirramento das relações de classe (FERNANDES, 2009). É nesse sentido que a absorção do ideário liberal, que deveria acompanhar o “progresso”, não se efetiva completamente. Para manter esse padrão de funcionamento do capitalismo nacional, as elites locais agiram e agem para restringir o possível aspecto democratizante da modernização, ampliando ao máximo a dominação sobre as outras classes e apelando para formas de relações sociais e políticas análogas às que existiam na Colônia.

Se o capitalismo em geral, como modelo produtivo, tem como fundamento a exploração do trabalho, o ideário liberal da democracia burguesa, por seu turno, exerceria a função de equilibrar a exacerbação de força de uma classe sobre a outra e de legitimar de alguma forma certo nível de dominação-legal, evitando, ou pelo menos controlando, possíveis crises por meio de garantias institucionais e de participação (MARSHALL, 1967). Em sua configuração dependente, entretanto, o capitalismo intensifica drasticamente seu fundamento explorador, ao que corresponde o arrefecimento dos processos modernizadores ligados às garantias democráticas extensíveis à população em geral. O capitalismo dependente é, portanto, não só o

terreno da superexploração-sobreexpropriação, mas o império da *autocracia* (FERNANDES, 1976). É um “capitalismo selvagem”, constituído por

[...] uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc. (FERNANDES, 2009, p. 49).

Essa configuração capitalista selvagem, alimentada desde sua formação por estruturas socioeconômicas de origem colonial, consolida-se e se expande a partir da combinação de crescimento econômico dependente, miséria e ausência de direitos para um amplo contingente populacional. A conformação desse modelo, assim, produziu uma estrutura que não integrou toda a população ao sistema de classes sociais clássico, como seria próprio de um padrão comum de capitalismo, inviabilizando até mesmo uma ordem social competitiva. Assim, na América Latina em geral e particularmente no Brasil,

[...] as análises que foram feitas por economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores evidenciam empiricamente que o núcleo integrado e expansivo da ordem social competitiva é quantitativamente muito reduzido e qualitativamente pouco dinâmico [...] [demonstrando] que se pode falar na existência de uma categoria tão numerosa quanto heterogênea de pessoas, que constituem os “condenados do sistema” e sua “maioria silenciosa” [...] as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política etc. (FERNANDES, 2009, p. 45).

Essa “grande maioria silenciosa” da qual fala Fernandes não é excluída da sociabilidade capitalista, mas integrada ao sistema econômico, político e social para fazer vingar o modelo dependente que necessita superexplorar a força de trabalho – isto é, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor – para suprir a acumulação interna e externa. Se abusarmos da constatação de Oliveira (2003), essa é a maneira como a sociedade brasileira moderna e “ornitorrínquica” coexiste com os resquícios do passado colonial e escravista para garantir às burguesias daqui

vantagens relativas e às burguesias centrais o avanço do modo de produção capitalista.

#### **4.2 A atualidade da dependência sob a narrativa neodesenvolvimentista**

Conforme constata Sampaio Jr. (2012, p. 685) parafraseando Marx, o desenvolvimentismo clássico se dá como “tragédia”, por seus efeitos decorrentes da industrialização aberta ao capital estrangeiro desde a década de 1950, enquanto o neodesenvolvimentismo se apresenta como “farsa”, por conjurar os espíritos do passado num simulacro de desenvolvimento.

A distância entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo é proporcional ao fosso que separa duas épocas históricas radicalmente distintas. A economia política da Cepal representava a crítica da ordem e a aposta na possibilidade de mudanças estruturais que criassem as condições objetivas e subjetivas para que se pudesse conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional. Ao transformar o Brasil em modelo, o neodesenvolvimentismo não passa de uma tosca apologia da ordem. A perspectiva do velho desenvolvimentismo é um esforço de mostrar a necessidade inescapável de “reformas estruturais” que desatem a dupla articulação responsável pelo caráter particularmente selvagem do capitalismo na periferia do sistema capitalista mundial. O neodesenvolvimentismo naturaliza a dupla articulação responsável pelo capitalismo dependente. Suas formulações ficam limitadas a elucubrações sobre a possibilidade de arquiteturas alternativas de política econômica para administrar as estruturas. A perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas.

A modernização na segunda metade do século XX, como vimos, desembocou na formação de um sistema econômico industrializado e dependente, cuja função, verificou-se, foi de servir, primeiro, como novo espaço para a expansão do capital monopolista oriundo do centro e, depois, como nova plataforma de valorização financeira. As medidas neoliberais deram o acabamento a esse movimento sob o comando de Fernando Henrique Cardoso e, depois, de Lula.

No início de seu primeiro mandato, a equipe formada pelo presidente Lula simplesmente deu continuidade ao curso neoliberal iniciado na década anterior. A

justificativa seria que uma mudança brusca poderia causar tumulto nos mercados, sobretudo o financeiro, e reduzir a “credibilidade” brasileira em atrair investimentos. O que se viu, no entanto, é que o modelo neoliberal, macro e microeconomicamente, jamais foi alterado, mas naturalizado como a “única” política econômica correta e responsável, ao gosto de *Wall Street*.

Os governos Lula e Rousseff, ao optarem por manter a “credibilidade”, fizeram confirmar a proposição de Bourdieu (1998) de que o discurso econômico do neoliberalismo se comporta como o único matematicamente correto e responsável, porque neutro e técnico, levado por especialistas que supostamente estariam fora dos círculos de pressão política. A doutrina neoliberal que se afirma nessa “tecnicidade” intocável da política econômica ortodoxa esconde, sob o manto de neutralidade, a formação de um espaço de avanço de interesses específicos alinhados, segundo Paulani (2008, p. 28), “[...] com a primazia assumida pela valorização financeira diante da valorização produtiva desde o início dos anos 1980”. Por isso, não se trata o neodesenvolvimentismo (ou a narrativa construída acerca desse ciclo) de uma política econômica e um projeto alternativo ao neoliberalismo, mas apenas a administração das estruturas que já estão em curso.

Se durante os anos 1990, o Brasil atraía capitais de longo prazo em função das liberalizações e grandes privatizações a preços irrisórios, nos anos 2000 é principalmente o capital de curto prazo e volátil (especulativo), “[...] cujas entradas cresceram mais de 1.300% no primeiro trimestre de 2003 comparado a igual período de 2002 [...]”, que virá aqui se valorizar, sobretudo atraído pelo risco reduzido, pela “credibilidade” do país (leia-se vulnerabilidade) e pela taxa de juros elevada em torno dos 26% a.a. (PAULANI, 2008, p. 19). Para dar sustentação a esse processo de poupança externa, apreciou-se o câmbio e valorizou-se o real, predizendo a constatação de Bresser-Pereira (2014) de que tudo acabaria sendo canalizado, não para o investimento produtivo, mas para o consumo imediato e, adicionamos, para a especulação financeira e para a exportação de *commodities*.

A “credibilidade”, em cujo nome são exigidos tão pesados sacrifícios, é necessária para manter a vulnerabilidade do país, não sua estabilidade e a sustentabilidade de seu crescimento, incansavelmente reivindicadas pelo PT ao longo dos oito anos do reinado de FHC [...]. E a credibilidade/vulnerabilidade de economias como a brasileira é necessária para a valorização de capitais especulativos que hoje dominam o processo de acumulação, como

necessários são as crises, as turbulências, os súbitos movimentos de preços das moedas fracas, as elevadas taxas reais de juros etc. É precisamente isso que produz a engorda do capital especulativo no mundo e o torna cada vez mais poderoso (PAULANI, 2008, p. 21).

Parte dessa estratégia de credibilidade para garantir a entrada de capitais externos foi, além da manutenção da alta taxa de juros, a decidida opção pela “responsabilidade fiscal” e a elevação do superávit primário acima do exigido pelo Fundo Monetário Internacional para fazer cair o “risco-Brasil”. Essa medida, que de início dizia-se contingencial<sup>39</sup>, tornou-se o modelo macroeconômico corrente para promover investimentos, retomar o crescimento e reduzir o desemprego. Os investimentos e a redução do desemprego adviriam da realização do mesmo capital volátil, ao qual os juros elevados e o ajuste fiscal, na forma de “responsabilidade” e elevados superávits primários, estavam à serviço através do pagamento dos juros dos títulos da dívida pública sob um mercado financeiro liberalizado.

Em outras palavras, o crescimento econômico, a mitigação da desigualdade e a diminuição do desemprego estão assentados e atrelados ao papel brasileiro de valorização de capitais financeiros, especialmente de curto prazo. Para tanto, a política econômica neodesenvolvimentista deve estar sempre em busca de satisfazer os interesses específicos dessa elite econômica rentista, o que coloca o Brasil à mercê da instabilidade dos humores do mercado financeiro – uma posição de dependência extremamente frágil e vulnerável. E isso não tem a ver estritamente com as condições objetivas e conjunturais de empreendimento econômico, mas com uma opção política deliberada.

Mesmo calçados em 55 milhões de votos e montados num capital político inédito na história do país, os novos donos do poder não quiseram arriscar um milímetro e se decidiram pela linha de menor resistência. Escolheram o caminho “mais seguro”, que não afrontava interesses constituídos, internos e externos, que impunha de vez o

---

<sup>39</sup> A tese de que a continuidade da política econômica ortodoxa que beneficia o capital financeiro era apenas uma estratégia momentânea e conjuntural do primeiro mandato de Lula e que, passado período de transição de um governo ao outro, haveria uma ruptura com o modelo macroeconômico de Cardoso é desmentida por Leda Paulani. “A ‘lógica da credibilidade’ simplesmente não permite tal mudança de rumo. Esse tipo de credibilidade só se mantém se permanecerem inalteráveis na política econômica o ajuste fiscal implacável, o juro real elevado, a política monetária contracionista etc. Depois que se entra nesse jogo, qualquer movimentação no sentido contrário leva de roldão a ‘conquista’ tão duramente obtida e, junto com ela, as supostas condições de ‘estabilidade’ necessárias para o crescimento” (PAULANI, 2008, p. 39).

rentismo como marca de nossa economia, que consagrava para o Estado o papel paternalista e “focado” de “cuidar dos pobres”, que não questionava as disparidades regionais e pessoais de renda e riqueza, que não ameaçava sequer arranhar a iníqua estrutura patrimonial do país, que o mantinha, enfim, submisso aos imperativos da acumulação financeira que domina a cena mundial do capitalismo desde meados dos anos 1970 (PAULANI, 2008, 40).

Não só deram continuidade à política monetária, cambial e fiscal que beneficia o rentismo e a especulação, como a aprofundaram. Já citamos no primeiro capítulo alguns desses avanços neoliberais sob os governos petistas. Relembramos em especial a reforma da previdência por sua relação com o rentismo.

Para Francisco de Oliveira (2003), a elite do sindicalismo nacional e grupos ligados ao PT passaram a constituir, sob a lógica do capitalismo financeiro, uma “nova classe social” ao ocuparem posições nos conselhos administrativos de velhas e novas fontes de recursos para investimento nacional, quais sejam, o BNDES e os fundos de pensão de estatais<sup>40</sup>. É uma “nova classe”, para Oliveira, porque ao mesmo tempo em que tais sindicalistas se deslocam da representação dos interesses dos trabalhadores que sustentam os fundos e se afastam da classe trabalhadora, não se tornam empresários e burgueses, pois não têm a propriedade e o controle sobre as empresas. Ainda assim possuem interesses específicos e os defendem a partir da gestão eficiente de tais fundos e instituições, segundo a lógica da valorização financeira, mesmo que, ao cabo disso, prejudiquem os trabalhadores sujeitos à própria expropriação financeira e ao aprofundamento do desemprego. Para o autor, é a nova forma do dualismo que configura o ornitorrinco, alegoria que representa uma sociedade em que os setores economicamente dinâmicos ainda se servem da miséria e do “atraso” para funcionar. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, Oliveira (CARIELLO, 2003, *online*) sintetiza:

Durante a ditadura, os militares inventaram os fundos de pensão de cada empresa estatal. Não havia isso antes de 64. Suponho que o Banco do Brasil sempre teve, porque sempre foi uma corporação muito forte. Depois, virou regra geral. Todas as empresas estatais constituíram seus fundos de previdência privada. Pode pegar todos eles, todos têm origem em empresas estatais: Previ, Eletros, Petros, Portus, esse da Caixa Econômica, todos fundos de previdência

---

<sup>40</sup> Oliveira pondera, entretanto, que a participação de sindicalistas na administração de tais fundos é anterior à chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder.

complementar. Como foi feito? A ditadura fez assim: o funcionário bota R\$ 1 e a empresa bota R\$ 1. Veio a Constituinte de 88, que criou o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse FAT é a principal fonte de recursos do BNDES. Então, você tem duas coisas: a principal fonte de recursos para acumulação de capital a longo prazo no Brasil é o FAT, via BNDES, e a principal fonte de recursos para investimento patrimonial, não necessariamente investimento de capital, mas pode ser, é de trabalhadores. É por isso que eu disse: se um marciano saltar aqui, acha que este é um país socialista. Aliás, numa intervenção no Senado, o [senador Aloizio] Mercadante se gaba disso. Diz que a Previ é um enorme sucesso porque os trabalhadores viraram donos da Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce e de importantes empreendimentos do país. Essas duas coisas foram criando uma casta de administradores que são funcionários, operários e sindicalistas das grandes empresas e das grandes centrais.

A sustentação dessa “nova classe social” pode explicar, assim, o continuísmo conservador dos governos petistas no trato macroeconômico e financeiro, visto que parte de seus quadros estão inseridos entre os atores que se beneficiam de tal modelo. Além disso, como diz Oliveira (2003), os fundos de pensão das estatais, e em especial o FAT, são fontes importantes de acumulação e de investimento de capital internamente, tendo participado das privatizações nos governos Collor e Cardoso via BNDES.

Dados atuais demonstram que, das diversas fontes de recursos do BNDES, o FAT hoje está em segundo lugar. Até 2008 esse fundo representava 52,7% dos recursos do banco, o que se altera a partir de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, 50,2% das fontes do banco vinham do Tesouro Nacional e 30,6% do FAT. O restante dos recursos provinha de outros fundos governamentais como o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), além de captações do exterior com emissão de *bonds* (títulos externos), debêntures, bem como leilões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) (BRASIL, 2016a).

Na verdade, não houve redução da captação de recursos do FAT, mas o aumento da captação dos recursos do Tesouro Nacional, que foi de R\$ 3,3 bilhões em 2007 para R\$ 22,5 bilhões em 2008, R\$ 105 bilhões em 2009 e R\$ 107,1 bilhões em 2010, caindo para casa dos R\$ 50 a R\$ 60 bilhões entre 2011 e 2015. Não houve captação do Tesouro em 2016. Os recursos oriundos do FAT variaram na casa dos R\$ 11 bilhões entre 2007 e 2010, e em torno de R\$ 16 bilhões a R\$ 20 bilhões entre 2011 e 2016 (BRASIL, 2016a).

Os repasses do Tesouro se davam, até 2015, através da emissão de títulos públicos. Se antes de 2009 essa era uma operação cara para o BNDES (visto que a captação de recursos do Tesouro se atrelava à Selic), a partir da Medida Provisória nº 453 de janeiro de 2009 do presidente Lula, o custo da captação de recursos do Tesouro Nacional foi bastante reduzido. Com isso, a estrutura de capitais do banco, que já vinha subindo ano a ano desde 2003, teve enorme salto, passando de R\$ 90,9 bilhões em 2008 para R\$ 168,4 bilhões em 2010 e chegando à casa de R\$ 190 bilhões em 2013 e 2014 (BRASIL, 2016a).

Entre 2003 e 2010, o setor da indústria de transformação, em especial o ramo de petróleo e combustível e o ramo alimentício receberam contribuições que chegaram a R\$ 28,7 e R\$ 12,3 bilhões respectivamente, totalizando em 2010 R\$ 77,2 bilhões. A partir de 2011, no entanto, tiveram abrupta redução de investimentos, chegando a aportes em torno de R\$ 5 bilhões cada. Ao mesmo tempo, verificou-se a partir de 2006 uma ampliação no investimento no setor de comércios e serviços (transporte terrestre, eletricidade e gás, comércio, administração pública), representando em 2014 em torno de 64% dos desembolsos do banco, isto é, R\$ 130 bilhões. A agropecuária e o setor extrativista receberam valores crescentes desde 2003, variando entre 7% e 18% dos recursos. Os valores desembolsados para o setor foram de R\$ 5 bilhões em 2005 (10% dos desembolsos) para R\$ 10 bilhões em 2009 (7,5% dos desembolsos), atingindo o pico em 2013 com valores próximos a R\$ 22 bilhões (12% dos desembolsos) (BRASIL, 2016a).

Segundo os dados do próprio banco sobre sua carteira de renda variável, a BNDES Participações S.A.<sup>41</sup>, atualmente a maior investidora institucional do país, entre 2007 e 2016 foram empreendidas 408 operações com investimentos na casa dos R\$ 66 bilhões. Nos últimos dez anos os maiores aportes da BNDESPar foram R\$ 25,1 bilhões para o setor de petróleo e gás (que representa 38,1% do total de recursos), R\$ 12,7 bilhões para o setor de alimentos e bebidas (19,3% dos recursos), R\$ 4,5 bilhões para as empresas de papel e celulose (6,8% dos recursos) e R\$ 3,5 bilhões para o setor sucroalcooleiro (5,3% dos investimentos) (BRASIL, 2016b).

---

<sup>41</sup> A BNDES Participações S.A. (BNDESPar) é uma das três subsidiárias do BNDES, ao lado FINAME e BNDES PLC. Juntas formam o Sistema BNDES. A BNDESPar é a subsidiária para investimentos em empresas privadas e gestora de *holdings* (participações sociais em empresas).

Além disso, o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) mantido pelo BNDES conduz o processo de concessões e outras parcerias público-privadas no incremento de infraestrutura logística e de saneamento, financiando empresas privadas num processo de desestatização de rodovias, aeroportos e sistemas de tratamento de água e esgoto. Outra linha de investimento dessa instituição, o BNDES-Exim, está ligada ao auxílio às empresas na exportação de seus produtos.

Essa enorme quantia de recursos públicos, administrada pelos quadros do PT, serviu para pôr em marcha os planos do governo, sobretudo no que se refere aos investimentos em empresas, em infraestrutura e, em menor escala, políticas sociais. Acompanhando os desembolsos do BNDES e os fundos de pensão, bem como o continuísmo da administração dos governos petistas, pode-se aferir duas características da economia brasileira. Em primeiro lugar, que nos tornamos desde os anos 1980 em plataforma de valorização financeira, inseridos nos fluxos de capitais especulativos e participantes da nova interpenetração entre capital financeiro e produção. Isso se agrava a partir de 2009, quando, além de captações do FAT, o BNDES passou a contar com recursos do Tesouro Nacional. Em segundo lugar, que essa lógica não é compatível com o desenvolvimento industrial. A indústria requer outras condições macroeconômicas – como assinalou Bresser-Pereira (2015), principalmente taxas de câmbio que proporcionem competitividade –, que não fazem parte do atual ciclo de desenvolvimento desigual e combinado a que estamos sujeitos como sociedade dependente.

Se observarmos a pauta de exportação nacional, perceberemos também que o Brasil tem cada vez mais se reprimarizado. Os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Fernanda Negri e Gustavo Alvarenga (2011, p. 8), demonstram que o papel brasileiro de provedor de produtos primários, sobretudo para suprir o crescimento chinês, já é um fato:

[...] a ampliação da participação das *commodities* nas exportações foi de uma intensidade sem precedentes, pelo menos nos últimos 15 anos. Desde os anos 1990, a participação destes produtos nas exportações brasileiras oscila ao redor dos 40%. Entre 2007 e 2010, esta participação saltou 10 pontos percentuais, alcançando 51% das exportações brasileiras.

Em 2010, salientam, a exportação de minérios, principalmente minério de ferro, representa o principal produto primário exportado. Foi responsável por

aproximadamente 30% das exportações naquele ano, ultrapassando o valor de US\$ 30 bilhões. O açúcar tem a segunda maior participação na pauta de exportações em 2010, com aproximadamente 13% e próximo da casa dos US\$ 14 bilhões. A carne representava no mesmo ano quase 12% da pauta, com valores de US\$ 12 bilhões, e a soja pouco mais de 11% com US\$ 11 bilhões.

Negri e Alvarenga (2011) explicam que o processo de reprimarização da pauta de exportação nacional se acentuou a partir da conjuntura econômica após a crise de 2008. Enquanto o comércio mundial se retraía na casa de 22% em 2009, a China continuava a crescer de 9% a 10% ao ano, reduzindo apenas em 11% suas importações. Os chineses tornaram-se ainda os principais parceiros comerciais do Brasil, comprando em torno de US\$ 30 bilhões da produção nacional, sendo que 80% disso na forma de *commodity* (na maior parte, minério de ferro e soja), o que contribuiu para o aumento da participação de produtos primários nas exportações brasileiras:

Entre 2008 e 2009, no auge da crise financeira, as exportações brasileiras caíram de US\$ 197 bilhões para US\$ 152 bilhões, ao mesmo tempo que as exportações brasileiras para a China – predominantemente *commodities* – cresceram de US\$ 16 bilhões para mais de US\$ 20 bilhões [...]. A China importa, hoje, mais de US\$ 1 trilhão a.a. Em 2000, o Brasil participava com 0,49% destas importações, enquanto hoje [isto é, 2011] responde por aproximadamente 2% das compras chinesas. Entretanto, novamente, este ganho de *market share* foi muito concentrado em *commodities*. Em 2000, o Brasil fornecia aproximadamente 2,5% das *commodities* importadas pela China, e chegou a 2009 com uma participação de mais de 8% neste mercado (NEGRI; ALVARENGA, 2011, p. 9).

Esse processo não ocorre apenas em relação à China:

Em 2000, o Brasil respondia por apenas 0,88% do comércio mundial de bens, e chegou a 2009 com uma participação de 1,26%. Apesar do avanço significativo, é possível observar que estes ganhos estão concentrados no grupo *commodities*, no qual o Brasil passou a representar 4,66% das exportações mundiais, ante 2,77% em 2000. Neste período, o Brasil perdeu espaço nas exportações de alta intensidade tecnológica, setor em que representava 0,52% do comércio mundial em 2000, e passou a representar 0,49% em 2009 [...]. Somando-se os produtos de média e alta intensidade, o Brasil detinha 0,57% das exportações mundiais em 2000, alcançando 0,71% em 2006. Entretanto, a partir de 2006, o país começa a perder mercado nestes produtos de forma significativa e em 2009 detém 0,6% do mercado mundial (Ibidem, p. 10).

Não são desconexos o fato de o Brasil ampliar em demasia sua participação no comércio de *commodities* e, em menor escala, nos produtos industrializados de baixo valor agregado, e o fato de reduzir sua pauta de produtos com alta densidade tecnológica. Nesse sentido, também não é surpreendente que os efeitos da crise de 2008 tenham sido retardados por esse cenário.

Conforme explicamos anteriormente, a política macroeconômica no Brasil desde os anos 2000 não é favorável à competitividade industrial. A taxa de juros alta tem relevância nesse quadro: ao tornar o Brasil, num cenário de retração econômica nos países centrais, atraente para alocar capitais financeiros, ocorre a apreciação cambial, o que reduz ainda mais a competitividade industrial e retroalimenta a alta dos juros. Além disso, a própria reprimarização força a apreciação do real frente ao dólar, porque as *commodities* conseguem contrapor-se ao câmbio sobrevalorizado aumentando seus preços. Além disso, o agronegócio conta ainda com o *drawback*<sup>42</sup> agrícola, que corresponde a grandes somas de isenção fiscal por parte do governo federal como estímulo à exportação.

Firmiano (2014, p 102) também considera o agronegócio uma das bases de sustentação do neodesenvolvimentismo:

[...] Foi neste terreno que Lula da Silva produziu a *belle époque* dos agronegócios no Brasil [...]. A partir de 2002, os preços das principais commodities brasileiras no mercado internacional começaram a subir e, em 2008, eram 34% maiores que em 2007. Além das altas cotações internacionais, houve também elevação das quantidades exportadas – o que teria compensado o impacto negativo da valorização do real que ocorreu neste período.

A indústria foi deixada em último plano. Sem investimento científico-tecnológico é impossível que a indústria nacional consiga competir no plano internacional com os centros hegemônicos na era da Terceira Revolução Industrial, a “molecular-digital” (OLIVEIRA, 2003). O conjunto de medidas macroeconômicas que colocam quase a metade do PIB nacional a serviço do capital financeiro e especulativo, bem como a reorientação produtiva para a crônica exportação de *commodities* e produtos de baixo

---

<sup>42</sup> Trata-se de um regime aduaneiro especial que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. Segundo dados da Receita Federal (BRASIL, 2014), o *drawback* correspondeu a 29% dos benefícios fiscais concedidos pelo governo federal entre 2010 e 2014.

valor agregado, reiteram o processo de desindustrialização que acomete o país há décadas.

O resultado foi a reiteração da incapacidade de expansão de capital produtivo no patamar hoje exigido pelos centros dinâmicos do capitalismo mundial, convertendo o país (a) em plataforma financeira para os capitais especulativos em busca de valorização e, simultaneamente, (b) revertendo a industrialização e aprofundando a especialização produtiva por meio da intensificação da produção de *commodities* agrícolas, da extração de minérios, da indústria de baixa densidade tecnológica, dos setores da construção civil necessários para expandir infraestrutura para o escoamento da produção (FIRMIANO, 2014, p. 101).

Os efeitos desse movimento reprimarizador sobre a sociedade, de modo geral, são deletérios. Gonçalves (2012, p. 8-9) adverte:

No debate sobre comércio e desenvolvimento há destaque para o conjunto de problemas que são próprios das *commodities*: baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa visto que *commodities* se caracterizam por alta volatilidade de preços e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; *dumping* ambiental com redução do nível de bem-estar social; e, *dumping* social com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais.

A par desse movimento político e econômico, a principal reestruturação que o neoliberalismo promoveu no Brasil durante os governos ditos neodesenvolvimentistas, além daquelas que já citamos e que ocorreram durante os governos Collor e Cardoso, é o aprofundamento das condicionantes estruturais da dependência através da liberalização e da desindustrialização. Dá suporte a essa reforma neoliberal a coalizão de interesses internos e externos para manter esse movimento, que necessariamente colocam-se contra as reivindicações dos trabalhadores organizados.

A exemplo disso, os governos neodesenvolvimentistas buscaram ressignificar a reforma agrária e “conciliá-la” com o modelo agropecuário e financeiro que sustenta.

Na verdade, buscou diluir e neutralizar as reivindicações de classe sob a alegação de modernizar a questão da terra no Brasil. A implantação do programa *Novo Mundo Rural* é parte disso ao propor a compra de terras para reforma agrária e o investimento para dar condições para o assentado se inserir no mercado através da agricultura familiar.

O objetivo do programa era aproximar-se daqueles pequenos produtores familiares de regiões que apresentavam condições favoráveis para sua integração em um mercado já dominado pelo capital transnacional, fundamentalmente, como elo das cadeias produtivas do agronegócio, seja produzindo matéria-prima para as agroindústrias, seja produzindo alimentos para o mercado interno. Mas a intenção real por detrás disso tudo era transformá-los em trabalhadores flexíveis [...]. As medidas dão o tiro de misericórdia que faltava à luta pela Reforma Agrária, um passo decisivo na desfiguração total do “assentado” que lutou pela terra para fugir da condição proletária e, agora, se vê às voltas de um novo processo de proletarização, lançando seus instrumentos de organização de luta a um desafio igualmente novo, sob o risco de se tornarem anacrônicos (PINASSI; FIRMIANO, 2013, *online*).

Tal “neodesenvolvimentismo” se assemelha ao desenvolvimentismo clássico no que se refere à construção de uma coalizão política entre setores contraditórios. Mas se distancia profundamente quando observamos o sentido dessa coalizão: uniram-se a burguesia rentista, a burguesia agrária e a burguesia industrial de baixa densidade tecnológica com um Estado que intervém na criação de condições econômicas, sociais e políticas de expansão de um modelo subalterno de inserção internacional que beneficiem essas frações de classes num processo de “reversão neocolonial” (SAMPAIO JR., 2012). Se o sentido do desenvolvimentismo clássico em algum momento foi a construção de uma soberania econômica que rompesse os laços de dependência externa – ainda que tenha falhado –, o do neodesenvolvimentismo vai na contramão: aprofunda tais laços e se submete a manter o padrão de transferência de valor às burguesias hegemônicas, sobretudo pela via financeira. O último elemento dessa coalizão é a base popular. Não mais os trabalhadores organizados fazem parte do pacto conciliador como na era Vargas, mas um subproletariado historicamente alijado de direitos e garantias, que nesse modelo tem conseguido acessar o consumo (pelo menos até 2015), e que tem garantido a força política necessária hoje para a reprodução da superexploração.

A despeito da flexibilização e do rebaixamento de garantias trabalhistas, o lulismo e seu modelo administrativo das estruturas do neoliberalismo lograram o aumento do trabalho formal. Entretanto, a qualidade desse trabalho é algo que se deva levar em conta. Além do trabalho braçal, muitas vezes análogo à escravidão<sup>43</sup>, a superexploração da força de trabalho se dá também pelo que Ruy Braga (2012) chamou de precariado:

[...] um grupo de trabalhadores que sintetiza as características mais salientes do atual regime de acumulação pós-fordista: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho [...]. Naturalmente, eles devem ser parte do precariado brasileiro: trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, precarizados, sub-remunerados (recebendo, em média, 1,5 salário mínimo) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva [...].

Braga (2012), ao construir sua “sociologia do precariado”, elege os operadores de telemarketing como amostra – sobretudo em função do telemarketing fazer parte do setor que mais contratou no mercado formal de trabalho nos últimos anos, o de serviços –, mas não é difícil observar outras categorias profissionais em que o trabalho se dá da mesma maneira flexibilizada, precarizada e remunerada abaixo de seu valor médio mundial. Isso ocorre nos pequenos comércios e oficinas e nas grandes montadoras e bancos.

O precariado (ou o subproletariado, se quisermos) é a representação de muitos trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho nas duas últimas décadas. Por trás desse fenômeno, Braga (2012) demonstra o avanço de um padrão mundial de financeirização da produção atrelado à flexibilização trabalhista:

Sumariamente, diríamos que as principais características da reestruturação produtiva da década de 1990 no Brasil estiveram associadas à relação do conhecimento produtivo apoiado nas tecnologias informacionais com a financeirização do meio ambiente empresarial. O resultado foi a difusão da empresa neoliberal em rede com dominância financeira. Por meio desta, as empresas brasileiras, especialmente aquelas mais próximas do setor financeiro, lograram reforçar seu poder no topo (pela concentração financeira), reduzindo os contrapoderes na base (pela desconcentração produtiva).

---

<sup>43</sup> De 1995 a 2015, mais de 50 mil trabalhadores foram encontrados em situações análogas a de escravidão em atividades econômicas nas zonas rural e urbana no Brasil (BRASIL, 2015).

Concorrem para a consecução disso o modelo de investimento financeirizado, inclusive aqueles investimentos oriundos de fundos de pensão que operam valores dos próprios trabalhadores e que é gerenciado pela elite sindical e pelos quadros do PT.

A “política do precariado” organizada pelos governos neoliberais recentes, assim,

[..] representa uma “revolução passiva à brasileira” apoiada na unidade entre duas formas de consentimento popular: por um lado, o consentimento passivo das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro, o consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012).

Para aqueles que ainda não conseguiram se inserir economicamente nem mesmo como precariado, são direcionadas ações focalizadas: as reformas sociais no lulismo – o “reformismo fraco” que compõe o neodesenvolvimentismo, segundo Singer (2012) – ficaram a cargo de investimentos em forma de políticas sociais, como já salientamos. De fato, é inegável o valor de certas políticas sociais, de ações afirmativas e assistência social e jurídica que trouxeram benefícios a camadas da população que estavam até então sujeitas à miséria e à fome, aos jovens e adultos que não podiam acessar as universidades públicas e privadas, aos negros e indígenas que sofrem diuturnamente a violência física e simbólica da discriminação racial, a mulheres que não tinham respaldo em relação às violências doméstica e cultural a que estão sujeitas, as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, cujos direitos básicos eram inexistentes ou insuficientes, dentre outros avanços políticos e sociais que tivemos nos últimos 30 anos.

Entretanto, é verdade também que tais avanços se deram de modo fragmentado e focalizado, não propiciando uma universalização total dos direitos e garantias, mas individualizando-os – inclusive pela lógica do consumo e pela intermediação do mercado. Soterrou-se a relação entre a luta por tais avanços e a construção política de uma consciência sobre as contradições de classe (PINASSI, 2011). Na verdade, as políticas de “alívio social”, no melhor estilo neoliberal,

constituem-se como uma forma de obscurecer a luta de classes, de torná-la imperceptível e, portanto, de exercer a dominação sobre as consciências e desmobilizar possíveis projetos de ruptura.

É por meio dessas políticas sociais e através do avanço do emprego formal, mas precário, que o modelo tem obtido sucesso de crítica, sobretudo entre as frações sociais e regiões mais destituídas da sociedade brasileira. São essas políticas que consubstanciam o que Oliveira (2010) chama de “hegemonia às avessas”: enquanto na base social se mantém a paz através de “benesses”, o topo da pirâmide garante seus interesses e, por consequência, os interesses das elites externas.

Num quadro mais amplo, pode-se observar que o Brasil está mergulhado na condição de mais pura dependência, como a definiram os teóricos marxistas: nosso crescimento e (sub)desenvolvimento está subjugado e atrelado estruturalmente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista nos centros. É para lá que vai, ainda que permaneça aqui algum resíduo, o lucro dos investimentos especulativos e do consumo de produtos de valor agregado. É para o centro, em seu processo de desenvolvimento, que se destinam as matérias-primas extraídas da terra, os produtos agrícolas, a água etc. ao custo baixo providenciado pela superexploração da força de trabalho e pela devastação ambiental e social.

O cimento social dessa sociabilidade não é mais apenas a autocracia da qual falava Fernandes (1976), mas também a ascensão social, mínima, de amplas camadas da sociedade que historicamente estiveram à margem. Eis um modelo de dependência muito mais insidioso, que logrou neutralizar, inclusive, as forças que poderiam se opor a ele.

### **4.3 Os mecanismos autocráticos de manutenção da dependência**

E há que compreender-se que um príncipe, e máxime um novo príncipe, não poderá observar todas aquelas condições pelas quais os homens são tidos por bons, porquanto frequentemente forçado, conservar-se no poder, terá de agir contra a sua palavra e contra os preceitos da caridade, contra os da humanidade e contra os da religião. Por isso será preciso que ele possua uma natural disposição para transmudar-se segundo exijam os cambiantes ventos da fortuna e das circunstâncias, e, como eu dizia acima, havendo a possibilidade, ele não se aparte do bem, mas que, havendo a necessidade, saiba valer-se do mal (MACHIAVELLI, 1998, p. 101-102).

O progresso e a modernização que historicamente se deram no Brasil, conduzidos em benefício de uma fração pequena e privilegiada e às custas da miséria e da superexploração de uma grande parcela da sociedade, produziu não apenas uma sociedade dramaticamente desigual, mas um povo sem forças para reverter tal quadro (FERNANDES, 2009). Isto é, quanto mais clivagem social entre os trabalhadores exista, tanto mais difícil é para que se organizem politicamente para exigir transformações. É também mais um obstáculo à percepção da luta de classes pelos próprios trabalhadores.

As burguesias nacionais, ao reconhecerem direitos e garantias apenas para si, acabaram por impedir o desenvolvimento das demais classes enquanto agentes políticos autônomos, próprios da ordem social competitiva. Instituir uma democracia e certas garantias sociais e políticas, mesmo que limitadas pelas possibilidades de uma ordem burguesa, significaria também um empecilho à lógica da superexploração-sobreexpropriação da força de trabalho e da depleção dos recursos nacionais necessárias ao capitalismo selvagem.

Essa é uma das razões pelas quais Fernandes considera a ordem burguesa, articulada a esse tipo de padrão de acumulação, autocrática. Para ele (1980, p. 77),

[...] a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Segundo o autor (1976), a formação estatal autocrática é comum em sociedades periféricas e dependentes, marcadas por revoluções burguesas tal como a que se deu no Brasil, dissociando do processo modernizador do capitalismo seu possível aspecto democrático.

No Brasil, o Estado autocrático assumiu configurações históricas que transitaram entre o modelo democrático-liberal, ainda que restrito, e a forma ditatorial. Como já expusemos, em qualquer modo que se apresentou, sempre demonstrou uma característica conciliatória a partir dos interesses dominantes, adaptando pressupostos e agendas por vezes contraditórios, oscilando entre contornos políticos democrático-representativos formais, fisiologias efetivamente oligárquicas,

mecanismos privatistas, patrimonialistas e corporativistas, bem como um caráter eminentemente fascista e repressivo.

Ainda, conforme Santos (1978) e Vianna (2004), mesmo nos momentos de florescimento de instituições democrático-representativas, o Estado nacional sempre se manteve fechado às pressões populares, limitando a comunidade política às frações da burguesia que se uniam em torno dele. Os estratos inferiores da sociedade sempre foram vítimas dos mecanismos autocráticos, da cooptação política, do coronelismo, do populismo ou da repressão pura a exemplo dos períodos de ditadura, em especial a que sucedeu o golpe civil-militar de 1964, expediente da implantação do capitalismo monopolista e da totalização da ordem social burguesa no Brasil.

No período democrático recente, o neodesenvolvimentismo neoliberal, como vimos, busca barrar o avanço dos trabalhadores organizados por mecanismos diversos, seja a cooptação e institucionalização das lutas para dentro do Estado, sejam por políticas públicas focais (PINASSI, 2011), seja pela ilusão de ascensão pelo consumo e pela construção de uma “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Ainda assim, a via da repressão e da violência não deixou de existir, como demonstram os altos índices de violência policial, a criminalização dos movimentos sociais, a ação de forças paraestatais de grandes empresas como a Vale S.A. ou de latifundiários.

O desenvolvimento da ordem burguesa por meio da autocracia do Estado e das burguesias nacionais serviu como esteio para o recrudescimento, sobretudo, das relações de produção e, evidentemente, das relações de classe. Os efeitos desse processo são variados, de modo que, por ora, cabe apontar que, ao passo que impediu o florescimento das demais classes enquanto agentes políticos legítimos e ativos, as burguesias nacionais limitaram também seu próprio desenvolvimento enquanto classe autônoma e potencialmente modernizadora (FERNANDES, 2009).

O aspecto que ressaltamos é que as burguesias dependentes se formaram a partir das “vantagens relativas” oriundas da associação com as burguesias hegemônicas e com o imperialismo, agenciando certa estabilidade política interna combinada com crescimento econômico por meio de um capitalismo dependente. Esse crescimento, por seu turno, se fortaleceu a partir da inibição da construção de uma sociedade politicamente organizada entre nós.

Apesar de serem débeis como classe revolucionária nacional, as burguesias dependentes foram e são poderosas como classe dominante. Quanto mais fraca for a oposição das classes subalternas e das massas populares, maior é o poderio político,

econômico e social dessa burguesia, por isso ela busca sempre se estabelecer a partir da negação política dos outros estratos sociais. Isso redundava numa situação paradoxal: ao mesmo tempo em que garante sua dominação econômica, social e política no âmbito nacional para produzir a acumulação necessária para alimentar a si e às suas parceiras externas, o enfraquecimento das demais classes enquanto protagonistas sociais debilita, por sua vez, as potencialidades de autonomia das burguesias dependentes, isto é, a capacidade de conduzir transformações profundas que organizem a sociedade segundo seus próprios moldes (FERNANDES, 2009).

Assim, a tarefa de organizar a sociedade nacional sob um capitalismo desenvolvido e bloquear a ingerência dos interesses externos é impossível ao capitalismo dependente, seja pela subordinação das burguesias nacionais às burguesias hegemônicas, seja pela fragilidade das pressões exercidas pelas classes trabalhadoras em função da desmobilização a que foram e são continuamente submetidas.

No horizonte de uma sociedade de classes típica das nações capitalistas centrais, Fernandes (2009) salienta que a disputa e o confronto entre classes sociais antagônicas são os mecanismos de dinamização social e de equilíbrio de poder dentro da ordem. É por meio desse processo conflituoso, oriundo das contradições sociais, que o capitalismo se desenvolveria, permitindo que tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora desempenhassem funções “desintegradoras” e “construtivas” da ordem social em relação a superação das estruturas pré-capitalistas e coloniais.

Entretanto, no cenário brasileiro que descrevemos, marcado pelas implicações de um capitalismo dependente e de uma sociedade economicamente heterogênea, oprimida violentamente a qualquer tentativa mínima de modificação do *status quo*, a sociedade de classes é débil no que diz respeito à atuação dessa dinâmica destrutivo-construtiva justamente em função da ação dos mecanismos de dominação e desmobilização da autocracia burguesa e porque o capitalismo dependente é inviável se forem destruídas suas bases de sobreapropriação.

A autocracia-burguesa instalada, ao “neutralizar” o conflito por meio da conciliação desmotivadora ou da repressão pura, barrou possíveis avanços e transformações, até mesmo aquelas que são típicas de um desenvolvimento capitalista e de uma ordem burguesa. As elites brasileiras, ao se inserirem no capitalismo internacional, não puderam destruir a ordem escravista e oligárquica no século XIX em função de sua impossibilidade de competir com as burguesias centrais

se o fizessem. No século XX e XXI, o capital se alimenta dos resquícios “pré-capitalistas” existentes com a mesma finalidade: superexplorar a força de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Fernandes (1976) salienta, igualmente, que, em função dessa debilidade da burguesia dependente em promover uma revolução que rompesse com os resquícios coloniais e construísse uma ordem efetivamente moderna, bem como da constituição da autocracia como expediente para a falta de meios institucionais de participação das classes trabalhadoras e da massa miserável, *não resta saída transformadora dentro da ordem*. A atuação das instituições do Estado, em torno das quais se unem as frações da burguesia nacional e estrangeira, também é limitada pelos mesmos motivos, ainda que se desenvolva uma agenda supostamente “progressista”.

A hegemonia burguesa que se constituiu no Brasil, assim, é baseada mais na passividade e na desmobilização do que na expansão de garantias democráticas que possibilitem, no mínimo, a erradicação da pobreza, da superexploração do trabalho e das desigualdades socioeconômicas. É uma hegemonia que busca fazer dos mecanismos representativos, quando existem, meras ilusões que encobrem as ações reais dos atores políticos nos bastidores (BOITO JR., 1999). Hoje esse mecanismo é vivo e atuante, ainda que se modifiquem alguns atores.

A questão da autonomização das nações dependentes e subdesenvolvidas é uma preocupação constante no pensamento de Fernandes<sup>44</sup>. Essa preocupação se relaciona com a perspectiva adotada pelo autor da necessidade de uma transformação profunda das estruturas sociais, políticas e econômicas fundadas sob o capitalismo dependente. Se a debilidade histórica da ação da burguesia impede essa transformação, resta apenas a possibilidade estratégica de ruptura com a dependência por meio da ação das classes dominadas, superexploradas e sobreexpropriadas que formam essa sociedade subdesenvolvida. A conciliação de interesses de cima para baixo, como visto, nunca foi suficiente para alterar o quadro histórico brasileiro.

---

<sup>44</sup> Como podemos observar em obras como: *Mudanças sociais no Brasil*, de 1960; *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, escrito 1968; *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, originalmente publicado em 1973; *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975 e *Poder e contrapoder na América Latina*, editado 1981, dentre outros textos.

Nesse quadro histórico, o sociólogo latino-americano não pode colocar-se os problemas da mudança social como “questões neutras”. Eles nunca o seriam! Em primeiro lugar, há a mudança que é necessária para a existência, a continuidade e o fortalecimento da modernização dependente. Essa mudança, quantitativa e qualitativamente, não é algo que se deva subestimar. Ela envolve o crescimento da economia de mercado e do sistema de trabalho; o aumento do número de casas, de escolas ou de hospitais; a diferenciação dos serviços públicos; a crescente eficácia do Estado e da tecnologia “avançada” etc. No entanto, esse tipo de mudança social, no contexto latino-americano, prende-se à consolidação do *status quo*. Só podem ser favoráveis a ele [...] os que se identificam com a perpetuação da dependência, do subdesenvolvimento e dos privilégios que ambos consubstanciam. [...] Essa associação [entre as burguesias internas e externas, que redundam numa hegemonia burguesa de interesses interdependentes e articulados] cria a inviabilidade da América Latina sob o capitalismo, porque é ela que origina, preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência, a espoliação, a miséria e as iniquidades sociais, que tornam a revolução nacional uma improbabilidade histórica (FERNANDES, 2009, p. 141).

Em suma, a condução do processo de transformação profunda das condições sociais, econômicas e políticas brasileira só pode ser realizada pelos estratos inferiores da sociedade dependente – aqueles que historicamente arcaram com todo o ônus do processo de expansão do capitalismo e de modernização conservadora – através de uma via disruptiva com a ordem estabelecida, rompendo definitivamente não só com a dependência, através da destruição dos mecanismos da dupla articulação entre as burguesias nacionais e hegemônicas, mas com o próprio capitalismo.

Para ele, qualquer outra saída será apenas uma forma de reorganizar a dependência econômica e o subdesenvolvimento, de reconciliar a dupla articulação que prende não apenas o Brasil, mas a América Latina de modo geral, às condições crônicas da improbabilidade de uma revolução de fato.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Colônia, vivemos sucessivos ciclos econômicos. Desde o pau-brasil, passando pela *plantation* canavieira e a extração do ouro, nossa economia sempre foi fortemente vinculada à exportação e, conseqüentemente, à acumulação primitiva das burguesias europeias por meio do esbulho. A vinda da Corte portuguesa em 1808 e a Independência em 1822, apesar de desempenharem papéis importantes na internalização política de certas diretrizes econômicas, como vimos, não foi suficiente para superar os laços subalternos de dependência em relação às burguesias hegemônicas, assim como a estrutura de relações sociais herdadas do processo colonial. Enquanto os países centrais vivenciavam duas revoluções industriais, o Brasil continuava construindo sua arquitetura socioeconômica baseada no latifúndio, na exportação e no trabalho escravo. A abolição da escravatura em meio ao ciclo do café e a proclamação da República, vimos também, não desintegrou as relações políticas e sociais excludentes, base da modernidade subdesenvolvida da sociedade nacional e mecanismo pelo qual o Brasil se inseriu no mercado internacional a partir do século XX, reproduzindo, a partir do trabalho livre, a sobreexpropriação capitalista que alimentava, por meio da articulação entre as burguesias hegemônicas e as burguesias locais, e dessas com o Estado nacional autocrático, a perpetuação histórica da dependência.

Conseqüentemente, o projeto político das burguesias, que pouco a pouco, a partir do fim do século XVIII, integravam-se em nível nacional, era seletivamente modernizante. A absorção das ideias e mecanismos políticos liberais, irradiadas sobretudo da Europa, fundou um tipo de pensamento e de ação adaptados aos pressupostos do iluminismo e ao mesmo tempo funcional dentro daquilo que se propunha como a modernidade brasileira. Tais ideias configuraram-se no fermento do movimento de lenta revolução, sem rupturas substanciais que pudessem alterar a dominação e o *status quo*, fazendo, por exemplo, coexistirem, sem muitos constrangimentos e sob os imperativos das condições de empreendimento capitalista na periferia, o liberalismo político e a escravidão.

No Brasil, a revolução não poderia atingir os mesmos efeitos das revoluções clássicas, dadas as condições internas e externas em que se desenvolveu. Não havia aqui um agente social que pudesse ser chamado de burguês *stricto sensu*, em função dos laços sociais e econômicos que atrelavam as elites, na figura do senhorio, ao

mundo colonial tanto em relação às estruturas sociopolíticas internas quanto nas relações exteriores. Sendo forçosa a manutenção das estruturas de dominação de que dispunham essas elites sobre a população em geral, em função sobretudo da impossibilidade de outra forma de sociabilidade que permitisse a inserção brasileira no circuito produtivo do capitalismo internacional, as populações rurais e urbanas também foram aliadas do processo revolucionário.

Sobre essa ordem de processos constituiu-se um Estado nacional fortemente centralizado, autoritário e atuante na conformação da sociedade e da política, promotor de uma vida econômica atrelada aos interesses das elites nacionais que, por sua vez, respondiam aos estímulos das elites dominantes do sistema econômico mundial. O Estado, portanto, era o elo conciliador das políticas e interesses internos e externos, mantenedor da unidade nacional e moderador do pacto entre as elites regionais. No Brasil recente, neoliberal, “neodesenvolvimentista”, essa disposição das elites e do Estado não alterou sua natureza, ainda que tenha atualizado seus métodos.

O capitalismo brasileiro jamais atingiu os níveis observados nos espelhos da “civilização” moderna. Nascido de relações coloniais (cujo maior legado foi a escravidão e o extermínio indígena), forjado com características heteronômicas e submetido a interesses e movimentos econômicos externos, nem a passagem por um processo de Independência, a construção de uma República ou a modernização oriunda desses processos pôde torná-lo verdadeiramente autônomo e, principalmente, democrático. Se enquanto Colônia, não podia controlar a forma como se dava a exploração da terra e da mão de obra, enquanto sociedade nacional “independente”, embora tivesse logrado internalizar as decisões políticas segundo os “interesses internos”, jamais pode controlar o ritmo da economia e da incorporação tecnológica, nem autodeterminar sua função no sistema capitalista internacional, nem permitir a participação e o avanço social da massa de homens e mulheres superexplorados.

A dependência e o subdesenvolvimento decorrentes desse processo ainda hoje relega às massas uma “democracia restrita”, uma política de negócios e uma economia instável cuja arquitetura privilegia a concentração de renda. Como buscamos demonstrar, o discurso neodesenvolvimentista tem como principal narradora a coalização promovida pelo lulismo: o Estado reequilibrou-se politicamente durante os governos Lula e Rousseff através das benesses, por um lado, ao capital financeiro e aos negócios agrícolas e extrativistas e, por outro lado, por meio da

“hegemonia às avessas” sobre as camadas mais pobres da sociedade que ascendem economicamente através do consumo e de políticas de “alívio social”, meio pelo qual velhas e novas elites mantem seu domínio. Demonstramos também que essa narrativa neodesenvolvimentista não é, sob nenhum aspecto, uma ruptura com o neoliberalismo, mas apenas, ao nível de Estado, um modelo de administração do avanço globalizante do capital e, ao nível de governo, uma arquitetura política conciliatória a par desse mesmo avanço.

Levantamos a ideia de que o neodesenvolvimentismo e as propostas de crescimento econômico que emergem neste século são uma continuidade do desenvolvimento associado que alimentou os ciclos econômicos brasileiros desde a Independência, que nunca romperam com a lógica dependente e com o imperialismo dos centros dinâmicos e desenvolvidos do capitalismo mundial. Nunca romperam porque, acreditamos ter evidenciado, é impossível haver desenvolvimento capitalista na periferia que não seja atrelado ao desenvolvimento capitalista do centro. Se nossa condição dependente é parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista, como mostraram os teóricos marxistas da dependência, não é possível à periferia, por sua condição estrutural, alcançar os países do centro. O capitalismo tal qual existe aqui será sempre um satélite a gravitar em torno dos avanços das metrópoles, sempre recolocando e atualizando os mecanismos políticos de dominação econômica.

Essa situação reacende no século XXI o debate sobre o capitalismo dependente, fenômeno que, como vimos, é presente no Brasil desde os seus primórdios como sociedade colonial e depois como sociedade industrializada, aprofundando-se após o desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 sob a fase monopolista do capitalismo e se adaptando após a década de 1970 até os dias de hoje, sob a égide do capital financeiro.

Se o desenvolvimentismo clássico não cumpriu uma de suas promessas, a de construir um capitalismo autônomo, a narrativa neodesenvolvimentista, tributária que é do neoliberalismo, nem mesmo responde a isso em suas ações. As condições desse novo desenvolvimento seguem os passos inexoráveis do velho passado, ainda que atualizando as vias por onde constrói-se a dependência no trato das relações exteriores e nas quais se coalizam as elites no que tange as relações de produção internas que perpetuam, a cada ciclo sob novas formas, a superexploração do trabalho.

Creditamos ao recente período neoliberal, e sua continuidade, o neodesenvolvimentismo aqui narrado, o aprofundamento das condicionantes estruturais da dependência, as vias historicamente construídas por onde escoam o valor produzido aqui para a dinâmica socioeconômica do centro, seja em função da reafirmação do papel brasileiro na divisão internacional do trabalho, seja através da construção de uma plataforma de valorização financeira que tem no serviço de pagamento da dívida pública sua realização.

Se a superexploração da força de trabalho, isto é, a tendência de aumento da extração de taxa de mais-valia para suprir tanto os núcleos de acumulação interna quanto os núcleos de acumulação externa, causam, como mostrou Florestan Fernandes, o acirramento das relações de classe, hoje essa fórmula parece necessitar de um adendo, visto que o aspecto político do neodesenvolvimentismo, o lulismo, a neutraliza. Com isso, obscurece-se a percepção da luta de classes onde ela deveria ser mais evidente: no interior do capitalismo dependente.

A luta social, portanto, caso busque a superação das mazelas políticas e sociais que afligem todos os níveis de sociabilidade e produzem um padrão de superexploração, deverá construir desobedientemente uma autonomia. Ela não é possível, no entanto, à sombra do Estado paternal. Não há outra alternativa.

## REFERÊNCIAS

- ADOUE, Silvia Beatriz; PEREIRA NETO, Murilo Leal. **Sobre a corrupção no contexto do capitalismo dependente.** 2016. Disponível em: <<http://www.blogsintese.com.br/2016/06/sobre-corrupcao-no-contexto-do.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história:** de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Paulo (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil:** da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de "São Nabuco"? **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.85-97, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eaa/v23n1/a04v23n1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano.** 11. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 10., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2012. p. 1-22. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel>>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- BORON, Atilio Alberto. Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina. **Revista Latinoamericana de Economía: Problemas del desarrollo**, Ciudad del México, v. 38, n. 151, p.197-215, out. 2007. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/pde/article/viewFile/7688/7177>>. Acesso em: 11 abr. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. Ebook, não paginado.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic.** 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Estatísticas por setor e porte de empresa.** 2016a. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Fontes de Recursos.** 2016b. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BRASIL. PORTAL BRASIL. Governo Federal. **Ações contra trabalho escravo resgatam 50 mil.** 2015. Elaborado com informações do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/acoes-contra-trabalho-escravo-resgatam-50-mil>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Drawback.** 2014. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados de prestação de contas - eleições 2006:** Sistema de Divulgação dos Financiamentos de Campanha Eleitoral para as Eleições 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/dados-de-prestacao-de-contas-eleico>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil:** sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. **Globalização e competição:** por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

\_\_\_\_\_, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90. **Lua Nova: cultura e política**, [online], n. 45, p.49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000300004&script=sci-abstract&tlng=pt>>. Acesso em: 3 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Escola de Economia de São Paulo: Textos para discussão**, São Paulo, v. 1, n. 274, p.1-38, nov. 2010. Disponível em: <[www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia)>. Acesso em: 19 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2016/311-Sintese-Teoria-Novo-Desenvolvimentista-CCF.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Brazilian Journal Of Political Economy**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.47-71, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a03v28n1.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2015.

BRUM, Eliane. A pequenez do Brasil Grande. **Revista Época**. São Paulo, 17 out. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/pequenez-do-brasil-grande.html>>. Acesso em: 03 maio 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p.191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. A Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119-141.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Difel, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARIELLO, Rafael. Nova classe social comanda governo Lula, diz sociólogo: Entrevista com Francisco de Oliveira. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200313.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

CARNEIRO, Henrique. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <[novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-desenvolvimento-v2-1.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-desenvolvimento-v2-1.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2016.

CASTELAR, Armando Pinheiro; GIAMBIAGI, Fábio. **As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor**. Brasília: Ipea, 1992. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3287:td&catid=170:presidencia&directory=1&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3287:td&catid=170:presidencia&directory=1&Itemid=1)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CASTELO, Rodrigo. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n. 2, p.389-393, jul./dez. 2013. Entrevista concedida à Raquel Raichelis. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n119/a09n119.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

\_\_\_\_\_. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CEPAL. Organização das Nações Unidas. **Estudio Económico de América Latina**. Santiago: Comisión Económica Para América Latina, 1949. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 143-166.

CHAVES, Alessandro Rodrigues. **A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento da "questão social"**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138339>>. Acesso em: 7 out. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=219850&view=detalhes>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucila A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-239. (Vol. 2).

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. **Hunger and public action**. Oxford: Clarendon Press, 1989. Disponível em: <<http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/glasgow/ps15/DrezeSen.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Livre para crescer: proposta para um Brasil Moderno**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

\_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e ação:** o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Ascenso. Gaúcho. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). **Antologia de humorismo e sátira:** com 128 autores, de Gregório de Matos a nossos dias. Rio de Janeiro: Bloch, 1978. p. 318.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária.** 2014. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115624>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

FRANK, André Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico,** Habana, v. 1, n. 7, p.159-172, ago. 1967. Disponível em: <[http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/nivon/GUNDER\\_FRANK\\_desarrollo\\_del\\_subdesarrollo.pdf](http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/nivon/GUNDER_FRANK_desarrollo_del_subdesarrollo.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil.** 2003. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305036>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

GENNARI, Adilson Marques. **Réquiem ao capitalismo nacional:** lei de remessa de lucros no Governo Goulart. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999. (Coleção Economia / Administração Pública).

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,** São Paulo, v. 1, n. 31, p.5-30, fev. 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREENPEACE BRASIL (Ed.). **Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2016. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2016/relatorio\\_hidretricas\\_na\\_amazonia.pdf](http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2016/relatorio_hidretricas_na_amazonia.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2016.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

JARDIM, Maria Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Revista do Instituto de Estudos Avançados, Usp: Coleção Documentos n. 18, Série História Cultural 6**, São Paulo, v. 6, n. 18, p.1-12, jul. 1997. Disponível em: <[http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan.pdf/at\\_download/file](http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 05 out. 2015.

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998. Tradução do italiano (séc. XVI) por Antonio Caruccio-Caporale.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 103-118.

\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência**. Petrópolis/Buenos Aires: Vozes/CLACSO, 2000.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2006. Tradução de: Sílvio Donizete Chagas.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. Tradução de: Álvaro Pina.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEGRI, Fernanda de; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, v. 1, n. 13, p.7-14, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509\\_radar13.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509_radar13.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política**: as desventuras do liberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo**: análise do governo Lula. 2010. 509 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000794314&fd=y>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento. In: ABRAMO, Fundação Perseu (Ed.). **2003-2010**: o Brasil em transformação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 20-63. Vol. 1.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrco**. São Paulo: Boitempo, 2003. Ebook, não paginado.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. A questão da estabilização nos anos 80: um enfoque institucional. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.18-27, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/53-2.PDF>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

PINASSI, Maria Orlanda. **(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?** 2012. Disponível em: <[www.carosamigos.com.br/index.../3678-neo-desenvolvimentismo-ou-luta-de-classes](http://www.carosamigos.com.br/index.../3678-neo-desenvolvimentismo-ou-luta-de-classes)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Brasil: hora de repensar a mineração.** 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/12/09/brasil-hora-de-repensar-a-mineracao-artigo-de-maria-orlanda-pinassi/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Herramienta: debate y crítica marxista**, Buenos Aires, v. 15, n. 46, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Trabalho, desenvolvimento e nacionalismo: desafios atuais da periferia estrutural do sistema. **Política e Sociedade: Revista de sociologia política**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p.251-264, out. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p251>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PINASSI, Maria Orlanda; FIRMIANO, Frederico Daia. **O MST, a reforma agrária e o neodesenvolvimentismo.** 2013. Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/politica/8700-07-08-2013-o-mst-a-reforma-agraria-e-o-neodesenvolvimentismo>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro esquerda latino-am. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.

RICHERS, Raimar. Dependência: fatalidade ou falácia do desenvolvimento?. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.41-54, jan. 1973. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v13n1/v13n1a04.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não-comunista).** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SAES, Décio. **República do capital.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SALLUM JUNIOR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 11, p.23-47, fev. 2000.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: VÁSQUEZ, Guillermo Hoyos (Org.). **Filosofía y teorías políticas: entre la crítica y la utopía.** Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 143-155. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SANTOS, Theotônio dos. The structure of dependence. **American Economic Review**, S.I., v. 60, n. 2, p.231-250, maio 1970.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Ebook, não paginado.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução de: Raul de Sá Barbosa.

\_\_\_\_\_. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TERRA, Livia Maria. **O "autor mal-dito": raça e nação no pensamento de Raimundo Nina Rodrigues**. 2014. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Campus de, Araraquara, 2014.

VELASCO, Licínio. **A economia das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/1994**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1917**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VIANNA, Luis Werneck. **A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WILLIAMSON, John. **Latin American adjustment: how much has happened?**. Washington: Institute for International Economics, 1990.